



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

THIAGO DE SOUZA DOS REIS

**MINEIROS, ROCEIROS, TROPEIROS
E CAPITALISTAS: TRAJETÓRIA E
FORMAÇÃO DA FAMÍLIA TEIXEIRA
LEITE EM UMA ECONOMIA DE
TRANSIÇÃO (SÃO JOÃO DEL REI E
VASSOURAS, SÉCULOS XVIII E XIX)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

THIAGO DE SOUZA DOS REIS

**MINEIROS, TROPEIROS E CAPITALISTAS: TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DA
FAMÍLIA TEIXEIRA LEITE EM UMA ECONOMIA DE TRANSIÇÃO (SÃO JOÃO
DEL REI E VASSOURAS, SÉCULOS XVIII E XIX)**

TESE DE DOUTORADO EM HISTÓRIA

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO HENRIQUE SALLES

**RIO DE JANEIRO
2020**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

THIAGO DE SOUZA DOS REIS

**MINEIROS, ROCEIROS, TROPEIROS E CAPITALISTAS: TRAJETÓRIA E
FORMAÇÃO DA FAMÍLIA TEIXEIRA LEITE EM UMA ECONOMIA DE
TRANSIÇÃO (SÃO JOÃO DEL REI E VASSOURAS, SÉCULOS XVIII E XIX)**

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA
AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO, COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS À
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR
EM HISTÓRIA.**

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO HENRIQUE SALLES

**RIO DE JANEIRO
2020**

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

R375 Reis, Thiago de Souza dos
Mineiros, roceiros, tropeiros e capitalistas:
trajetória e formação da família Teixeira Leite em uma
economia de transição (São João del Rei e Vassouras,
séculos XVIII e XIX) / Thiago de Souza dos Reis. --
Rio de Janeiro, 2020.
152

Orientador: Ricardo Henrique Salles.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em História, 2020.

1. História . 2. Família Teixeira Leite. 3.
Economia Cafeeira. 4. Vassouras. 5. São João del
Rei. I. Salles, Ricardo Henrique, orient. II.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

THIAGO DE SOUZA DOS REIS

**MINEIROS, ROCEIROS, TROPEIROS E CAPITALISTAS: TRAJETÓRIA E
FORMAÇÃO DA FAMÍLIA TEIXEIRA LEITE EM UMA ECONOMIA DE
TRANSIÇÃO (SÃO JOÃO DEL REI E VASSOURAS, SÉCULOS XVIII E XIX)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em 02 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles (Orientador/UNIRIO)

Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches (Examinador/UNIRIO)

Profa. Dra. Mariana de Aguiar Ferreira Muaze (Examinadora/UNIRIO)

Profa. Dra. Marina Monteiro Machado (Examinadora/Uerj)

Profa. Dra. Mônica de Souza Nunes Martins (Examinadora/UFRRJ)

**Rio de Janeiro
2020**

*À Cida e Duda, que estiveram comigo nos
momentos mais importantes da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Ricardo Salles, que durante todos esses anos tem me apoiado e incentivado. Diversas foram as adversidades ao longo do processo de escrita da tese, mas Ricardo sempre se mostrou solícito em ajudar e partilhar de sua experiência, o que certamente eu não soube corresponder à altura.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO, com quem sempre pude contar. Em especial, quero agradecer à professora e amiga Maria Isabel de Siqueira pelos puxões de orelha e por me impedir de desistir. Anderson Oliveira, Cláudia Rodrigues, Marcos Sanches, Keila Grinberg, Anita de Almeida e Paulo Cavalcante (*in memoriam*) também fazem parte desse mesmo grupo, o de professores e amigos que me acolheram em diversos momentos da minha trajetória profissional e acadêmica, e foi isso que possibilitou que aqui eu chegasse.

Aos membros da banca de qualificação, Carlos Gabriel Guimarães e Mariana Muaze, por seus apontamentos e indicações, fundamentais para a reorganização do objeto da tese e do caminho que escolhi para sua finalização.

Aos membros da banca de defesa, Marcos Sanches, Marina Machado e Mônica Martins, pelo aceite para composição da banca. Além disso, também colaboraram com a revisão de ideias e a indicação de material para leitura, além da gentileza e apoio.

Aos novos e antigos amigos, que sempre estiveram comigo. Carlos Augusto (*in memoriam*), Carlos Vinícius, Magno Borges, Adriana Maia, Renata Feital, Márcia Motta, Elis Ângelo, Verônica Pires, Thiago Pires, Leonora Oliven, Paulo Cotias, Juceli Silva, Lou Calainho, Andrea Gomes, Maria das Graças Cêia, família Tânia Ávila e a muitos outros, por todos os momentos que compartilhamos e que, mesmo indiretamente, colaboraram para esse resultado.

Por fim, a minha família. Meu pai, Jair dos Reis (*in memoriam*), minha filha, Maria Eduarda, e minha esposa, Maria Auxiliadora, por tudo que fizeram por mim. A eles, peço desculpas pelos momentos de ausência em suas vidas, ausências que foram forçadas pela rotina da pesquisa e da escrita.

Sei que tais agradecimentos não alcançam o que vocês e tantos outros que a memória não me permite recordar fizeram por mim, mas sem todos vocês esse trabalho seria muito mais difícil. Muito obrigado!

Há casos, porém, em que o capitalismo se apodera da terra e a sujeita como bem quer, a remodela de alto a baixo.

(Fernand Braudel)

RESUMO

O presente trabalho trata da trajetória e formação da família Teixeira Leite. Para isso, buscamos inicialmente debater os aspectos que levaram indivíduos dessa e de outras famílias mineiras a ocuparem a região de fronteira das margens do vale do rio Paraíba do Sul. Nesse sentido, dialogamos com a historiografia para caracterizar o movimento de ocupação dessa região desde o final do século XVIII até o início do século XIX. Em seguida, tratamos de analisar os ramos familiares que originaram os Teixeira Leite. Assim, levantamos e analisamos documentos cartorários de alguns membros das famílias Leite Ribeiro e Teixeira de Souza, moradores da vila de São João del Rei. Nessa análise, percebemos a inserção desses grupos familiares, inicialmente, na mineração do ouro e, mais próximo ao final do século XVIII, inseridos em atividades agropastoris e mercantis, padrão que destacamos como similar ao encontrado na região da Comarca do rio das Mortes. Realizada a caracterização dos grupos familiares que deram origem aos Teixeira Leite, passamos a analisar a presença dessa última família na região valeparaibana de Vassouras. Buscamos relacionar a atuação dos Teixeira Leite na ocupação da região com as oportunidades de ocupação das terras valeparaibanas e seu interesse pelo investimento na cultura do café. Nesse ponto, foi importante restringir a análise a um dos indivíduos mais destacados desse ramo familiar: Francisco José Teixeira Leite, que viria a receber o título de barão de Vassouras. Percebemos que os investimentos do futuro barão se caracterizaram como parte de um projeto da classe senhorial-escravista que englobava mudanças no território e que refletia sua posição naquela sociedade. Por fim, destacamos que o barão de Vassouras soube perceber as dificuldades da produção de café na segunda metade do século XIX, quando investiu seu capital em outras atividades econômicas, como a usura.

Palavras-chave: Família Teixeira Leite; Vassouras; cultura cafeeiro-escravista; economia de transição; São João del Rei.

ABSTRACT

The present research deals with the trajectory and formation of the Teixeira Leite family. To this end, we initially sought to debate the aspects that led individuals from this and other mining families to occupy the border region on the banks of the Paraíba do Sul river valley. In this sense, we spoke with historiography to characterize the occupation movement in this region since the late 18th century to early 19th century. Then, we try to analyze the family branches that originated the Teixeira Leite. Thus, we collected and analyzed notary documents of some members of the Leite Ribeiro and Teixeira de Souza families, residents of the village of São João del Rei. In this analysis, we noticed the insertion of these family groups, initially, in gold mining and, closer to the end from the 18th century, inserted in agricultural and commercial activities, a pattern that we highlight as similar to that found in the Comarca region of Rio das Mortes. After characterizing the family groups that gave rise to Teixeira Leite, we began to analyze the presence of this last family in the valeparaibana region of Vassouras. We seek to relate the work of Teixeira Leite in the occupation of the region with the opportunities for the occupation of valeparaibanas lands and their interest in investing in coffee culture. At this point, it was important to restrict the analysis to one of the most outstanding individuals in this family branch: Francisco José Teixeira Leite, who would later receive the title of baron of Vassouras. We realized that the investments of the future baron were characterized as part of a project of the lordship-slavery class that included changes in the territory and that reflected his position in that society. Finally, we highlight that the baron of Vassouras knew how to perceive the difficulties of coffee production in the second half of the 19th century, when he invests his capital in other economic activities, such as usury.

Keywords: Teixeira Leite family; Vassouras; coffee-slave culture; transition economy; São João del Rei.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

DIAGRAMA 1: Família Leite Ribeiro.....	54
DIAGRAMA 2: Família Teixeira de Souza.....	72
DIAGRAMA 3: Família Teixeira Leite.....	106
DIAGRAMA 4: Primeiro casamento de Francisco José Teixeira Leite.....	124
DIAGRAMA 5: Segundo casamento de Francisco José Teixeira Leite.....	133
GRÁFICO 1: Número de pés de café por escravo.....	116
GRÁFICO 2: Média anual das exportações brasileiras de café em toneladas.....	117
MAPA 1: Os caminhos antigos da Província do Rio de Janeiro.....	29
MAPA 2: Detalhe dos caminhos antigos da Província do Rio de Janeiro.....	30

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Bens legados por Dona Escolástica Maria de Jesus (1823).....	56
QUADRO 2: Bens legados por Francisco José Teixeira (1788).....	75
QUADRO 3: Pés de café e escravos arrolados entre 1821 e 1850.....	118
QUADRO 4: Capitalistas vassourenses e sua relação com Francisco José Teixeira Leite (1863).....	129
QUADRO 5: Avaliação dos bens e direitos do casal Maria Esméria e Francisco José Teixeira Leite (1851).....	130
QUADRO 6: Avaliação dos bens e direitos de Francisco José Teixeira Leite (1884).....	136

LISTA DE SIGLAS

ANRJ – Arquivo Nacional no Rio de Janeiro

APM – Arquivo Público Mineiro

BNRJ – Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro

CDH – Centro de Documentação Histórica de Vassouras

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MRSJR – Museu Regional de São João del Rei

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – O COMÉRCIO DE GROSSO TRATO, A ECONOMIA DE PASSAGEM E A OCUPAÇÃO DO VALE	19
1.1 A ocupação do Vale: origem(ns) do capital	24
1.2 Negócios de família: os empreendimentos familiares na ocupação do Vale	31
CAPÍTULO 2 – PORTUGUESES E MINERADORES NA ORIGEM: OS LEITE RIBEIRO	43
2.1 Os Leite Ribeiro	51
2.2 Os herdeiros de Escolástica Maria e José Leite Ribeiro.....	59
CAPÍTULO 3 – PORTUGUESES E MINERADORES NA ORIGEM: OS TEIXEIRA DE SOUZA.....	71
3.1 Francisco José e Ana Josefa: os pais dos Teixeira de Souza.....	71
3.2 Ana Esméria de Souza.....	87
CAPÍTULO 4 – A VASSOURAS DOS TEIXEIRA LEITE: DA FORMAÇÃO DA VILA AO APOGEU DO CAFÉ	104
4.1 Abertura e ocupação das terras da vila de Vassouras, a “princesinha do café”	107
4.2 A trajetória de Francisco José Teixeira Leite, tropeiro, cafeicultor, capitalista e barão	119
CONCLUSÃO.....	140
FONTES	144
Manuscritas.....	144
Impressas	145
REFERÊNCIAS	146

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido em um amplo esforço de inúmeros pesquisadores interessados nos aspectos sociais, políticos e econômicos do vale do rio Paraíba do Sul, desde a intensificação do processo de colonização da região, ao longo do século XVIII, até o fim da escravidão, no final do século XIX, e seus reflexos mais imediatos na sociedade brasileira, que adentram o século XX.

Nos últimos anos, é crescente o interesse por temas ligados à história e cultura do vale do rio Paraíba do Sul. O *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense* (Rio de Janeiro, 2011), projeto desenvolvido pelo Instituto Cultural Cidade Viva, em parceria com outras instituições, é um bom exemplo desse interesse cada vez mais constante pela região. Tais interesses, inclusive, são originados fora da academia, no seio do público mais amplo. Assim, buscando o aprofundamento dos estudos relacionados à arquitetura rural fluminense do ciclo do café e de suas estruturas produtivas e sociais, além do reconhecimento de sua importância histórica e socioeconômica, o referido *Inventário* reúne trabalhos de diversos autores, além de realizar um amplo levantamento das fazendas da região ainda remanescentes.

No nível das contribuições historiográficas, há de se destacar dois trabalhos: *E o Vale era o escravo* (SALLES, 2008) e *As memórias da viscondessa* (MUAZE, 2008). Ambos, com focos e objetos distintos, buscaram discutir as intrincadas relações da sociedade valeparaibana com o uso de uma ampla gama documental, pública e privada, disponível sobre a região. Outros inúmeros trabalhos também são desenvolvidos em pesquisas de mestrado e doutorado, especialmente nos programas sediados na região Sudeste, como os programas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Tais pesquisas são possíveis graças ao esforço de inúmeras instituições. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) têm realizado diversas ações objetivando a conservação do patrimônio regional. O IBRAM, através do Museu Casa da Hera em Vassouras, desenvolve diversos projetos no âmbito da educação patrimonial e museológica, além de dar suporte ao Arquivo Público Municipal de Vassouras que reúne importantes documentos produzidos no âmbito da municipalidade. Há de se destacar também as iniciativas de preservação, recuperação e disponibilização de documentos de inestimável relevância histórica realizados pelo Centro de Documentação Histórica de Vassouras (CDH) – que infelizmente foi extinto em 2013 por falta de verbas para sua manutenção, mas que ao longo de seu funcionamento colaborou para preservação e organização de inestimável acervo –, pelo Arquivo Público de Pirai e pelo

Centro de Pesquisa e Documentação Histórica de Valença. Todas essas ações contribuíram para que houvesse nos últimos anos uma ampliação das pesquisas sobre a história do vale do Paraíba.

A contribuição social de todos esses empreendimentos não se limita ao âmbito da produção historiográfica, cultural ou patrimonial; todas essas ações também repercutem importantes resultados no turismo da região, sobretudo no turismo histórico, como consequência direta da divulgação produzida pelas pesquisas científicas.

Outro esforço que deve ser reconhecido são os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos projetos *O Vale do Paraíba no século XIX e nas primeiras décadas da República* e *O Vale do Paraíba e a Segunda Escravidão*, ambos dirigidos pelo professor Ricardo Salles na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que contam com a participação de inúmeros pesquisadores do Rio de Janeiro, São Paulo e de outros estados, englobando diversas instituições de ensino e pesquisa. Esses pesquisadores congregaram-se em 2010 no grupo de pesquisa intitulado *A Segunda Escravidão e a Civilização Imperial Oitocentista Cultura Material e Cultura Política*, reconhecido e cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O primeiro grande seminário geral do grupo foi realizado na cidade de Vassouras e completa 10 anos de funcionamento no presente ano. Todas essas análises deram origem ao projeto *O Vale do Paraíba e o Rio de Janeiro no longo século XIX (1790-1910)*, que foi contemplado, em 2010, com o edital de Apoio a Núcleos Emergentes de Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), tendo como objetivos principais a realização de pesquisas e a disponibilização de acervos documentais históricos e de bens culturais que sirvam de base para os estudos sobre o século XIX e início do século XX na região do Médio Vale do Paraíba.

Nesse ínterim, o texto que ora apresentamos é reflexo direto dos incentivos e iniciativas acima apontados. Pretendemos contribuir com as discussões em curso, em especial analisando a inserção de um amplo grupo familiar na ocupação e desenvolvimento das margens do importante rio: os Teixeira Leite. Os patriarcas desse grupo familiar eram portugueses emigrados em busca de riqueza e que atenderam ao “chamado” do precioso metal encontrado nas Gerais no início do século XVIII. Esses patriarcas, Francisco José Teixeira e José Leite Ribeiro, se fixaram na Comarca do rio das Mortes, futura região da vila de São João del Rei, onde constituíram riqueza na exploração mineral e em outros negócios e se multiplicaram dando origem a um vasto grupo familiar. Sua descendência, a reboque da

transição econômica do final do século XVIII e início do século seguinte, percorre os caminhos que ligam as províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Às margens desses caminhos, fundaram povoados, vilas e cidades e encontraram novas oportunidades no comércio e na agricultura, em que foram pioneiros na produção do café, então produto muito valorizado no mercado mundial.

O processo apontado acima não se difere, *lato sensu*, do de muitas outras famílias mineiras, cujos membros saíram das regiões auríferas em busca de novas oportunidades. Alcir Lenharo (1979) já destacava em seu trabalho a descida desses mineiros para regiões mais ao Sul da Comarca do rio das Mortes, como as regiões de fronteira na Zona da Mata Mineira e ao longo da parte fluminense do rio Paraíba do Sul.

Como parte da análise desse processo, o primeiro capítulo do presente trabalho se dedicará a entender como a região fluminense do Vale foi ocupada. Buscaremos levantar os principais interesses para a migração de pessoas e capitais para essa nova região, bem como sua interlocução com o comércio entre as províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Daremos destaque à formação do mercado consumidor de gêneros de abastecimento produzidos na Comarca do rio das Mortes, sobretudo após a fuga de Portugal e a posterior instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro.

Entre esses indivíduos que se deslocaram para o Vale, estavam os Teixeira Leite e alguns de seus tios. Muitos se radicaram no Vale, onde formaram fazendas, mas alguns também foram buscar oportunidades na própria Corte e atuaram diretamente no comércio e na representação comercial de seus parentes e de outros fazendeiros e produtores do Vale e das Minas.

Observamos, contudo, que não era possível entender a família Teixeira Leite sem analisar melhor sua formação e as gerações que a precedeu. Por isso, reservamos os capítulos 2 e 3 para tratar especificamente dos patriarcas desse ramo familiar e de seus filhos. Analisamos inventários, testamentos e outros documentos de alguns indivíduos daquelas que nomeamos “família Leite Ribeiro” e “família Teixeira de Souza”. Nessa análise, perceberemos a inserção original dos patriarcas na atividade mineradora, mas também teremos a oportunidade de constatar outras áreas de atuação dos indivíduos dessas famílias.

Assim, constatamos que os Leite Ribeiro e os Teixeira de Souza investiram parte considerável de seu capital na aquisição de terras e escravos voltados para a produção agropastoril. Além disso, passa a ser importante, sobretudo no início do século XIX, sua atuação no mercado como capitalistas, ou seja, emprestadores de dinheiro a juros. Essa

mudança de padrão nos investimentos também foi notada na análise que realizamos sobre um dos Teixeira Leite mais destacados, o barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite.

Esse personagem, que terá mais da nossa atenção no último capítulo, foi um importante pioneiro na implantação e desenvolvimento do sistema cafeeicultor-escravista no Vale e, por consequência, também esteve ligado à própria história vassourense. No início de sua vida na região, o futuro barão de Vassouras atuou no comércio de longa distância. Era um dos tropeiros que ligavam sua região natal na Comarca do rio das Mortes aos mercados consumidores no Rio de Janeiro. Trazido ao Vale por seu tio materno, Francisco José Teixeira Leite se fixou na região da sesmaria de Vassouras e do Rio Bonito – gênese da futura vila e depois município de Vassouras – onde, com dinheiro emprestado de seu pai – o futuro barão de Itambé, Francisco José Teixeira –, formou uma fazenda e buscou casamento.

Após o falecimento de sua primeira esposa, Maria Esméria Leite Ribeiro, Francisco José Teixeira Leite passa conduzir uma mudança no perfil de seus investimentos. Ele próprio reconhece, ao longo do inventário da finada esposa, que a manutenção das propriedades rurais constituídas após o casamento não era viável. Argumentou que suas fazendas não podiam ser ampliadas, já que a região passava pelo esgotamento de áreas de florestas virgens; diante disso, a cafeeicultura nessas terras se tornava inviável e ineficiente pelo prisma econômico. Argumentou também que, quando seus filhos e herdeiros de sua falecida esposa atingissem a maioridade, os escravos legados já estariam velhos. Assim, solicita autorização para se desfazer desses bens e empregar, em nome dos filhos, o capital em investimentos mais rentáveis.

Tal episódio é o ponto de virada na vida econômica do futuro barão. Entre 1851 e 1884, respectivamente o ano de falecimento da sua primeira esposa e de seu próprio falecimento, Francisco José Teixeira Leite se desfaz das propriedades rurais e de grande parte de seus escravos. Muda-se para o centro da vila de Vassouras, local em que adquiriu um solar assobradado. Investe também em um imóvel na Corte, onde gostaria que sua mulher e filhos fossem morar após a sua morte. Por fim, grande parte de seu capital foi direcionado para a atividade econômica que mais ocuparia sua atenção: a usura.

Muitos trabalhos trataram de forma geral os membros da família Teixeira Leite. São pequenas análises que inserem as trajetórias individuais de seus membros em contextos mais amplos da História do Brasil. Contudo, os Teixeira Leite foram objeto específico de algumas análises que lhes dedicaram mais espaço e procuraram entendê-los como grupo familiar, que possuía estratégias próprias e que, por isso, merecia um estudo mais aprofundado. Entre essas últimas análises, temos o artigo *Uma irmandade de grandes cafeeiristas e civilizadores: os*

Teixeira Leite. Nascimento, vida e morte de Vassouras, que foi publicado inicialmente no periódico *O Jornal*, em 1927. Seu autor, Afonso d'Escragnolle Taunay, era um dos membros descendentes dessa família, já que sua mãe, a baronesa de Taunay, Cristina Teixeira Leite, era filha do barão de Vassouras. Nesse texto, o autor busca recuperar a história da família atrelada à própria história de Vassouras. Para isso, utiliza a região do Vale durante o século XIX como delimitação espacial e temporal do trabalho.

Anos mais tarde, Célia Maria Loureiro Muniz (2005a), em sua tese de doutorado, reservou em um dos capítulos espaço para analisar diversos indivíduos da família Teixeira Leite. Da mesma forma que o trabalho anterior, o trabalho de Célia Muniz se deteve à história da família em Vassouras durante o século XIX.

Nesse sentido, nosso trabalho se propôs a realizar um estudo mais alargado do ponto de vista cronológico e espacial para abarcar movimentos, tendências e características que só poderiam ser percebidas em análises mais amplas. Por isso, interessamo-nos pelas origens mineiras dos Teixeira Leite e analisamos os Leite Ribeiro e os Teixeira de Souza com foco na sua atuação em uma região cuja economia passava por transformações.

Se a ampliação do foco da análise traz pontos positivos para a pesquisa, não podemos ignorar seus pontos negativos. A escolha nos limita no número de trajetórias analisadas. Seria inviável para o presente trabalho levantar dados e documentos de todos os membros das famílias e de seus descendentes que nos propomos analisar, mesmo que apenas analisássemos os descendentes diretos. Esbarramos na nossa incapacidade de localizar diversos documentos cartorários, pessoais, entre outros que poderiam ampliar nossas percepções sobre aquilo que passamos a apresentar.

CAPÍTULO 1 – O COMÉRCIO DE GROSSO TRATO, A ECONOMIA DE PASSAGEM E A OCUPAÇÃO DO VALE

O clássico trabalho de João Fragoso, *Homens de grossa aventura*, se volta para a estreita relação da economia colonial agroexportadora com a constituição de um mercado interno dinâmico e mais amplo.¹ Colocando-se em contraposição a um “sentido” (PRADO JÚNIOR, 1981) ou de um “sentido profundo” (NOVAIS, 1979) da colonização, João Fragoso demonstrou uma realidade econômica complexa. Defendeu a tese de uma maior capacidade de acumulações endógenas e a autonomia, até então pouco aparente, da economia colonial frente ao mercado externo, mesmo em períodos mais antigos do processo de colonização. Para o autor,

[...] A existência de um mercado doméstico e de segmentos produtivos para ele voltados introduz um novo elemento na lógica de funcionamento da formação colonial – referimo-nos à possibilidade de reproduções endógenas. [...] o processo de reprodução desses segmentos se dá em meio ao mercado interno, constituindo-se, assim, em movimentos de acumulação introversas na economia colonial. Disso infere-se uma maior possibilidade de retenção do sobretrabalho na própria economia colonial e, portanto, de autonomia dessa última diante de flutuações externas. [...] Em realidade, a possibilidade de se apreender os movimentos de acumulação endógena à economia colonial prende-se à compreensão dessa última enquanto formação econômico-social. Desse modo, aquela acumulação resultaria, a princípio, da interação mercantil dos processos de reprodução do escravismo colonial com os setores produtivos ligados ao mercado doméstico (FRAGOSO, 1998, p. 131-132).

Para o autor, essa característica explicaria, inclusive, o surgimento de áreas de economia mais dinâmica frente às áreas decadentes de economia dependente da agroexportação do açúcar e de outros gêneros durante a colonização. A ênfase na análise da influência do mercado interno sobre a economia colonial e sua capacidade de acumulação seria retomada em outros trabalhos. Pouco depois, em trabalho conjunto com Manolo Florentino, João Fragoso (1996) retoma o debate acerca da autonomia da economia brasileira frente ao mercado internacional. Tomando, em particular, sua independência das exportações para o mercado internacional, os autores destacam que o Rio de Janeiro se tornaria, ao longo do século XVIII, a principal praça mercantil do Ultramar Português, suplantando outras

¹ Inicialmente publicado em 1992, o livro é parte da tese de doutoramento em História que o autor defendeu em 1990. Anos mais tarde, fruto da mesma tese, o autor publicou novo livro intitulado *Barões do café e sistema agrário escravista* (2013).

praças tradicionais como a de Salvador e Recife.² Segundo os autores, diferentemente das duas últimas, a economia da praça do Rio de Janeiro manteria relações mais claras com o mercado doméstico e não com a exportação do açúcar ou de outros gêneros para países da Europa ou para os Estados Unidos e recebia itens que seriam distribuídos na colônia brasileira para localidades mais distantes, além de sediar parte da elite mercantil que se beneficiava das relações comerciais que se ampliavam no período. A colônia se reorganizava e, como reflexo desse novo arranjo, assistia-se à ascensão da classe dos comerciantes de grosso trato, sobretudo da praça do Rio de Janeiro, que se tornara uma nova classe hegemônica, assumindo o espaço da antiga elite burocrática, bem como dos grandes senhores de terras, grupos que até o final do século XVIII dominavam o cenário político e econômico colonial.

Fragoso e Florentino defendem que parte significativa do desenvolvimento do comércio do Rio de Janeiro é creditado a fatores endógenos à economia colonial. Em outras palavras, voltam os olhares para os fatores que não se alinham diretamente ao comércio atlântico, mas ao intenso fluxo comercial entre o Rio de Janeiro e outras regiões da colônia, como as Minas Gerais. No que tange essa última rede comercial, havia demandas bastante amplas: os mineiros demandavam desde trabalhadores escravos, que desembarcavam no porto fluminense, aos gêneros das mais variadas ordens que eram empregados na extração mineira e na manutenção desta, além de serem aproveitados também na economia agropastoril que lá se desenvolvia. *A priori*, o desaquecimento da economia de extração mineira, já aparente no início da segunda metade do século XVIII, poderia ter influenciado negativamente a ascensão da praça do Rio de Janeiro, mas pelo contrário, o mercado interno assegurou as condições necessárias para a manutenção do dinamismo da praça do Rio de Janeiro, já que,

[...] com a crise do ouro e dos diamantes, Minas reordenou-se para o suprimento da cidade do Rio de Janeiro, cujo crescimento demográfico foi notável a partir de 1760. Estruturou-se ao sul das Gerais um verdadeiro complexo agropecuário, e sua comarca mais importante (Rio das Mortes) conheceu um aumento populacional estupendo – de 82781 habitantes em 1776 para 213617 em 1821, ou seja, de 1/4 para 2/5 da população da capitania como um todo. Entre estes dois anos, a população mineira cresceu 61%, enquanto naquela comarca tal índice alcançou 158%. Tais dados indicam tanto o deslocamento demográfico de antigas áreas de mineração para o Sul quanto o incremento das importações de escravos (FRAGOSO, FLORENTINO, 2001, p. 78-80).

² Acompanhado do desenvolvimento econômico havia também o crescente protagonismo político do Rio de Janeiro dentro do Império Português, processo que foi foco da análise de Maria Fernanda Bicalho em diversos trabalhos. Sobre isso, conferir especialmente BICALHO (2003).

Como uma das conseqüências do crescimento populacional experimentado por uma de suas mais destacadas comarcas, Minas, então, diversificou-se, passando a consolidar novas atividades econômicas intrinsecamente ligadas ao Rio de Janeiro. Simultaneamente, a indústria aurífera ainda se mantinha, menos robusta, menos dinâmica, mas ainda muito importante para a economia local. Na leitura da realidade feita por esses autores, tal semelhante conjuntura possibilitou a manutenção – e, em seguida, o aumento – da pujança das relações comerciais entre as duas regiões – Minas e Rio de Janeiro –, o que dá base para a implantação de novas áreas de cultivo ou criação com o intuito de atender à demanda que despontava e se ampliava a cada ano. Esse movimento era conseqüente, entre outros, do significativo aumento da demanda propiciado pelo novo lugar do Rio de Janeiro e de sua praça comercial no cenário atlântico, que viria a ser consolidado e acentuado após a fuga da Corte Portuguesa em 1808 para o Brasil.

Nos capítulos subsequentes, reservamos espaço para observar de forma mais detida algumas questões relacionadas ao desenvolvimento do comércio de abastecimento ao Sul de Minas. Contudo, por agora, gostaríamos de adiantar que, especificamente sobre essa região, ao longo do final do século XVIII e nas primeiras décadas do século seguinte, foi observado que a tendência para produção e mercantilização de gêneros de subsistência ou abastecimento não foi criada ou não surgiu como conseqüência natural, como muitas vezes se fez supor, mas foi reforçada dentro de uma dinâmica específica, quando se assistia a perda do dinamismo da produção mineira das décadas iniciais do século XVIII. Na interpretação de Alcir Lenharo,

É conhecido que, com a crise da mineração, as áreas mineradoras refluíram, reorganizando-se economicamente através da produção de subsistência. O que não tem sido enfatizado suficientemente, no entanto, é que o Sul de Minas teve um desdobramento peculiar. De fato, esta região conheceu um reforço em sua estrutura econômica, já alicerçada na produção mercantil de gêneros de subsistência. Atividades de produção, portanto, que não se relacionavam com tendências de involução ou regressão econômica; pelo contrário, tratava-se de produção mercantil de gêneros de subsistência, mas voltada para fora, em busca de mercados (LENHARO, 1979, p. 73).

Marcos Guimarães Sanches (1997) também analisou parte do processo de reorganização da economia colonial ao avaliar a apropriação agrária nas margens fluminenses do médio Paraíba do Sul. Essa região manteve intenso intercâmbio com as regiões auríferas e de produção de gêneros de subsistência nas Minas Gerais ao cabo do século XVIII. Assim, para o autor, havia uma clara associação entre as atividades agropastoris desenvolvidas ao

longo do rio Paraíba do Sul e o comércio, já que os caminhos e estradas³ que circundavam o rio eram facilitadores de tal prática. De outra forma,

A produção de abastecimento e, em menor escala, a economia de passagem parecem nunca ter estado desvinculadas do setor mercantil, principalmente a do Rio de Janeiro, “intermediário dos mercados externos com Minas Gerais” (SANCHES, 1997, p. 186)⁴.

O médio vale do Paraíba do Sul, portanto, se beneficiava de sua estratégica localização entre a praça do Rio de Janeiro e os locais de produção de gêneros de abastecimento no sul de Minas Gerais. Sanches está entre os autores que não creditam o desenvolvimento da agricultura de abastecimento na região do Vale apenas àquilo que foi denominado de crise da indústria de extração aurífera. Para o autor, houve um intenso esforço de estímulo à expansão agrícola gerenciado pelo Estado metropolitano, afetando diretamente a região, sobretudo a partir da década de 1760. Processo que se desenvolve em paralelo ao declínio na produção daquele precioso metal. Considerando a agricultura de abastecimento como parte da “economia acessória” à extração do ouro, o autor afirma que

A decadência da mineração depois de 1760 não esvaziou a “economia acessória”, mas, ao contrário, ela ganhou novos impulsos, inclusive com a introdução e expansão de novas culturas como as do algodão, arroz, cacau, café, sem contar com a do açúcar. [...]

Estudos mais recentes sobre o papel do comércio na economia colonial abrem uma outra perspectiva para a explicação do não-declínio das atividades acessórias, em paralelo às atividades principais: a sua vinculação não se daria prioritariamente com os “produtos-chave” como queria a historiografia tradicional, mas se daria com o setor mercantil, que dinamizava a relação entre os diversos setores da economia colonial (SANCHES, 1997, p. 167).

Enquanto João Fragoso afirma que as bases da economia colonial se mantinham, mesmo nessas novas fronteiras, e que as áreas de produção recém-abertas se conformavam ao sistema agrário escravista que caracterizara a exploração colonial desde seus primeiros momentos (FRAGOSO, 2013, 43-44), Rafael Marquese e Dale Tomich seguem por vereda divergente. Com algum grau de proximidade às interpretações de Marcos Sanches, esses autores entendem que nas novas áreas abertas às margens dos caminhos que ligavam o Rio às Gerais repercutiam os interesses diretos da economia colonial. Além disso, estavam

³ Sobre os caminhos e estradas que cortavam a região e facilitavam a ligação e o trânsito de pessoas e mercadorias entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ver MAGALHÃES (1934), MATOS (1949) e NOVAES (2008).

⁴ No trecho entre aspas, o autor faz referência ao trabalho de Mafalda P. Zemella (1990, p. 65-69).

assentados diversos outros fatores, como, por exemplo: o intenso tráfico de escravos entre os portos africanos e o Rio de Janeiro – que gerava a força de trabalho necessária para a abertura e formação das novas áreas – e o complexo sistema de transportes por mulas, que interligava regiões de topografia acidentada com relativo sucesso, fatores que seriam fundamentais para, anos mais tarde, instalar-se e desenvolver a cultura do café (MARQUESE e TOMICH, 2015, p. 34-35).

Analisando o processo de abertura de novas regiões de fronteira no início do século XIX, e com especial olhar para o caso de Rio Claro, na interseção das Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, Warren Dean entendeu que a ocupação massiva e desenvolvimento da cultura cafeeira foi “lastreada sobre recursos do setor mercantil de subsistência” (DEAN, 1977, p. 20-25). Em direção similar, Fragoso, analisando os investimentos realizados para a estruturação dos estabelecimentos de produção agrícola na região de Paraíba do Sul – cidade banhada pelo rio de mesmo nome e localizada na região central da Província do Rio de Janeiro, além de importante polo de ligação dos portos fluminenses com o Sul de Minas – percebe que eles foram possíveis após acumulação previamente realizada no comércio. Dessa forma, para Fragoso, é possível asseverar que aqueles que viriam a se tornar “os grandes senhores” de Paraíba do Sul, tiveram suas fortunas formadas originalmente na acumulação mercantil, muitos dos quais estavam – os próprios ou suas famílias – assentados na praça de comércio do Rio de Janeiro (FRAGOSO, 2013, p. 43-44).

Ao sublinhar que o investimento na produção, sobretudo em terras e escravos, “está subordinado a uma lógica que é a da recorrência de uma dada estratificação assentada nas diferenças entre os grupos sociais, via prestígio”, Fragoso afasta – ou minimiza – a possível relação com as demandas produzidas na esfera do mercado mundial (FRAGOSO, 1998, p. 297).

Em se tratando do capital empregado na abertura e colonização de terras em regiões de fronteira, como as terras fluminenses do vale do Paraíba do Sul, bem como em sua vertente mineira – e aqui nos referimos à região de fronteira agrícola da Zona da Mata Mineira, que foi, aberta e colonizada paralelamente ao processo ocorrido no vale fluminense, em consonância, inicialmente, com as demandas da mineração e, posteriormente, com as demandas da Corte e da cultura do café. O capital pode também ter sua origem em outros setores distintos do mercantil, apartados ou a ele associados. Ou, ao menos, nos parece que a especialização não foi tão pura como defende Fragoso, em especial ao atentarmos para as diversas realidades que compunham aquele grande mosaico entremeado pela bacia daquele rio e suas áreas de influência mais direta. A lógica da transposição de capitais do comércio para a

aquisição de terras e escravos, observada, em especial, na argumentação apresentada no livro *O arcaísmo como projeto*, e expressa como padrão para esse processo de ocupação de terras, não é ponto patente na historiografia. O debate acerca deste ponto vem servindo como incentivo para a ampliação dos estudos sobre o *modus operandi* da classe proprietária e detentora de capital, sobretudo nas análises relacionadas ao intervalo de tempo compreendido entre as últimas décadas do período colonial e as primeiras décadas após a independência. Nas linhas a seguir, buscaremos analisar a ocupação das terras valeparaibanas observando esse debate.

1.1 A ocupação do Vale: origem(ns) do capital

Os primeiros sesmeiros estabelecidos nas margens médias do rio Paraíba do Sul, já antes do século XVIII, mantiveram relações estreitas com o Estado Português. Indivíduos que recebiam títulos, muitas vezes, em troca de favores prestados à Coroa, sobretudo na abertura e manutenção dos caminhos e outras obras de interesse geral. Após os pioneiros, ao longo do século XVIII e início do século XIX, havia ainda alguns proprietários na região que ocupavam postos na administração ou nas milícias estatais. Por exemplo, podemos destacar os envolvidos no aldeamento de nativos na região de Valença e Conservatória, cujos préstimos ao interesse estatal foram recompensados com mercês e com auxílio financeiro da metrópole (SANCHES, 1997, p. 180). Ou ainda, eram “poderosos traficantes de escravos com amplo trânsito na burocracia joanina, capazes de arrematar os lucrativos contratos da Coroa, como os Faro, e gente pioneira na ocupação da região de Pirai, como os Gonçalves de Moraes, foram agraciados com mais de uma sesmaria” nas margens do Paraíba do Sul (MARQUESE e SALLES, 2015, p. 108).

Na mesma direção, em seu clássico estudo sobre o vale do Paraíba do Sul e, em particular sobre Vassouras, Stanley Stein aponta que no século XVIII a região onde seria erigida a vila de Vassouras passou a ser ocupada por dois tipos de pioneiros. Inicialmente, temos aqueles que mantinham relação direta com os interesses estatais, como os sesmeiros que possuíam títulos de terras resultantes do auxílio prestado na abertura ou manutenção de estradas e que, como contrapartida, obrigavam-se a manter suas terras produtivas e vendiam a produção agrícola aos tropeiros. O segundo grupo era fundamentalmente formado pelos ocupantes das terras que, muitas vezes, o faziam de forma ilegal, popularmente conhecidos

como “posseiros”⁵. Estes últimos, bem como também os primeiros, eram atraídos para a região pelas inúmeras oportunidades que a economia de passagem assegurava aos que se estabeleciam nas margens dos caminhos (STEIN, 1990, p. 35-36). Contudo, essas oportunidades não se apresentavam de maneira irrestrita para todos; a política de impedir a abertura de novos caminhos ou picadas nas matas que pudessem dar acesso às regiões auríferas e, assim, evitar o descaminho e a burla da fiscalização foi eficaz em dificultar o povoamento massivo da região até sua suspensão na década de 1780 (MOTTA, 1998, p. 31-59).

Mas como se dava a aquisição, formal ou não, de terras em regiões de fronteira?

Partamos do princípio de que para a realização dos investimentos na abertura dos empreendimentos do Vale, havia a necessidade de capital-dinheiro. Em geral, a condição de investidor só é alcançada após prévio acúmulo de capital e posterior transformação em capital-dinheiro, seja como resgate dos rendimentos de investimentos já existentes ou da desmobilização de capitais, também já existentes. Outra possibilidade seria através de herança, mas mesmo essa possibilidade passa pela acumulação prévia de capital por outrem e desmobilização do mesmo (SALLES e BORGES, 2015, p. 210-230). Não deixemos de fora de nosso horizonte que a própria terra só era concedida oficialmente, pelo menos até a estruturação da independência em 1822, após comprovação da capacidade do solicitante-investidor de fazê-la produzir, comprovação que se dava através da verificação da força de trabalho de que dispunha – ou que podia dispor – o solicitante-investidor, ou seja, se ele

⁵ O termo “posseiro” é um dos termos que observam distintas interpretações pela historiografia, mas é comum observar sua utilização relacionada à prática posterior à regulamentação do uso e posse da terra estabelecidos pela Lei de Terras de 1850. Por esse prisma, o uso desse termo na conjuntura da ocupação do território seria um anacronismo, já que, em referência ao dispositivo legal, somente após 1850 poderia ser aplicado (MOTTA, 1998). Contudo, o uso do termo no trecho em questão foge ao escopo legal e é aplicado de forma ampliada, já que mantém relação com a tipologia utilizada por Stanley Stein no referido trabalho que tratamos de analisar e pode se distanciar da aplicação mais usual ligada à legislação a que nos referimos. Lembramos que o uso desse termo pelo autor é resultante do amplo estudo documental que embasou sua pesquisa, sobretudo analisando muitos processos de medição e demarcação de terras. Para Stein, posseiro é sinônimo de ocupante de terra que não é sua de direito estabelecido por provisão legal; trata-se de um camponês que, em geral, é um dos primeiros a ocupar a terra em questão. Essa perspectiva influenciou o uso de tal categoria em estudos de diferentes autores, a exemplo de Eduardo Silva (1984), Célia Muniz (2005), Mariana Muaze (2006; 2008), entre outros. É essa a perspectiva que adotamos quando da utilização do termo “posseiro” ao longo desse trabalho.

possuía capital em forma de mão de obra (escravos) ou se teria capacidade para tanto, prática consonante ao interesse estatal de incentivar a ocupação e colonização das terras da colônia.⁶

Também era possível, ainda, a tomada, pelo investidor, de capital-dinheiro no mercado através de empréstimos. Na sociedade colonial, mesmo essa possibilidade passava pela condição de existência prévia de capital acumulado, que viria a ser dado como garantia ao empréstimo, como observa a regra para grande parte dos casos já analisados pela historiografia. Conseguir capital emprestado sem possuir garantias não era a regra e só poderia se efetivar dentro de grupos, familiares ou não, cujas redes de solidariedade possibilitassem inibir, substituir ou diminuir as garantias tradicionais de mercado por outras, mais ligadas a aspectos simbólicos, como a “honra” do indivíduo, ou a relações que não se organizam de acordo com as regras do próprio mercado. Por sua vez, mesmo no interior de grupos familiares, era comum que o crédito fosse contratado entre as partes através de instrumentos já institucionalizados como os contratos registrados, letras de crédito e hipotecas, não raro as garantias ali listadas denotavam o prévio acúmulo de capital daqueles que buscavam empréstimos.⁷

Muitos daqueles que se estabelecem no Vale a partir do final do século XVIII têm suas origens, e muitas vezes suas fortunas, radicadas na própria capitania ou, mais adiante, província do Rio de Janeiro, mantendo estreita relação com o comércio praticado na praça do Rio de Janeiro. Por sua vez, segundo as análises de Rafael Marquese e Ricardo Salles, o

⁶ Na esfera legal, o texto do Alvará de 1795, que buscava regulamentar a concessão de sesmarias no Brasil, preconizava o seguinte: “[...] Sendo, como é, por uma parte justo que cada sesmeiro não tenha mais terra de sesmaria que aquela, que pode cultivar por si, e seus escravos, não se lhes concedendo mais que uma só sesmaria, e esta quando muito de três léguas; [...] possa cada um dos seus sesmeiros possuir duas, ou mais sesmarias, contanto que tenham possibilidades, e número de escravos, que inteiramente cultivem umas, e outras terras, ficando todos eles, neste caso, obrigados no termo de dois anos a requererem no Conselho Ultramarino a confirmação delas, pedindo dispensa das ordens em contrário; as quais sesmarias se lhes confirmarão tão-somente no caso, em que plena, e legitimamente conste, que estes sesmeiros têm possibilidades, e tanto número de escravos, quantos são, ou forem necessários para cultivarem todas aquelas terras, ainda que respectivas a diferentes sesmarias [...]. Ordeno ao mesmo fim, que todos aqueles sesmeiros, que possuírem uma data de terras, e sucederem em outras por título de herança, doação, ou outro qualquer, que autorize a sua legítima posse, e não tiverem possibilidades, e escravatura para cultivarem umas, e outras sesmarias, sejam obrigados dentro de dois anos a vendê-las [...]”. ALVARÁ DE 5 DE OUTUBRO DE 1795: SESMARIAS DO BRASIL. RIHGB. v. 298. jan/mar 1973. Rio de Janeiro: IHGB. p. 218-230. Sobre uma discussão em torno das políticas de concessão de terras no Rio de Janeiro e no vale do Paraíba do Sul, ver SANCHES (1997). Segundo Rafael Marquese e Ricardo Salles, no processo de ocupação da região “Adotou-se, com essas concessões, um novo padrão: seguindo as normativas do alvará de 5 de outubro de 1795 – que estipulavam a obrigatoriedade de demarcação e medição prévia das terras a serem dadas em sesmarias, confirmadas por alvará firmado já no Rio de Janeiro –, em 25 de janeiro de 1809” (MARQUESE e SALLES, 2015, p. 107).

⁷ Um exemplo interessante pode ser observado na dívida de 46:223\$934 contraída por Luís Gomes Ribeiro com o seu filho Claudio Gomes Riberio de Avelar (Barão de Guaribú), analisado por Ricardo Salles e Magno Borges (2015, p. 218-223). Ainda sobre o tema, entre outros ver PESAVENTO (2018), FARIA (1998), MARCONDES (1998) e ALMICO (2015).

processo de ocupação econômica e demográfica do médio vale do Paraíba do Sul, intimamente ligado à montagem da cafeicultura na região, se deu

[...] tanto um movimento ‘serra acima’, isto é, de grandes negociantes (traficantes transatlânticos de escravos, em especial) e de burocratas da praça do Rio de Janeiro que aplicaram seus vultosos capitais na nova atividade econômica, como um movimento ‘serra abaixo’, isto é, de produtores de mantimentos e tropeiros do Sul de Minas Gerais que desceram a Serra da Mantiqueira para investir em uma atividade muito mais rentável, voltada ao mercado mundial, do que suas operações no mercado interno (MARQUESE e SALLES, 2015, p. 109).

Na análise dos autores, se o movimento “serra cima” foi, em larga medida, mas não exclusivamente, decorrente da vinda da Corte para o Brasil, o movimento de “serra abaixo” obedecia a influxos mais antigos de expansão e povoamento, originários da ampliação e diversificação da economia mineradora, principalmente em sua fase de declínio a partir da segunda metade do século XVIII” (MARQUESE e SALLES, 2015, p. 109-110).

Entre aqueles que participaram da subida da serra, estavam os irmãos Portugal, pertencentes a grupos com raízes mais recentes na colônia. Os comerciantes José Gonçalves Portugal e Brás Gonçalves Portugal estavam estabelecidos na praça do Rio de Janeiro pelo menos desde a metade do século XVIII. Em 1815, os irmãos são citados como antigos proprietários de terras na região valeparaibana de São João do Príncipe, quando Francisco José de Oliveira busca regularizar uma sesmaria adquirida por ele e que estava pendente de demarcação há pelo menos 35 anos.⁸

Caso mais destacado de investimento de comerciantes de grosso trato na abertura ou ampliação de fazendas no Vale é relatado pelo viajante francês August de Saint-Hilaire nas anotações sobre sua primeira viagem pelo interior fluminense e mineiro, realizada em 1816, onde destacava a grande importância das fazendas Pau Grande e Ubá. A primeira, com “o engenho de açúcar mais importante que vi no Brasil”, enquanto a outra construída poucos anos antes da visita com recursos de “dois comerciantes do Rio de Janeiro” associados a José Rodrigues da Cruz que, em 1806, a venderia a seu sobrinho, o comerciante de grosso trato João Rodrigues Pereira de Almeida – ambos integrantes da extensa família dos Gomes Ribeiro de Avelar. Após a compra de Ubá, João Rodrigues foi o responsável pelas melhorias que garantiram à casa sede um padrão confortável, tornando-a “uma moradia elegante em que se encontram todas as comodidades da vida”, características que impressionaram o cronista (SAINT-HILAIRE, 1938a, p. 41-43).

⁸ ANRJ - **Francisco José de Oliveira** (1815). Sesmarias. Notação: BR RJANRIO BI.0.R15.1707

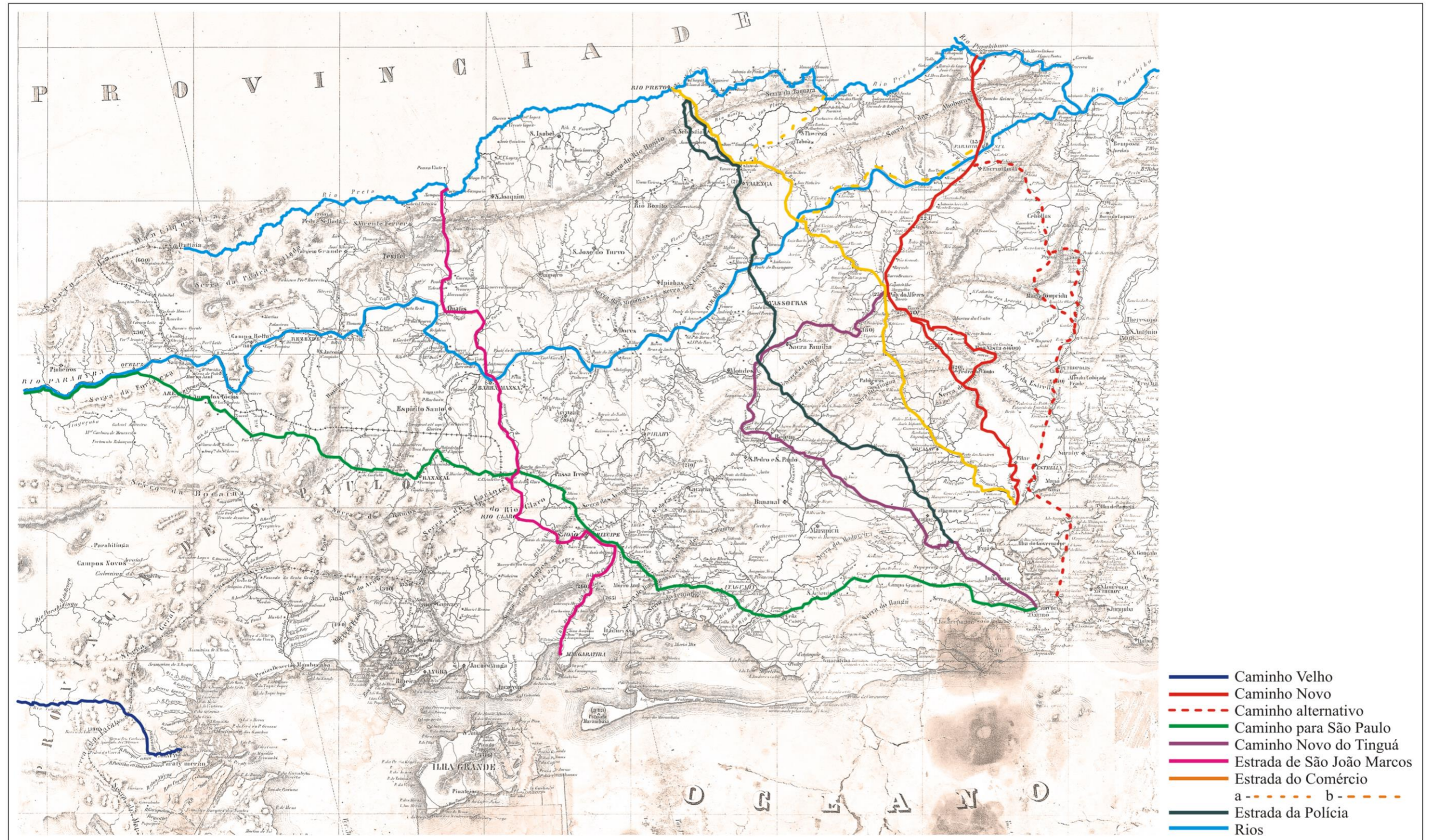
Entre essas melhorias está a transição da economia lastreada na cana-de-açúcar para a produção de café, já que Ubá, como pontuou o viajante, foi pioneira no plantio de café na serra. A proeminência da fazenda e a posição de seu proprietário no cenário político nacional possibilitaram que, em meio às disputas políticas que marcaram o reinado de D. Pedro I e à crescente retirada de apoio dos grandes senhores de terra ao imperador, João Rodrigues recebesse o título de barão de Ubá em reconhecimento pelos serviços prestados ao Império (PIRES, 1995, p. 69-75).

Outros comerciantes menos proeminentes, de distintas e até obscuras origens, com investimentos mais diversificados que podiam incluir rendas ligadas a atividades agrícolas, também investiram parte de seus capitais no Vale, fato que era de conhecimento público já naquela época, como também observou Saint-Hilaire nos relatos sobre a visita que fez na década de 1820 ao Porto Estrela. Nestes relatos, o viajante caracteriza o porto, localizado nos fundos da baía de Guanabara, como o responsável por grande parte do comércio local e externo da Província do Rio de Janeiro. Aponta ainda o cronista que o porto fazia parte de uma complexa rede de entrepostos comerciais interligados através do transporte por mulas.

Em análise sobre a descrição da típica cena fluminense do transporte por mulas feita por Saint-Hilaire, Fernand Braudel destaca que o viajante francês reconheceria que “os que dirigem os comboios, os tropeiros brasileiros, financiam a produção de algodão e, em breve, a do café. São os pioneiros de um capitalismo precoce” (BRAUDEL, 1970, p. 281).⁹ Há aqui claro indício, fundamentado no relato do viajante francês, que, já em 1820, havia investimentos mais diversos no financiamento da produção agrícola fluminense. Esta, por sua vez, recebia investimentos não só dos grandes comerciantes, mas também de indivíduos menos abastados e/ou ligados a ramos periféricos da economia fluminense, como os tropeiros que perambulavam pelos caminhos, novos e antigos, da província.

⁹ Parte considerável dos estudos recentes sobre a formação e expansão da cultura cafeeiro-escravista no vale do Paraíba do Sul observam a relação entre esta e das demais regiões produtoras de *commodities* – como o Sul dos Estados Unidos e Cuba, que respectivamente se destacavam pela produção de algodão e açúcar – com o desenvolvimento do capitalismo industrial. Sobre isso, ver SALLES (2008, 2012, 2015), MARQUESE (2015, 2016, 2019) e MARQUESE e TOMICH (2015), entre outros.

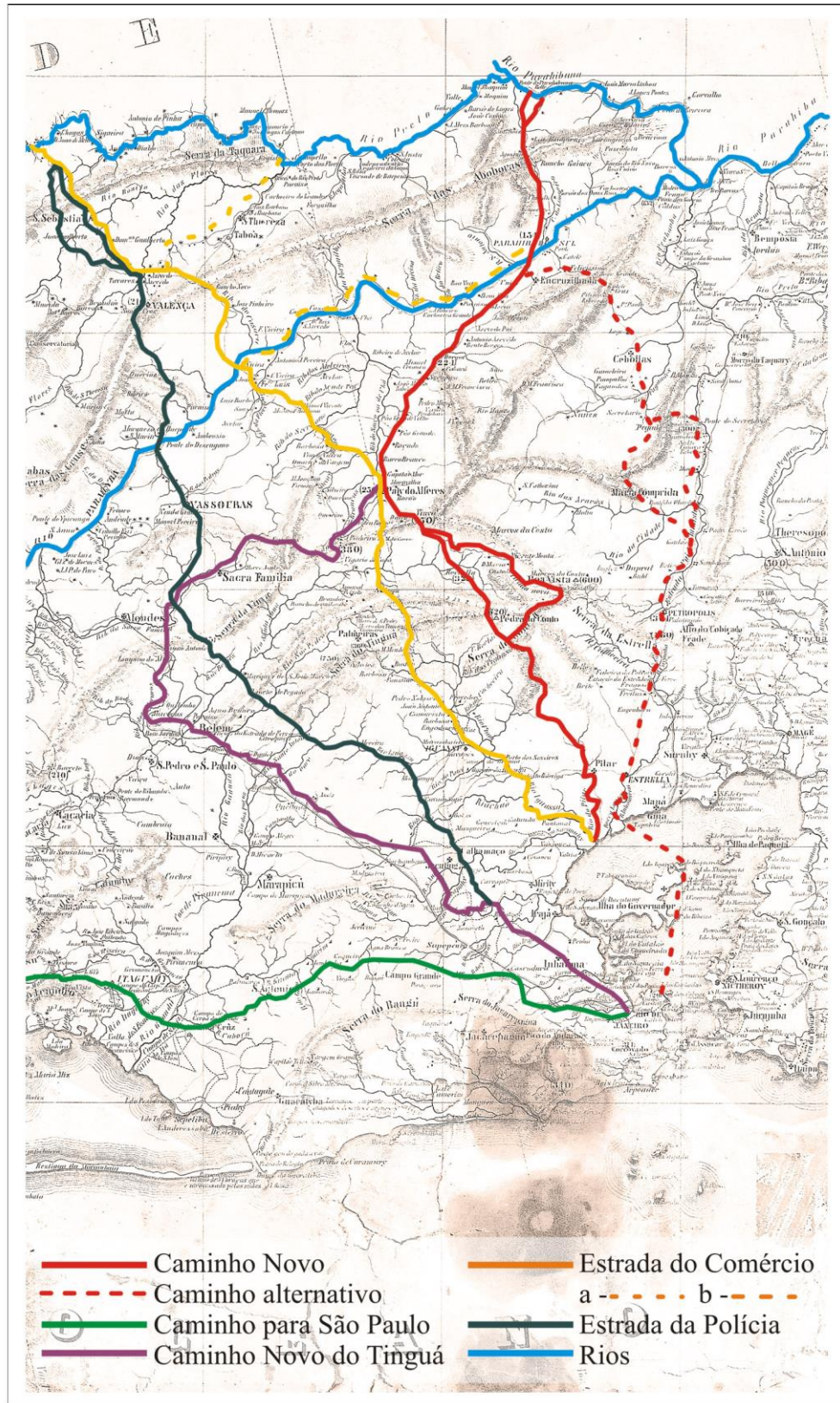
MAPA 1
Os caminhos antigos da Província do Rio de Janeiro



Fonte: NOVAES (2008, p.60)¹⁰, adaptado a partir da BN - *Carta Geográfica da Província do Rio de Janeiro* (1858).

¹⁰ O mapa representa a porção sul da província do Rio de Janeiro e seus limites com as províncias de São Paulo e Minas Gerais. Em azul claro, na parte superior da imagem, os principais rios da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

MAPA 2
Detalhe dos caminhos antigos da Província do Rio de Janeiro



Fonte: NOVAES (2008, p. 60), adaptado a partir da BN - *Carta Geográfica da Província do Rio de Janeiro* (1858).

Em essência, essa lógica também pode ser estendida para o entendimento da ocupação e exploração das terras do Vale, já que o viajante anota que o financiamento da lavoura cafeeira, que se destacaria naquela região, contaria também com recursos dos envolvidos no comércio de tropas. Esse era o caso de Hilário Gomes Nogueira, importante ascendente de uma importante família do Brasil Império, os Nogueira da Gama. Hilário formou a fazenda Olaria, situada no Caminho Novo da Piedade, a partir de uma sesmaria comprada em 1801 nas cercanias de São João Marcos e Piraí, região da bacia do rio Paraíba do Sul e de ligação entre as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Ele

era natural de Baependi, Minas Gerais; produtor de mantimentos para o mercado interno e envolvido no comando de tropas de mulas, deslocou-se para a fronteira das capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro na virada do século XVIII para o XIX. Em 1807, foi um dos signatários da petição demandando a fundação da vila de São João do Príncipe, atendida por D. João em 1813, período em que obteve mais sesmarias na região. Entre essa data e seu falecimento, em 1824, foi um dos grandes traficantes de escravos locais, com constantes compras de africanos na praça do Rio de Janeiro para vendê-los serra acima. Hilário era primo de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro visconde e marquês de Baependi (títulos recebidos em 1824 e 1826), igualmente proprietário de terras e escravos no Médio Vale do Paraíba, na região de Valença, e, assim como o parente, figura proeminente no Primeiro Reinado (MARQUESE e SALLES, 2015, p. 109).

Mas não somente comerciantes de grosso trato e tropeiros radicados no Rio de Janeiro deslocaram seus investimentos para o Vale.

1.2 Negócios de família: os empreendimentos familiares na ocupação do Vale

Ainda sobre a origem daqueles que investiram na formação de fazendas nas terras do Vale, há outros casos que podem nos ajudar a esclarecer essa questão e que, por isso, merecem nossa atenção. Em *História do café no Brasil*, Affonso d'Escragnolle Taunay analisa o desenvolvimento da cultura do café no vale do rio Paraíba do Sul e dissertando sobre as famílias que lá se estabeleceram afirma que

Muitos desses fazendeiros, descendentes dos paulistas dos troncos quinhentistas, que, fascinados pelo ouro, haviam penetrado em terras mineiras, colonizando-as, tendo acima de si algumas gerações de denodados bandeirantes fortes, e tenazes desbravadores das terras do *hinterland* brasileiro, quando radicados ao solo fluminense, pela adoção de cultura largamente remuneradora, sentiram o natural desejo de reelevação social, como a quiserem atingir e reafirmar o brilho e o

prestígio da situação que seus antepassados haviam gozado nas côrtes de seus monarchas (TAUNAY, 1939, p. 217).

A colocação de Taunay pode parecer não acrescentar muito sobre a origem do capital aplicado na colonização do Vale, mas com olhar mais atento, percebemos que há aí o indicativo de que a origem desses indivíduos pode ser bem mais difusa do que se imagina. É claro que para o Vale afluíram famílias ou “bandos” há muito estabelecidos na província do Rio de Janeiro. Mas precisamos atentar para os elementos provenientes de outras províncias, como São Paulo e, sobretudo, Minas Gerais, muitos dos quais com relações menos exclusivas com o comércio de grosso trato.

Entre os mineiros, destacamos os Werneck, um extenso grupo familiar de grande importância pelo número de ramos criados e pelas posições que ocuparam no cotidiano político e econômico do Império, além de grandes investimentos na aquisição de terras em ambas as margens do rio Paraíba do Sul. Os Werneck, cujo núcleo familiar adquiriu fortuna com o comércio praticado na praça do Rio de Janeiro e com os serviços militares prestados à Coroa, já estavam nas cercanias do rio Paraíba do Sul antes do início do século XIX (SILVA, 1984; RAMOS, 1941).

É importante destacar que o capitão de ordenanças Inácio de Sousa Werneck, convocado a auxiliar os fazendeiros locais no aldeamento dos índios coroados, onde viria a se estabelecer a vila de Valença em 1801¹¹, adquiriu em 1789 naquela região as áreas de Santana e Boa Vista, ampliando a Sesmaria do Saco Velho que originariamente foi obtida em 1751 por seu pai, o português Manoel de Azevedo Mattos, que parece ter sido o pioneiro daquela família na ocupação das terras do interior fluminense (SANCHES, 1997, p. 204). Manoel, açoriano emigrado para as regiões mineiras, além de minerador, fazia comércio entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro percorrendo o Caminho Novo, estrada que cortava o vale do rio Paraíba do Sul, por isso seu interesse na aquisição de terras e instalação nessa localidade (RAMOS, 1941).

Nascido em 1742 na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, atual Barbacena (MG), Inácio de Sousa Werneck adicionou à herança que recebeu e às terras que comprou do pai uma outra data de terras localizada naquela região, conhecida por

¹¹ BNRJ - **Ofícios aos capitães Inácio de Sousa Verneck e Manuel Valente de Almeida determinando que prestassem os auxílios necessários a José Rodrigues da Cruz, encarregado do aldeamento dos índios coroados nas margens superiores do rio Paraíba.** Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 20 nov. 1801. CDD 352.387. Localização Original: II-34,24,005 – Manuscritos.

Observe que a grafia do sobrenome varia entre “Verneck” e “Werneck”; nesse trabalho optamos pela grafia única “Werneck” a fim de facilitar a identificação dos indivíduos.

Conceição do Alferes. Esta última foi obtida em 1798 e confirmada posteriormente em 1803, quando Inácio já se afirmava proprietário de escravos para o emprego na agricultura. Essas terras eram vizinhas da fazenda do açoriano emigrado Francisco Peixoto de Lacerda, que se casaria com a filha de Inácio, Ana Matilde Amélia Werneck. Da união entre Francisco e Ana Matilde, nasce outro Werneck proeminente, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, que receberia o título de segundo Barão de Paty do Alferes em 1832 em razão dos diversos préstimos ao Império. Outros Werneck ainda se instalaram na região no final do século XVIII ou início do século seguinte, como Francisco das Chagas Werneck, em 1802, que se tornaria grande proprietário no Vale e importante agente político na vila de Vassouras (SILVA, 1984; SANCHES, 1997, p. 204-205, MUAZE, 2008, p. 35 SALLES e BORGES 212-218).

A origem dessa extensa família mantém claras relações com a Capitania das Minas Gerais, onde o açoriano Manoel de Azevedo Mattos se instalou para explorar ouro e de onde, tempos mais tarde, se lançou nas atividades comerciais com a província do Rio de Janeiro. Seu filho Inácio, mineiro nascido em 1742, estudou no Seminário São José na cidade do Rio de Janeiro e ingressou no Corpo de Ordenanças, quando ainda era aluno naquela instituição (RAMOS, 1941).

A família Werneck constituiu importante núcleo urbano na região valeparaibana, reunindo não só índios amansados, como também grupos de homens livres, sobretudo de origem mineira, nas primeiras décadas do Oitocentos (IÓRIO, 1953, p. 55). A constituição do agrupamento dos índios coroados na região de Valença e a atuação de Inácio de Sousa Werneck para essa obra fizeram parte do estudo de Marina Monteiro Machado (2010), que buscou analisar as relações dos desbravadores daquele sertão com as políticas estatais de concessão de terras e de administração dos índios naquela localidade. Em sua tese de doutorado, Marina Machado observou que os interesses dos desbravadores que ali se fixaram sobressaíram às políticas da Coroa de racionalização do uso da mão de obra indígena local e o aldeamento, mantido no início do Oitocentos com os préstimos do capitão Werneck, foi, aos poucos, sofrendo com o assédio de cada vez maior número de interessados em terras – e mão de obra – na região.

Há, pelo menos no período inicial de formação do aldeamento, uma clara ligação da ocupação do solo com os préstimos ao governo colonial em intrínseca relação com os interesses dos proprietários locais que demandavam segurança para migrarem para a região e fornecimento de mão de obra. O fator transposição de capitais do comércio para agricultura parece ter se desenvolvido em sinergia com o serviço ao Estado (SALLES e BORGES 212-216).

No Vale, além dos Werneck, que seriam responsáveis pela fundação de diversas fazendas em Valença, Vassouras e outras localidades e que acumulariam riqueza principalmente com o cultivo e venda do café, havia o tronco familiar dos Gomes Ribeiro de Avelar. Radicados desde a primeira metade do século XVIII na praça do Rio de Janeiro, quando Francisco Gomes Ribeiro emigrou de Portugal e se estabeleceu na rua Direita. Francisco, seus sobrinhos e descendentes criaram fortuna no comércio de grosso trato e, paralelamente, investiram na aquisição de terras e escravos. Em 1732, Francisco recebe a sesmaria denominada Manga Larga. Em 1743, os sobrinhos de Francisco Gomes Ribeiro recebem a carta de confirmação de outra sesmaria em Paty do Alferes, a Pau Grande. Manga Larga e Pau Grande, que desde 1711 já apresentava roças cultivadas, estavam nas imediações do Caminho Novo (MUAZE, 2008, p. 19; MUNIZ, 2005, p. 96).

A confirmação do título da Pau Grande em 1743, em nome dos sobrinhos de Francisco Gomes Ribeiro – Francisco Gomes Ribeiro (homônimo de seu tio) e Manoel da Costa Ribeiro – associados a outro possível parente, denominado Antônio da Costa Ribeiro, é sinal da ampliação dos interesses familiares na região, que nasceu do contato habitual que o grupo familiar mantinha com o Caminho Novo, já que o tio Francisco era detentor de um contrato de fornecimento de carne para as Gerais. Sem dúvidas, os irmãos foram iniciados no comércio de longa distância a serviço de seu tio, como caixeiros no trânsito de mercadorias entre Rio de Janeiro e Minas Gerais (LOBO, 1978, p. 30).

Mariana Muaze (2008), em estudo que tem como pano de fundo a trajetória do casal Joaquim Ribeiro de Avelar – primeiro descendente de Francisco Gomes Ribeiro – e Mariana Velho da Silva, visconde e viscondessa de Ubá, retoma importante debate sobre o papel da família no século XIX e as estratégias de manutenção e reprodução da riqueza e do *status*. Sua análise sobre os Gomes Ribeiro de Avelar se aproxima da argumentação de João Luís Fragoso quando percebe que a fixação na região de Paty do Alferes para a produção de açúcar segue a lógica de investimentos que têm por finalidade a nobilitação de agentes firmados no comércio em clara reprodução do sistema escravista colonial. Assim, a aquisição das terras no Caminho Novo por Francisco Gomes Ribeiro e a posterior obtenção de outra sesmaria na região por seus sobrinhos se caracterizam como uma tentativa de consolidação do comerciante e sua família naquela sociedade, já que

[...] era muito comum que a elite mercantil investisse recursos em terras e atividades agrícolas, nas quais o trabalhador direto era propriedade de outro homem, ou seja, o escravo. Esse movimento permitia não só a reiteração física do sistema escravista, mas também a ascensão social e a aquisição de prestígio por parte do comerciante de grosso trato, mesmo que

nesse processo ele perdesse dinheiro. O que estava em jogo era a possibilidade de acumular bens simbólicos e não somente capital. A mesma lógica ligada à aquisição de prestígio fazia com que a elite mercantil gastasse boa parte de sua fortuna na obtenção de mercês, honrarias e títulos da Coroa e em vultosas doações às irmandades religiosas e ao erário público (MUAZE, 2008, p. 19).

Destarte, seriam a terra e o escravo requisitos para ascensão social, mesmo para os já ricos comerciantes. Contudo, se esses investimentos já eram observados, a atividade agrícola demoraria a se destacar na composição da renda da família. Nesses casos, o comércio de grosso trato se manteve como fundamento da atividade familiar ainda por muitos anos. Francisco foi o precursor dos investimentos no comércio e, posteriormente, na agricultura, prática seguida por alguns de seus sobrinhos e descendentes que também se dedicaram às mesmas atividades.

Nos anos finais da primeira metade do século XVIII, o horizonte do vale do rio Paraíba do Sul e da economia de passagem ou da produção de gêneros com maior valor agregado, como o açúcar e a aguardente, já se apresentavam como atividades viáveis, o que fez com que parte do ramo familiar passasse a dedicar mais atenção a elas. Nas décadas seguintes, após a instalação do engenho na Pau Grande, a dedicação ao trato mercantil, predominante até então, aos poucos cederia lugar às atividades agrícolas e de beneficiamento nas terras ao longo dos caminhos valeparaibanos.

Por sua vez, indivíduos do ramo familiar dos Gomes Ribeiro de Avelar também realizaram investimentos em outros ramos, contudo ligados ao comércio de grosso trato e produção agrícola. Os irmãos Antônio Ribeiro de Avellar e José Rodrigues da Cruz, sobrinhos do segundo Francisco Gomes Ribeiro, mantiveram estreitos laços com o comércio na praça do Rio de Janeiro. Os irmãos formaram a Companhia Comercial Avellar e Santos, em sociedade com Antônio dos Santos, sediada na rua dos Pescadores, que se tornou importante firma de comércio, atuando como representante comercial de diversos fazendeiros da colônia, no abastecimento e no transporte do açúcar. O destacado Antônio Ribeiro de Avellar, em outra sociedade, arrematou em 1790 o contrato anual dos dízimos do Rio Grande do Sul, além de estabelecer estreitas relações com comerciantes e, possivelmente, com o próprio comércio de escravos africanos (MUAZE, 2008, p. 20-21).

A firma Avellar e Santos também realizava investimentos rurais e seus sócios foram responsáveis por reunir diversas sesmarias: cinco no Pau Grande, cinco em Ubá e sete no Guaribú. Sesmarias que, entre terras recebidas por herança, compradas de parentes ou concedidas através de novos títulos, formariam a fazenda do Pau Grande (MUAZE, 2008, p.

21). Se já havia relatos de roças na metade do século XVIII, as décadas finais desse século e as iniciais do século seguinte assistiram à transformação daquelas terras em uma unidade extremamente produtiva, voltada para a produção da cana-de-açúcar e seu beneficiamento. Os relatos do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, que passou pela fazenda em 1816, confirmam essa evolução já que, para ele, Pau Grande possui “o engenho de açúcar mais importante que vi no Brasil, excetuando talvez os do Colégio, perto de S. Salvador de Campos, construídos pelos jesuítas” (SAINT-HILAIRE, 1938a, p. 38).

Em 1801, José Rodrigues da Cruz se desfaz da participação societária na fazenda Pau Grande e transfere seus investimentos para as terras que viriam a formar a fazenda Ubá, até então incultas. Lá inicia a formação da fazenda que seria ampliada e modernizada por seu sobrinho, João Rodrigues Pereira de Almeida, que a adquiriu em 1806. Como vimos, João Rodrigues foi um dos pioneiros na implantação da cultura do café nas terras valeparaibanas e, por sua extensa rede formada durante a atuação no comércio no Rio de Janeiro e “pelos serviços prestados à Nação”, recebe de D. Pedro I o título de Barão de Ubá (PIRES, 1995, p. 69-75).

A formação das fazendas de Pau Grande e Ubá são exemplos notórios dos investimentos feitos por comerciantes de grosso trato que atuavam no comércio de víveres, escravos e outros produtos entre Rio e Minas. O trânsito constante pelos caminhos que ligavam essas duas regiões fez florescer a oportunidade de aquisição de terras nos antigos sertões que separavam essas duas capitânicas durante o período colonial. Os comerciantes da família Gomes Ribeiro de Avelar, assim como outros tantos, não hesitaram em realizar tais investimentos na região valeparaibana.

Também outros grupos familiares mantiveram interesse e investiram na colonização das terras que margeavam os caminhos que cortavam o Vale. Um desses grupos é formado pelos descendentes de Garcia Rodrigues Paes, grande bandeirante e responsável pela abertura do Caminho Novo no final do século XVII. Sua descendência deu origem a inúmeros outros núcleos familiares, como os Dias Paes Leme, os Dias Velho e os Câmaras Leme. Muitos se estabeleceram na cidade do Rio de Janeiro e em suas cercanias, mas mantiveram atividades econômicas sediadas em outras áreas de toda a província do Rio de Janeiro e de outras províncias limítrofes como São Paulo e Minas Gerais. Além destes e de outros grupos familiares como os Correa e Castro e os Leite Ribeiro, a colonização do Vale também foi empreendida pelos Teixeira Leite, que seguiram o Caminho Novo com capital amealhado nas regiões auríferas (LENHARO, 1979, p. 109).

As origens dos capitais utilizados nos investimentos para a abertura de fazendas no Vale eram difusas – mineração, comércio, produção agrícola –, apesar da forte inclinação para a transferência de capitais acumulados nas atividades mercantis, capitais que foram empregados na produção e beneficiamento da cana-de-açúcar ou em atividades menos rendosas, ou ainda na implantação de um cafezal, a depender dos grupos envolvidos e do período a que nos referimos.

Por sua vez, para Emília Viotti, a ocupação mais massiva do Vale, iniciada no último quartel do século XVIII, foi marcada pela estruturação de pequenas propriedades, em geral policulturas, que voltavam sua produção para o atendimento do mercado interno, dado presente na argumentação de diversos autores, cujos trabalhos se dedicaram ou tangenciaram o estudo sobre a ocupação do vale do rio Paraíba do Sul.¹² Mais tarde, esse processo daria lugar à concentração da propriedade. Encontramos nas palavras de Emília Viotti uma síntese desse processo:

Já no século XVIII, o desenvolvimento dos altiplanos centrais pela exploração do ouro na região das Gerais e o deslocamento da capital para o Rio de Janeiro tinham intensificado a circulação do Vale. Os poucos se multiplicaram. Em torno dos pontos de parada obrigatória das tropas que demandavam o sertão, surgiram os primeiros núcleos de povoamento e as lavouras avançaram sobre a mata. As clareiras que resultaram desta operação eram modestas, comparadas à pujança da floresta tropical que recobria, ainda por ocasião da viagem de Spix e Martius, as terras férteis e húmiferos do Vale, e as encostas dos primeiros contrafortes. Nesta época, os pioneiros avançaram na disputa das terras e a derrubada se iniciava. A mata foi pouco a pouco substituída pelos cafezais, e os pequenos sitiantes empurrados pelo avanço da grande propriedade. Com elas vieram grandes levadas de escravos.

No primeiro tempo, a cana-de-açúcar, o algodão, os cereais, o feijão, a mandioca e a criação dos porcos constituíam os produtos básicos da economia dessas passagens (COSTA, 1989, p. 59).

De fato, havia estabelecimentos voltados para a produção monocultora – mesmo que de todo não especializada – como no caso da fazenda Pau Grande onde se plantava e beneficiava a cana-de-açúcar desde meados do século XVIII. Ou ainda a fazenda Ubá que,

¹² Essa característica já era observada por Stanley Stein (1957) que dedicou grande parte dos primeiros capítulos de sua obra para caracterizar o padrão de ocupação do Vale e percebeu a forte presença de pequenos produtores no início desse processo. Da mesma forma, outros autores e autoras também verificaram tal padrão (SILVA, 1984; SANCHES, 1997; SALLES, 2008; MUAZE, 2008; FARIA, 2018). Por outro lado, não podemos limitar essa percepção apenas à produção voltada para o mercado interno, já que, como vimos, alguns estabelecimentos se especializaram, ainda no século XVIII, na produção do açúcar. Além disso, não podemos ignorar que muitos estabelecimentos no século XIX já foram abertos com a finalidade de produzir café, em clara consonância com as demandas do mercado externo. Nesse momento da argumentação, interessa-nos apenas perceber as múltiplas origens dos capitais empregados nesses estabelecimentos.

como vimos, foi montada com recursos oriundos do comércio. Essas propriedades já eram grandes e demandaram altos investimentos para sua instalação. Eram resultado direto da política metropolitana de concessão de direitos sobre a terra, política sobre a qual Saint-Hilaire fez o seguinte comentário:

Nada se equipara à injustiça e à inépcia graças às quais foi até agora feita a distribuição das terras. É evidente que, sobretudo onde não existe nobreza, é do interesse do Estado que haja nas fortunas a menor desigualdade possível. No Brasil, nada haveria mais fácil do que enriquecer certa quantidade de famílias.

Era preciso que se distribuísse, gratuitamente, e por pequenos lotes, esta imensa extensão de terras vizinhas à capital, e que ainda estava por se conceder quando chegou o rei. Que se fez, pelo contrário? Retalhou-se o solo pelo sistema das sesmarias, concessões que só se podiam obter depois de muitas formalidades e a propósito das quais era necessário pagar o título expedido (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 23).

A constatação do viajante francês não pode obscurecer a percepção de que o acesso à terra – mesmo que informal – pelos primeiros colonos do Vale se deu de forma difusa da instituição régia criticada nas linhas escritas pelo viajante. Havia ocupantes que não detinham a posse formal e pequenos sitiantes que burlavam o direito dos sesmeiros oficiais ou que ocupavam as terras de matas ainda não concedidas pelo Estado. No início da montagem do sistema agrícola no Vale as pequenas e humildes roças, ranchos e engenhos de milho e cana foram paisagens comumente relatadas por diversos viajantes que passaram por aquelas paragens, inclusive pelo mesmo Saint-Hilaire. Investimentos que exigiriam o emprego de menos capital.

Havia ainda a possibilidade de iniciar um empreendimento com aportes mínimos de capital, já que muitos ocupantes também migraram para colonizar aquela região sem realizarem o investimento na aquisição de um título de terra oficial. Parcos recursos e mão de obra familiar eram comuns naquelas circunstâncias, ao menos antes da difusão da cultura do café.

Marcos Sanches observou duas fases no processo de apropriação da terra na região do médio Paraíba do Sul. A primeira dessas fases, que se relaciona diretamente com aquilo que analisamos até aqui, “coincide à abertura dos caminhos e aos movimentos econômicos por eles engendrados”. A segunda, que será foco de nossa análise mais adiante, já que acompanha a expansão da cafeicultura na região, apresenta-se “como um processo de concentração social da propriedade” (SANCHES, 1997, p. 159). Prossegue o autor afirmando sobre a ocupação inicial que

Os primeiros núcleos fundados na região demonstram a progressiva articulação entre a economia de passagem – pousos, ranchos e outras instalações – ligada ao trânsito dos caminhos e, posteriormente, ao que poderíamos definir como mercado regional, cujos extremos eram o Rio de Janeiro e a região mineradora das Gerais. A história econômica da região sugere a ação de duas forças atuando simultaneamente: a dinâmica local, como área de passagem e depois de produção, e a das áreas circundantes, fazendo da região área de integração e expansão dos circuitos comerciais que dinamizavam a economia regional (SANCHES, 1997, p. 159).

Em síntese, a ocupação sistemática do solo na região do Vale atrela-se ao mercado que se desenvolve a par das mudanças que ocorreram no Brasil ao longo do século XVIII e início do século XIX, seja ele local ou mais amplo. A economia de passagem assentada no trânsito de pessoas e mercadorias entre a praça comercial do Rio de Janeiro e as regiões mineradoras propiciou o início da colonização da região valeparaibana com a fixação dos primeiros agricultores interessados em produzir açúcar, aguardente e víveres de primeira necessidade para os transeuntes e mercado local.

Posteriormente, os incentivos metropolitanos, sobremaneira observados no final do Setecentos, viabilizaram um processo de concessão mais massivo de títulos de terra na região, o que fez confluir para o Vale capitais tanto da região mineira, cujo dinamismo econômico havia refreado, como das atividades mercantis sediadas na praça do Rio de Janeiro com foco no comércio com outras regiões. Mesmo aí, não podemos ignorar que essa ocupação também manteve íntima ligação com o mercado mundial, seja na exportação de gêneros tropicais – nesse momento sobretudo o açúcar, mesmo que já em menor quantidade – ou na sua inserção na intrincada rede de aquisição de mão de obra através do comércio transatlântico de escravos africanos (MARQUESE e SALLES, 2015).

A colonização das áreas de floresta nas margens dos caminhos e a reordenação da economia na passagem do século XVIII para o XIX estiveram no centro da análise de outro importante historiador. Alcir Lenharo, em seu trabalho sobre o abastecimento da Corte a partir de 1808 e décadas seguintes, observou a fragmentação da economia de exploração mineira e a fixação da Corte no Rio de Janeiro, percebendo como possibilitaram uma maior integração mercantil do Sul da Província das Minas Gerais com a praça comercial do Rio de Janeiro. Defendeu o autor que essa integração não esteve limitada ao abastecimento de gêneros de primeira necessidade, sendo responsável por um fluxo de capitais e investimentos que reordenou as relações econômicas entre as duas províncias, reverberando pelo espaço político ocupado por seus representantes (LENHARO, 1979).

Se as transformações já eram gestadas no final do século XVIII, conforme apontaram outros autores¹³, é a chegada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro que provoca uma “virada modernizadora”, embasada em uma política sistemática que beneficiou a instalação e desenvolvimento de empreendimentos agrícolas de grande monta nos sertões valeparaibanos. Assim, Lenharo observou a mudança de orientação na política metropolitana ressaltando que a “virada modernizadora” teve como resultados mais claros a abertura e reformas das vias de comunicação; para isso

Sustam-se as proibições; ao contrário, incentiva-se agora a abertura de novos caminhos, assumindo o governo a responsabilidade de levar adiante grandes empreendimentos. Desta forma, D. João procurará moldar uma política pragmática, improvisando medidas conciliatórias que contornassem os problemas derivados das rupturas coloniais e, ao mesmo tempo, que atendessem ao plano de fixação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro (LENHARO, 1979, p. 57).

Portanto, a intensificação dos interesses embasados na conexão entre o Sul de Minas e a Corte colaborou para ampliar a complexidade da economia do Reino do Brasil já na década inicial do século XIX. Economia que se renovava, por interesses particulares ou régios, e criava capilaridade entre seus diversos setores.

Para Lenharo, os agentes do comércio e os produtores de gêneros alimentícios não poderiam ser dissociados, já que no Vale agiam de forma complementar e, em alguns casos, eram a mesma pessoa. Essa observação foi fundamentada na leitura dos relatos escritos por viajantes que seguiam os caminhos que levavam às Minas sobre a figura do tropeiro. Saint-Hilaire e John Luccock estão entre os viajantes que dedicaram algumas de suas linhas para narrar experiências que tiveram com representantes desse tipo social. Na narrativa de suas viagens é possível observar que algumas tropas da região do Vale “aparecem demarcadas por um caráter de complementariedade à propriedade e tendem a compor uma tipologia especial, onde as categorias ‘proprietários/tropeiros’ aparecem associadas” (LENHARO, 1979, p. 109).

Além disso, é importante frisar a ainda presente relação intrínseca dos ocupantes dessas terras com o Estado metropolitano. Em maior ou menor grau, persistiam claramente políticas de incentivo ou relações mais íntimas que moviam homens a tentarem a sorte no desbravamento e ocupação dos sertões fluminenses e mineiros. Como bem resumiu Maria Odila Leite da Silva Dias no prefácio do livro de Lenharo, os tropeiros e demais artífices do

¹³ Entre eles, destacamos o trabalho precursor de Maria Odila Leite da Silva Dias (2009) que, em seu trabalho publicado inicialmente em 1972, já demonstrava a ampliação dos interesses nas regiões mais afastadas do litoral da colônia e a subsequente ampliação dos investimentos nessas regiões.

abastecimento da Corte e do trânsito interprovincial de mercadorias estavam em lugar privilegiado da economia colonial, dado que

Este setor de atividades econômicas foi uma verdadeira arena de livre proveito para diferentes grupos das classes dominantes da Colônia, e não apenas burocratas e monopolistas do Reino, pois também oferecia um meio de ascensão social para atravessadores e comerciantes nativos, em geral acobertados por figuras proeminentes da burocracia portuguesa, tais como governadores e ouvidores (LENHARO, 1979, p. 18).

Era comum que o tropeiro fosse também proprietário de terras e escravos. Isto porque muitos investiam seus rendimentos sobretudo em mão de obra escrava, que atendia tanto para o auxílio no transporte dos gêneros, como na lida com os animais e na própria produção, além de servirem como garantias para pleitear a aquisição de um título de terra.

Contudo, o inverso também era possível. Também havia os proprietários que passavam a investir nas tropas para maximizar o resultado de sua indústria agrícola com a mercantilização dos produtos que produziam ou que transportavam para os produtores vizinhos. Lenharo acentua a surpresa de Luccock que, quando viajava a caminho de Barbacena em companhia de um tropeiro, soube que ele também era proprietário, não de uma propriedade, mas de duas, o que denotava o sucesso de seus negócios. O viajante via-se obrigado a retificar a imagem limitada que havia criado sobre o tropeiro ao longo do trajeto, já que

Não se tratava aqui de um tropeiro que, por ora, fosse proprietário. A relação estabelecia-se ao contrário: sendo proprietário, a personagem em questão era também tropeiro, acumulando, portanto, duas categorias de prática econômica que lhe garantiam um desempenho muito mais eficiente (LENHARO, 1979, p. 109).

Havia então indivíduos que se dedicavam a diversas atividades econômicas, como apontado acima, que poderiam se complementar. A reboque da exploração aurífera, da mercantilização de gêneros de abastecimento ou da economia mais pujante da praça comercial da Corte, uma nova área entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro seria ocupada e desenvolvida com o café. No Vale, então, entre esses indivíduos pioneiros e desbravadores, estavam os membros da família Teixeira Leite, que atuaram em diversos ramos da economia em processo de desenvolvimento naquela região de fronteira.

A família Teixeira Leite, a trajetória de seu desenvolvimento em terras mineiras e no Vale, além de suas relações com a montagem da cultura cafeeira-escravista na região de Vassouras e arredores serão abordadas nos próximos capítulos. Inicialmente, procuraremos observar a inserção dos progenitores desse ramo familiar na economia mineira após sua

emigração para o Brasil em meados do século XVIII. Aí, será importante entender as estratégias econômicas dessas personagens e de seus descendentes diretos na região, tendo como pano de fundo a própria transição da economia lastreada na exploração mineral para a agropastoril. A análise terá lugar no segundo e no terceiro capítulo, que procuraremos dividir de forma didática, balizando a análise pelo encadeamento cronológico dos eventos analisados.

Por fim, no quarto e último capítulo, o foco será direcionado para os Teixeira Leite, propriamente ditos. A chegada desse ramo familiar na região valeparaibana, as primeiras propriedades adquiridas, os matrimônios constituídos e as uniões celebradas com outras famílias importantes, além das ações e projetos políticos que os ligam a Vassouras e ao Império do Brasil terão destaque nessa análise. Para essa finalidade, elegemos a figura do Barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite, para representar o grupo familiar e deter maior atenção nas análises e debates a que nos propomos.

CAPÍTULO 2 – PORTUGUESES E MINERADORES NA ORIGEM: OS LEITE RIBEIRO

Os Leite Ribeiro e os Teixeira de Souza, são famílias cujas origens remontam a Portugal, mas que, no Brasil, se radicaram na região mineradora das Minas Gerais na bacia do rio das Mortes. Esses dois grupos familiares constituíram, ao longo dos séculos XVIII e XIX, diversas alianças e contratos entre si. Muitos de seus representantes se tornaram sócios, seja na exploração mineral, no comércio ou na produção agropastoril. Outros ainda, celebraram alianças mais estreitas entre essas duas famílias, como o matrimônio. Dessas uniões surgiu um novo grupo familiar: os Teixeira Leite, fruto do matrimônio do capitão Francisco José Teixeira com Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, que mais tarde seriam agraciados com o título de barão e baronesa de Itambé.

Os Teixeira Leite serão objeto de nossa análise no último capítulo do presente trabalho. Por isso, é importante que ao longo desse e do seguinte capítulo busquemos estabelecer as bases nas quais esse grupo familiar foi formado. Percorrer a história dos Leite Ribeiro e dos Teixeira de Souza nos possibilitará, mais à frente, entender melhor as estratégias de conformação dos Teixeira Leite como um grupo familiar que obteve grande sucesso econômico e prestígio na sociedade oitocentista da Província do Rio de Janeiro e mesmo em outras províncias do Império do Brasil.

Os Leite Ribeiro e os Teixeira de Souza, na condição de grandes núcleos familiares, irradiaram diversos ramos, muitos deles tão ou mais importantes quanto os núcleos originais. Os patriarcas dos Leite Ribeiro e dos Teixeira de Souza, respectivamente José Leite Ribeiro e Francisco José Teixeira¹⁴, são portugueses emigrados do Reino. O primeiro chegou às Minas antes de 1764, pois nesse ano já celebrava seu casamento com Escolástica Maria de Jesus, filha de uma família que mantinha estreitos laços com os “velhos troncos da era primitiva da colonização paulista” (RIBEIRO, 1960, p. 13). Já o português Francisco José emigrou em período próximo ao de seu patrício – sabemos que em 1775, quando nasce sua primeira filha, já estava casado com Ana Josefa de Souza. Portugueses emigrados, ambos se aventuraram na busca por ouro e outros minerais preciosos na colônia portuguesa nas Américas.

¹⁴ Francisco José Teixeira não foi o único com esse nome dentro de seu grupo familiar próximo, seu filho e seu neto eram seus homônimos – o neto Francisco José Teixeira Leite, apenas teve acrescentado mais um sobrenome ao nome do pai e do avô. Para facilitar a diferenciação entre eles, vamos nos referir ao primeiro Francisco José Teixeira como “português”, dada a sua origem natal; para nos referirmos ao seu filho e ao seu neto, utilizaremos o acompanhamento dos títulos que conquistariam: barão de Itambé e barão de Vassouras, respectivamente.

Os Leite Ribeiro e os Teixeira de Souza, como muitas das tradicionais famílias mineiras, têm sua origem em portugueses emigrados que se consolidaram na atividade de exploração mineral e, posteriormente, casaram-se com filhas de seus patrícios emigrados há mais tempo que eles ou filhas das famílias por aqui já estabelecidas há algumas gerações. A descoberta de pedras e, principalmente, de metais preciosos no Brasil provocou um intenso fluxo de portugueses para essa colônia nas Américas, que foi extremamente importante para o desenvolvimento e povoamento das terras de algumas regiões de seu interior, como as das antigas capitanias hereditárias do Espírito Santo e São Vicente, cujas terras mais afastadas do litoral vieram, mais tarde, a colaborar para a formação da capitania de São Paulo e Minas de Ouro (1709) e depois a capitania das Minas Gerais (1720).

A importância da emigração portuguesa para a colonização dessa região foi observada por Celso Furtado, que descreve o ímpeto pela emigração após a descoberta de pedras e metais preciosos no sertão do Brasil. Para ele,

[...] em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil.

[...] A economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia. Dadas suas características, a economia mineira brasileira oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas – como ocorria com a prata no Peru e no México –, e sim o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios (FURTADO, 2003, p. 79-80).

A emigração era um recurso para que pessoas de posses limitadas pudessem buscar a ascensão econômica e social em uma sociedade de Antigo Regime. Aventurar-se nessa empreitada significava, além de deixar a terra pátria, investir os únicos recursos de que dispunham em uma atividade cujo resultado e lucro eram incertos e que levou muitos aventureiros à miséria completa. Parte disso se explica pela origem dos recursos necessários à viagem e aos investimentos iniciais para adquirir uma data ou mesmo explorar uma faiscação. Sobre isso, Celso Furtado afirma que, embora em alguns momentos, houvesse o estímulo do Estado à emigração,

Cabe admitir, demais, que o financiamento dessa transferência de população em boa medida foi feito pelos próprios imigrantes, os quais eram pessoas de pequenas posses que liquidavam seus bens na ilusão de alcançar rapidamente uma fortuna no novo eldorado (FURTADO, 2003, p. 81).

Os documentos dessa fase da vida dos portugueses José Leite Ribeiro e Francisco José Teixeira são escassos, por isso não conseguimos recuperar as datas precisas de suas chegadas

à região das Minas, apenas especular que ambas tenham ocorrido antes do ano de 1775. Esse fator também limita nossa intenção de avaliar os investimentos e escolhas que estavam postas logo após sua emigração para o Brasil. Quando chegaram? Que bens possuíam? De fato, vieram atraídos pela possibilidade da exploração do ouro? Para essas e outras questões, ainda não conseguimos respostas, mas apenas especulações. As demais informações de que dispomos sobre os primeiros anos de José e Francisco em solo brasileiro foram recuperadas através de relatos ou trechos de outros documentos que foram produzidos já após o estabelecimento dos patrícios nas Minas Gerais. Por esses documentos, percebemos que a emigração de José e Francisco obteve o êxito esperado, pois ao final de suas vidas eram proprietários de terras e escravos, além de terem constituído numerosas famílias.

Dadas as limitações impostas à pesquisa empírica, nossa análise não poderia restringir-se apenas aos dois patriarcas dos Teixeira de Souza e Leite Ribeiro, cujas trajetórias individuais permanecem eclipsadas pelos poucos registros de que temos notícia. Já era nossa intenção reunir informações para analisar as trajetórias também de seus descendentes diretos, os tios e primos dos Teixeira Leite. A limitação ora exposta só confirmou a necessidade de optar pelo alargamento do grupo de personagens analisados na formação do núcleo familiar que é nosso objeto. Contudo, o espaço reservado a esse capítulo também não seria suficiente para analisar todos os integrantes desses grupos familiares, tarefa que se tomássemos como objetivo não passaria de utópica. Assim, observando o pragmatismo para a escolha empírica dos documentos utilizados em nossa pesquisa, procedemos à escolha daqueles indivíduos que dispunham de inventários, testamentos e outros documentos disponibilizados nos arquivos mineiros, especialmente daqueles que geraram maior número de documentos ou que, em fase posterior, teriam uma ligação mais estreita com os Teixeira Leite, grupo que é, como dito, o foco deste trabalho e ao qual dedicaremos o último capítulo do presente texto.

Buscamos recuperar e analisar as estratégias de reprodução social e econômica de alguns representantes dos Leite Ribeiro e dos Teixeira de Souza através do questionamento de documentos quantitativos e qualitativos, como inventários, testamentos e outros documentos produzidos no âmbito da esfera administrativa, especialmente nas Minas Gerais do final do século XVIII e ao longo de grande parte do século XIX. Cabe aqui reafirmar que a pesquisa documental pode ser um entrave para que possamos atingir grande parte dos membros dessas duas famílias. Veremos adiante e também nos próximos capítulos que, apesar de terem sua origem ligada à região mineradora das Minas Gerais, os Teixeira de Souza, os Leite Ribeiro e as ramificações dessas duas famílias ampliaram sua área de atuação ao longo do século XIX por grande parte da Província das Minas Gerais e por outras províncias, sobretudo no Rio de

Janeiro e em São Paulo, o que dificulta a reunião e sistematização de um amplo *corpus* documental ligado a esses personagens e seus grupos familiares originários.

Nesse horizonte, ao longo deste trabalho, buscaremos retomar a história dessas famílias e de suas relações através de três gerações de empreendedores – num primeiro momento os patriarcas e seus legados, em seguida seus descendentes diretos e, por fim, a terceira geração, quer seja os Teixeira Leite, propriamente ditos – percorrendo o Caminho Novo, das Minas ao Rio de Janeiro, apesar da dispersão dos documentos por inúmeras coleções particulares e de instituições de guarda documental. No último capítulo também, restringiremos nosso olhar a um dos netos dos portugueses José Leite Ribeiro e Francisco José Teixeira. Trata-se do futuro barão de Vassouras, homônimo de seu avô paterno, Francisco José Teixeira Leite. Esse personagem foi observado com destaque pelo historiografia que se debruçou sobre a História de Vassouras, o que nos auxiliou no levantamento de sua trajetória particular e, além disso, conseguimos recuperar documentos que nos possibilitaram entender um pouco melhor sua atuação enquanto sujeito histórico, por isso o elegemos como principal estudo de caso dentro de sua família. As demais escolhas e/ou imposições metodológicas serão pontuadas à medida que forem surgindo ao longo de nosso texto.

Para isso, o presente capítulo e o seguinte se debruçarão sobre a presença dos grupos familiares já destacados na região da Comarca do rio das Mortes, Minas Gerais. Inicialmente, a base para a coleta e sistematização das informações sobre a riqueza, as relações comerciais e creditícias e as uniões matrimoniais dos Leite Ribeiro e dos Teixeira de Souza foram os inventários e testamentos de alguns indivíduos dessas famílias, reunidos e publicados no *Projeto Compartilhar*. Esse projeto, coordenado por Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira, é um esforço de levantamento, localização, transcrição e disponibilização de diversos documentos referentes às famílias dos povoadores da antiga Capitania de São Vicente, bem como sua migração para o sul de Minas até meados do século XIX e vem servindo de suporte para o desenvolvimento de diversas pesquisas que se valem da análise de documentos cartoriais, entre outros. Atualmente, os dados do projeto podem ser acessados online através do sítio eletrônico <http://www.projeto compartilhar.org>. Após o levantamento inicial de informações quantitativas e qualitativas feito no sítio eletrônico do projeto, procedemos à verificação e complementação *in loco* dos dados através da leitura e transcrição dos documentos físicos arquivados no Museu Regional de São João del Rei. Isso foi necessário, pois as transcrições dos documentos de interesse da pesquisa disponibilizadas no

sítio eletrônico do projeto não foram apresentadas no seu inteiro teor, além da necessidade de revisão de todos os dados utilizados na redação do presente texto.

Devemos destacar que a eleição dessas fontes não busca observar os grupos familiares escolhidos para a pesquisa apenas pela perspectiva da acumulação e transmissão da riqueza ao longo das gerações. Limitar a análise ao campo econômico implicaria a redução daquilo que é possível tangenciar com esses documentos. Assim, propusemo-nos a observar as relações apresentadas nos documentos que analisamos através de uma leitura prosopográfica. Com esse tipo de leitura objetivamos uma abordagem diferenciada sobre os grupos familiares, que amplia o campo de análise do presente trabalho ao buscar definir o “papel na sociedade”, e também a mudança desse papel ao longo do tempo, dos indivíduos e grupos familiares sobre os quais nos debruçamos (STONE, 2011).

Eleger a inspiração metodológica da prosopografia como importante para este trabalho implica claramente uma abordagem diferenciada da pesquisa empírica. Para Jacques Revel, os

fenômenos maciços que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado e a formação da sociedade industrial, podem ser lidos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio das estratégias familiares e das trajetórias biográficas de homens que foram postos diante dele. [...] Consiste, afinal de contas, em levar a sério as migalhas de informações e em tentar compreender de que maneira o detalhe individual, os retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo ou mesmo de conjuntos muito maiores (REVEL, 1998, p. 13).

As “migalhas”, o “detalhe” e os “retalhos” estão dispersos, inclusive, nos documentos seriados e naqueles que trazem elementos quantitativos, como os inventários, por exemplo. Contudo, se a pesquisa que apresentamos não se limita ao campo teórico-metodológico da História Econômica, também não se trata de um trabalho fiel a todos os aspectos da prosopografia, pois a natureza dos documentos analisados não nos permitiu a inclusão de muitos membros das famílias que escolhemos ou, ainda, não nos permitiu cobrir a maior parte das trajetórias de vida dos indivíduos dos quais encontramos documentos cartoriais e outros. Nosso desafio – e obrigação – daqui por diante é refinar o olhar sobre as informações coletadas para que a análise possa dar espaço ao surgimento de questões que, sob o prisma econômico, também possam revelar as nuances das relações sociais das famílias que analisamos, suas expectativas e projetos pessoais e de grupos.

Considerando a pouca documentação disponível para os primeiros anos da segunda metade do século XVIII, passamos a observar que o presente capítulo, assim como o seguinte, terá como baliza cronológica o início daquilo que a tradicional historiografia aponta como

“período de crise da mineração no Brasil”, ou seja, os anos posteriores à década de 1770, quando a produção aurífera inicia seu declínio.

O que apresentamos a seguir é o cotejamento dos dados que reunimos ao longo da avaliação dos documentos, discutidos à luz da historiografia pertinente. Se por um lado, a baliza da “crise da mineração” nos auxilia no cerceamento do trabalho que desenvolvemos, por outro lado devemos aqui ressaltar a grande contribuição com a qual contamos, especialmente no que tange a historiografia mineira que vem apontando outros caminhos para analisar o período de declínio da produção aurífera na região da Comarca do rio das Mortes e em outras regiões.

Não se trata da apologia de um mero “revisionismo”, mas sim da aplicação de novas abordagens teórico-metodológicas sobre a pesquisa empírica, o que põe em cheque a tese da decadência econômica da província das Minas Gerais após o ciclo do ouro, em vista da organização do trabalho, além do papel da comunidade escrava, num momento econômico de transformação e inversão de capitais. Pensar dessa forma a Comarca do rio das Mortes e questionar o lugar da “decadência” ou da “crise” será muito importante daqui por diante, no que se refere aos percursos trilhados pelas famílias em destaque.

Sobre isso, a tradicional teoria dos ciclos econômicos, tributária do clássico livro “História Econômica do Brasil”, publicado por Roberto Simonsen em 1937, defende que houve uma involução da economia mineira após o declínio da produção aurífera, isso já nas décadas de 70 e 80 do século XVIII. Para esse autor, a crise era fruto das estruturas da economia colonial e,

Cessada a mineração, mergulhou o Centro-Sul na sua primeira grande crise por falta de uma produção rica e exportável, numa organização social em que o atraso de seus habitantes, a falta de aparelhamentos técnicos e a alta proporção da população escrava **não permitiam um comércio interno suficientemente rico para o seu progresso** (SIMONSEN, 2005, p. 377). (Grifos nossos)

Relação próxima a essa foi observada por Celso Furtado, quando afirma que

Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas – à exceção de alguma agricultura de subsistência –, era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. À medida que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando (FURTADO, 2003, p. 89).

À essa desarticulação econômica seguiu-se a “atrofia” do sistema econômico e social como um todo, dada a impossibilidade de sua reprodução, o que o levou a “desagregar-se

numa economia de subsistência”, com a consequente decadência dos núcleos urbanos anteriormente constituídos. Celso Furtado é ainda mais incisivo no tom sobre a crise, quando aponta que

uma região cujo povoamento se fizera em um sistema de alta produtividade, e em que a mão de obra fora um fator extremamente escasso, **involuiu numa massa de população totalmente desarticulada**, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência (FURTADO, 2003, p. 91). (Grifo nosso)

A perspectiva da ocorrência de uma crise com tais proporções desarticuladoras após o ciclo do ouro, aqui apresentada por Roberto Simonsen e Celso Furtado, também esteve presente em outros estudos sobre a economia brasileira, contudo foi revisitada nas últimas décadas pela historiografia. Alcir Lenharo (1979) foi um dos primeiros a apontar que o Sul de Minas se reorganizara para produzir, de forma articulada interna e externamente, alimentos para o mercado de abastecimento da Corte, no Rio de Janeiro, em princípios do século XIX. O referido autor deslocava a ênfase, dada anteriormente, de que a produção de alimentos nas Minas do final do século XVIII e ao longo da primeira metade do século XIX era de “subsistência” para uma perspectiva cuja finalidade era o “mercantil”. Tal observação, nos idos da década de 1970, foi fundamental para a ampliação dos trabalhos que discutiam a teoria dos ciclos econômicos e as desagregações pós-crises, seja no Nordeste açucareiro ou Sudeste mineiro.

Essa nova frente possibilitou perceber não só as novas relações comerciais que se teciam, mas também observar os novos eixos para as relações sociais e os novos atores políticos que surgiam diante da dinâmica econômica que não era de crise, mas de reelaboração ou mesmo de transformação. Isso possibilitou perceber que “a própria colonização do vale do rio Paraíba do Sul e a expansão da economia cafeeira foram, basicamente, lastreadas sobre recursos egressos do setor de subsistência mercantil” (LENHARO, 1979, p. 29), cujo debate foi em parte recuperado no capítulo anterior do presente trabalho, onde pudemos perceber que os capitais mineiros foram empregados, mesmo em outras províncias, em atividades altamente rentáveis, como o comércio de longa distância ou a abertura de novas áreas agrícolas ao Sul de Minas e no vale do rio Paraíba do Sul.

Mesmo que a intenção não fosse rediscutir a ideia de crise da economia mineira, Alcir Lenharo reforçou as bases para que essa discussão fosse realizada posteriormente, quando

apresenta o vigor de um novo ramo econômico reelaborado a partir das condições geradas durante o período de “crise”.

O surgimento de uma “massa de população totalmente desarticulada”, apontado no estudo de Celso Furtado como resultado da involução da economia mineira após o escasseamento do ouro, é criticado por setores de uma recente historiografia sobre o Sul das Minas Gerais e áreas de fronteira mais periféricas. Entre os autores desse grupo, destacamos Afonso de Alencastro Graça Filho (2002) que credita o “mito da decadência” de São João del Rei nesse período à não percepção de que houve um intenso desenvolvimento das atividades comerciais ali sediadas a partir do final do século XVIII e, sobretudo, ao longo das primeiras décadas do século XIX, período ao qual se dedicou em seu trabalho. Para ele, a inversão de capitais da mineração para o comércio e a prática da usura por parte de seus comerciantes e proprietários foi importante para que São João del Rei, e a Comarca do rio das Mortes como um todo, pudesse se firmar como interlocutor entre as praças comerciais situadas em outras províncias e os produtores mineiros de gêneros de abastecimento e de exportação, o que gerou intensa acumulação naquele espaço em detrimento de outras localidades e regiões da mesma província.

Mônica Ribeiro de Oliveira (2005), por sua vez, demonstrou em sua análise as estratégias de reprodução da riqueza de algumas famílias de Juiz de Fora, e de outras regiões, como Barbacena, que enviaram filhos, sobrinhos, netos e outros parentes para colonizarem as novas áreas de fronteira agrícola, sobretudo na região cafeeira da Zona da Mata mineira, movimento anterior às primeiras décadas do século XIX. Para a autora, isso reafirmava a liderança das famílias tradicionais na exploração dos novos eixos econômicos que iam se delineando ao longo do Oitocentos, além de provar que a inversão econômica não significou, no caso analisado, necessariamente a decadência da região e de suas principais famílias, antes, significou sua reorganização diante dos novos fatores apresentados naquelas circunstâncias.

Para esses autores, apesar do declínio da atividade econômica tanto em São João del Rei, como em outras regiões, ocasionado pela produção decrescente do nobre minério, a realocação de capitais em outras atividades possibilitou a economia mineira recuperar-se do trauma sofrido e manter-se dinâmica, durante a propagada “crise”. Fora vital para a recuperação o estabelecimento de um comércio intraprovincial e de longa distância com outras províncias e o investimento em novas atividades ou produtos, como o cultivo do café, que garantiam a lucratividade dos investimentos e a manutenção do *status* social daqueles que as exploravam.

Um argumento importante para essa percepção é de perspectiva metodológica. Tais autores buscaram em seus diferentes trabalhos e abordagens observar as diversas conformações específicas das regiões mineiras, desatrelando-as de uma grande unidade – as Minas Gerais – e de uma conseqüente análise reducionista e generalizante desse processo de transição econômica. Apesar do destaque dado às regiões nas quais centraram suas pesquisas, não deixaram de perceber as múltiplas relações que essas regiões possuíam dentro do chamado “mosaico mineiro” e com outras províncias.¹⁵ Os planaltos e serras mineiras localizados na Zona da Mata e a região das Vertentes, enquanto espaços geográficos específicos, puderam ser observados como locais de relações econômico-sociais que se distanciaram da desagregação, descapitalização e conformação à produção voltada para a subsistência. O argumento desses autores, como veremos mais adiante, será essencial para percebermos o lugar dos Leite Ribeiro e dos Teixeira de Souza em sua sociedade, mesmo depois de passada a áurea época da mineração, quando os patriarcas dessas famílias acumularam vultosos rendimentos.

2.1 Os Leite Ribeiro

O grupo familiar dos Teixeira Leite, que trabalharemos mais detidamente no último capítulo desse trabalho, é fruto da união de duas grandes famílias radicadas na Comarca do rio das Mortes nas Minas Gerais ao longo do século XVIII: os Leite Ribeiro e os Teixeira de Souza. Famílias abastadas, cuja riqueza se originou na mineração e na agricultura. A união dessas duas famílias se dá pelas núpcias dos futuros barão e baronesa do Itambé, capitão Francisco José Teixeira e Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, realizadas em 13 de setembro de 1802, na cidade de São João del Rei.¹⁶

O pai de Francisca Bernardina, o português José Leite Ribeiro, foi um grande minerador na região do rio das Mortes (CINTRA, 1982b, p. 418). A emigração de José Leite Ribeiro não foi uma ação individual, pois com ele emigrou também seu irmão mais velho chamado Manuel, que faleceu em São João del Rei em 1773 e sobre o qual não restam muitas referências. Há alguns fatos que indicam que outro irmão, chamado João, também teria

¹⁵ Sobre os novos enfoques para a análise das relações entre as diversas regiões mineiras que compoariam o “mosaico mineiro” e a conseqüente constituição de uma “nova identidade mineira” para o período pós crise da mineração, ver OLIVEIRA, 2005, p. 21-28.

¹⁶ MRSJR - Registro de casamento transcrito para o Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira, 29/11/1788.

emigrado para São João del Rei, dado que um tal de João Ribeiro aparece frequentemente como padrinho dos filhos mais velhos de José Leite Ribeiro (RIBEIRO, 1960, p. 27; VALLE, 1982).

Todavia, os laços entre os Leite Ribeiro e os Teixeira de Souza não se iniciaram com o casamento de Francisca Bernardina e Francisco José. Affonso Taunay aponta que José Leite Ribeiro foi sócio do português Francisco José Teixeira, pai de seu futuro genro, no ramo da mineração na região da Comarca do rio das Mortes. Os patrícios “fabricaram férteis fábricas de lavras minerais” e mantiveram negócios lucrativos, pois ao solicitarem novas autorizações na década de 1780 para minerar declaram-se como “mineiros de fábrica avultada”, ou seja, ainda produziam soma significativa de riqueza mesmo com a crise da mineração na região (TAUNAY, 1934, p. 484). Da sociedade dos dois, surgiu o interesse pelo casamento de seus filhos Francisca Bernardina e Francisco José.

José Leite Ribeiro investiu grandes somas na atividade mineradora, mesmo em fins do século XVIII, quando já se encontrava em idade avançada. Em 1799, junto a outros dois sócios, Manuel Leite de Freitas e Joaquim do Rego Barros, José Leite Ribeiro solicita “uma série de datas no rio Preto, cujo leito pretendiam explorar” (TAUNAY, 1934, p. 484). As parcerias e sociedades para novas empreitadas na exploração aurífera deveriam ser uma estratégia comum para ampliar os investimentos e dividir as incertezas do garimpo com bateias. Por documento posterior ao referido período, sabemos que um desses sócios, Manuel Leite de Freitas, quando, já cego, dita seu testamento no ano de 1818 e se afirma possuidor de oito escravos e de algumas terras, o que demonstra que se tratava de um proprietário com relativo sucesso, já que suas posses não são desprezíveis naquelas circunstâncias.¹⁷

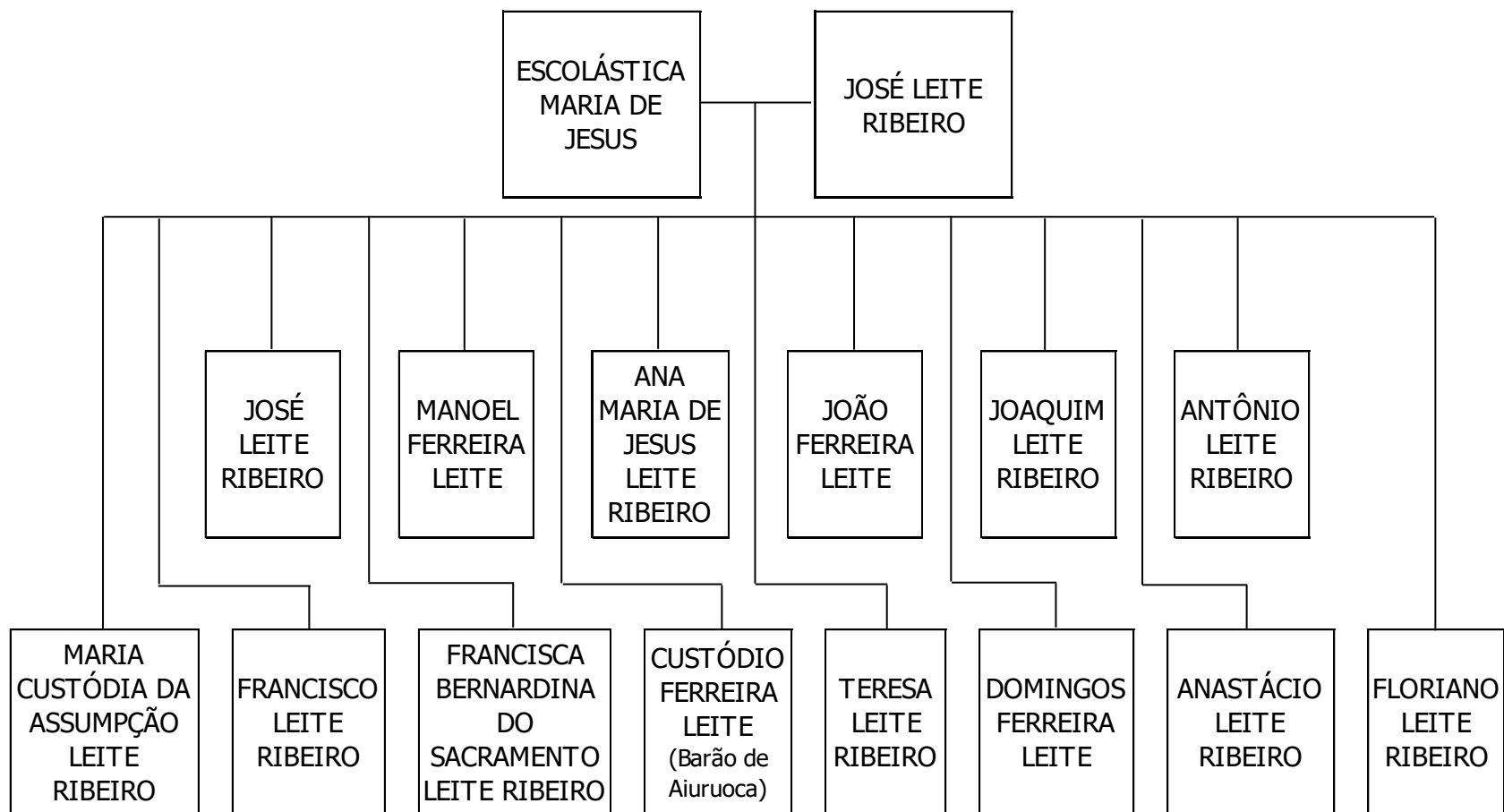
Possuir escravos devia ser um pré-requisito para tomar parte em uma sociedade dessas, já que novas datas careciam de um esforço exploratório inicial para avaliar a capacidade produtiva do local. Mesmo depois da morte de José Leite Ribeiro, seu antigo sócio ainda estava ligado à sua família. Isso fica claro quando Manuel Leite de Freitas nomeia o padre João Ferreira Leite, um dos filhos de José Leite Ribeiro, como seu terceiro testamentário, cargo que deveria ser ocupado por pessoa de confiança, dadas as tarefas que hipoteticamente poderia vir a cumprir na administração dos bens do finado e na execução de suas últimas vontades.¹⁸

¹⁷ MRSJR - **Testamento de Manuel Leite de Freitas**, 28/12/1818.

¹⁸ Idem.

Após ser pai de ao menos quatorze filhos legítimos, o patriarca dos Leite Ribeiro faleceu em São João del Rei, em 4 de outubro de 1801, com 78 anos de idade (TAUNAY, 1934, p. 484). Sabemos que seu inventário teria reunido uma grande fortuna para sua época, cerca de 20:000\$000 (VALLE, 1982). Contudo, não conseguimos localizar esse documento, por isso não temos notícias dos bens que possuía quando de sua morte. Por sua vez, é bem provável que parte considerável dos bens que sua viúva, Dona Escolástica Maria de Jesus, legará a seus herdeiros tenha pertencido um dia a José Leite Ribeiro.

DIAGRAMA 1
Família Leite Ribeiro



Fonte: RIBEIRO, 1960; VALLE, 1982; CINTRA, 1982a, 1982b.

A mãe de Francisca Bernardina e viúva de José Leite Ribeiro, Dona Escolástica Maria de Jesus, viria a falecer em 25 de junho de 1823, 22 anos depois de seu marido, sem contrair novas núpcias. Ela deixa para seus herdeiros uma morada de casas e um quintal cercado, ambos situados na vila de São João del Rei, que juntos foram avaliados em 850\$000. Além desses bens, o inventário de Dona Escolástica também enumera a fazenda do Palmital com suas benfeitorias avaliada em 1:800\$000 e 18 escravos avaliados em cerca de 2:500\$000. Parte considerável da riqueza de Dona Escolástica estava concentrada em recursos voltados para produção agrícola, possivelmente de açúcar, aguardente e outros derivados da cana, além de gêneros alimentícios variados como milho e mandioca. Na fazenda do Palmital havia casas de vivenda, paiol e moinho cobertos por telhas, além de monjolo, senzala, quintal e currais.

O inventário da falecida matriarca dos Leite Ribeiro não revela indícios de lavras ou bens ligados à antiga atividade de seu marido, a mineração. Por outro lado, o documento indica outra atividade que se destaca para além da atividade rural. Para um monte-mor de 9:087\$991, mais de $\frac{1}{4}$ da riqueza legada era constituído por créditos a receber. Eram, então, 2:294\$201 em dívidas ativas, como podemos observar no **QUADRO 1**. Entre aqueles que contavam com o crédito de Dona Escolástica, a grande maioria eram seus parentes e filhos, incluídas aí as dotações por conta dos casamentos das filhas. Desse monte, havia 713\$411 emprestados, como pudemos estabelecer, a terceiros de fora do âmbito familiar, o que correspondia a pouco mais de 7,8% de todos os bens e dívidas legados.¹⁹

¹⁹ MRSJR - **Inventário e Testamento de Escolástica Maria de Jesus**, 02/07/1823.

QUADRO 1
Bens legados por Dona Escolástica Maria de Jesus (1823)

Tipo de bem ou direito	Valor	Proporção em relação ao monte-mor
Imóveis urbanos	850\$000	9,35%
Fazenda e benfeitorias	1:800\$000	19,81%
Escravos	2:500\$000	27,5%
Dívidas ativas	2:337\$991	25,73%
Dotes	1:600\$000	17,61%
Monte-mor	9:087\$991	100%

Fonte: MRSJR - **Inventário e Testamento de Escolástica Maria de Jesus**, 02/07/1823.

Entre os devedores de fora do círculo familiar imediato, estavam o Sargento Mor João Leite de Oliveira Bressane e o Tenente Inácio Gomes Midões, ambos devedores de pequenas quantias frente ao total das dívidas ativas de Escolástica Maria: o primeiro devia 418\$633, enquanto o segundo possuía uma dívida de 26\$923.²⁰

O português João Bressane, tendo solicitado passaporte e licença para se ausentar do Reino em 1796, primeiramente chega ao Rio de Janeiro e depois já se encontra estabelecido em São João del Rei.²¹ Sua chegada às terras mineiras deve ter ocorrido antes do ano de 1800, pois em 1797 já era possuidor de uma carta de recomendação expedida no Rio de Janeiro por Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, que viria a ser governador da Capitania de São Paulo, ao então governador da Capitania das Minas Gerais, o Visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado de Mendonça. Por essa carta, Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça indica que João Bressane já é possuidor de algumas “dependências” na Capitania das Minas Gerais e, para o “bom êxito das quais”, precisa que o visconde o “favoreça em tudo quanto for compatível com a Justiça”.²²

²⁰ Idem.

²¹ Informações reunidas pelo Projeto Compartilhar, onde inicialmente realizamos a pesquisa dos dados coletados nos inventários e testamentos da Comarca do rio das Mortes utilizados no presente trabalho. Disponível em <http://www.projetocompartilhar.org/Familia/Bressane.htm>. Acessado em: 30/04/2017.

²² APM - **Carta de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça ao governador referente à recomendação do nome de João Leite de Oliveira Bressane**. 20/05/1797. SG-Cx.32-Doc.26.

Em julho do ano 1800, o português João Bressane emite uma carta promissória reconhecendo uma dívida de doze oitavas de ouro com o contratador e grande comerciante de secos e molhados João Rodrigues de Macedo.²³ Esse documento demonstra que as relações de João Bressane com a sociedade local já estavam estabelecidas em 1800, o que possibilitou, inclusive, a realização de um empréstimo com um dos mais proeminentes comerciantes locais.

Anos antes do inventário de Dona Escolástica Maria indicar a dívida de João Bressane com os Leite Ribeiro, o então Sargento Mor João Leite Bressane já havia amealhado grande fortuna com suas “dependências” e contatos naquela sociedade colonial. Em 1814, era, então, grande minerador na região da vila da Campanha da Princesa e possuía cerca de 60 escravos empregados na mineração. Esse homem era um dos 7 mineradores que mais empregaram escravos na extração de ouro daquela localidade entre os 42 mineradores indicados na “Lista das lavras e os nomes dos senhores delas e o número de escravos que se empregam na mineração em todo o termo da vila da Campanha da Princesa, no ano de 1814” (ANDRADE, 2004, p. 129).

Como vimos, em 1823, o capitão mor era devedor de uma quantia significativa de 418\$633 aos herdeiros de Dona Escolástica Maria. O inventário não indica o motivo da dívida, mas podemos especular que ela se relacione com as demandas geradas pela manutenção da atividade mineradora que João Bressane desenvolvia, talvez a dívida tenha sido contraída quando da aquisição de alimentos junto à fazenda do Palmital para a manutenção dos escravos empregados na exploração do ouro, ou faça referência à compra de cativos dos Leite Ribeiro por João Bressane, ou ainda pode se relacionar à tomada de um empréstimo em dinheiro vivo para que Bressane pudesse arcar com despesas gerais. Todas possíveis explicações diante das atividades que Bressane e os Leite Ribeiro administravam naquela época.

Os negócios de João Bressane não se mantiveram tão prósperos nos anos seguintes como estavam em 1814. Talvez a dívida contraída junto a Dona Escolástica Maria de Jesus já fosse sinal de que a atividade mineradora já não rendia como antes, fato evidenciado no censo de 1831, quando João, com seus cerca de 60 anos, ainda aparece como minerador, mas dispõe apenas da força de trabalho de oito crioulos escravos, dois pardos escravos, um africano preto

²³ BNRJ - **Promissória de João Leite de Oliveira Bressane a João Rodrigues de Macedo para pagar uma dívida.** Documento Manuscrito. 10 de julho de 1800. Coleção Casa dos Contos.

escravo, duas pardas costureiras e de um africano preto jornaleiro.²⁴ Nos tempos áureos da mineração, sua fábrica contava com 60 escravos, talvez mais.

A prática de recorrer aos empréstimos dos grupos e indivíduos mais abastados da sociedade mineira pode ter avalizado a manutenção da exploração mineral, mesmo em momentos em que a produção de ouro não correspondia aos investimentos, já realizados e por realizar, para a manutenção dessa atividade exploratória, como insumos, mão de obra, concessões, ferramentas e equipamentos. De certo que João Bressane, mesmo tendo perdido grande parte da mão de obra escrava que possuía e, por consequência, a capacidade de explorar áreas mais extensas de produção mineral, ainda era senhor de um considerável número de escravos naquela sociedade e conseguia manter, mesmo recorrendo ao auxílio econômico de terceiros, produção mineral nas áreas que explorava.

De qualquer forma, ao recuperar a trajetória desse personagem, podemos ampliar as relações que foram estabelecidas pelos patriarcas dos Leite Ribeiro desde o final do século XVIII e início do século XIX. João Bressane era possuidor de estreitas ligações com personagens influentes no cenário mineiro, responsáveis por atividades ligadas à administração da Capitania e ao comércio de grande monta com outras regiões e o empréstimo com os Leite Ribeiro é indicativo de que essa família fazia parte do mesmo circuito e de seu círculo social mais íntimo, dado que a ética das relações creditícias nesse período era movida pela confiança entre as partes. Mesmo que o objetivo do credor que empresta seu capital fosse o lucro, a confiança no tomador do empréstimo era uma das garantias sobre as quais esse sistema se apoiava e se reproduzia.

Outro devedor dos Leite Ribeiro que migrou de São João del Rei para a vila da Campanha da Princesa, localizada mais ao sul da Comarca do rio das Mortes, foi Inácio Gomes Midões. Midões foi cirurgião da Câmara de São João del Rei, exercendo também a função de tenente, entre os anos de 1819 e 1822. Nesse período, contou com o apoio e empréstimos dos Leite Ribeiro, e em 1823, quando já residente ali, é nomeado também como cirurgião na vila de Campanha.

Mineiros e médicos estavam entre os devedores de Dona Escolástica Maria listados em seu inventário. Mas havia ainda outros devedores que já deviam ter quitado suas dívidas antes do falecimento de Dona Escolástica Maria. Entre eles, conseguimos identificar os herdeiros do casal formado pelo capitão João Rodrigues da Costa e Felícia Maria da Fonseca.

²⁴ Informações reunidas pelo **Projeto Compartilhar**. Disponível em <http://www.projeto compartilhar.org/Familia/Bressane.htm>. Acessado em 05/06/2017.

O casal reconhece, em 1812, uma dívida com Dona Escolástica Maria no valor de 160\$000. João e Felícia eram residentes no termo de Barbacena, na mesma Comarca do rio das Mortes, onde eram proprietários de duas fazendas chamadas “Pilar” e “Esmeril”, ambas compostas por casas de vivenda, moinho e paiol, “tudo coberto de telhas”. Juntas, essas propriedades com suas terras e edificações foram avaliadas em 4:800\$000.²⁵

Ao ditar seu testamento no ano de 1812, poucos dias antes de seu falecimento, Felícia Maria reconhece

que por falecimento de meu marido o Capitão João Rodrigues da Costa ficou cravado o casal com muitas dívidas, das quais se tem pago o mais que tem sido possível, conhecendo eu meus filhos e herdeiros as dificuldades que havia, **não se conservando inteiramente a fábrica mineral e de lavoura que havia e que há do mesmo casal [...].** (Grifos nossos)²⁶

Entre os credores arrolados em 1812 no inventário de Felícia Maria, estava Dona Escolástica Maria. Vemos aqui que, mais uma vez, o objetivo da busca por empréstimos naquela sociedade eram as dificuldades financeiras que podiam ser enfrentadas por indivíduos ou famílias que já viveram tempos mais prósperos. No caso em tela, João e Felícia sofrem com a crise na atividade mineral que deve ter se estendido para a atividade agrícola, talvez por não possibilitar os investimentos necessários para a manutenção ou ampliação da lavoura existente ou ainda pela falta de demanda de antigos compradores.

Entre os documentos que analisamos, observamos que os devedores de Dona Escolástica Maria parecem ter gozado, em algum momento de suas vidas, de boas relações em sua sociedade. Isso certamente foi importante para que obtivessem o apoio e confiança dos Leite Ribeiro, base para recorrerem aos seus empréstimos naquele e em outros momentos.

2.2 Os herdeiros de Escolástica Maria e José Leite Ribeiro

O uso do capital herdado dos pais ou mesmo emprestado por eles é uma das formas que os jovens usaram para conquistar sua própria riqueza e espaço na sociedade oitocentista, muitas vezes extrapolando as fronteiras que seus pais desbravaram. Esse claramente é o caso de parte dos jovens da família Leite Ribeiro, fato que também observaremos entre os Teixeira

²⁵ MRSJR - **Inventário e Testamento de Felícia Maria da Fonseca**, 06/06/1812.

²⁶ Idem.

de Souza no capítulo seguinte. Como exemplo, podemos indicar a trajetória de Francisco, Custódio e Anastácio, três rebentos que conseguiram riqueza e reconhecimento dentro e fora das Minas. O primeiro, radicado em Barbacena, teve importante papel enquanto desbravador da Zona da Mata Mineira; o segundo alcançaria o baronato; enquanto o terceiro seria responsável por inúmeros feitos relacionados à expansão da fronteira agrícola rumo ao vale do rio Paraíba do Sul. Observaremos melhor as trajetórias de dois desses três filhos dos Leite Ribeiro nos capítulos que se seguem quando analisaremos o desbravamento do vale do rio Paraíba do Sul pelos Leite Ribeiro e seus sobrinhos.

Por ora, nossa preocupação incide sobre os Leite Ribeiro que mantiveram laços mais estreitos com a vila de São João del Rei e com a Comarca do rio das Mortes, onde buscaram casar, ter seus filhos e desenvolver seus negócios. Entre os quatorze filhos de José Leite Ribeiro e Escolástica Maria de Jesus apontados no **DIAGRAMA 1**, quatro já eram falecidos em 1823: José Ferreira Leite, Ana Maria da Assunção, Manoel Ferreira Leite e Joaquim Leite Ribeiro, todos casados e com filhos. Dos filhos já falecidos do casal Leite Ribeiro, localizamos o inventário ou testamento de apenas dois deles.

Entre os indivíduos dos quais localizamos o inventário, estava Ana Maria da Assunção, que já adotava o nome de Ana Maria de Jesus Leite Ribeiro. Ela aos 15 anos, já casada com José Maria da Silva e mãe de duas filhas, uma com cerca de dois anos de idade e outra com cerca de 10 meses, vem a falecer, precocemente, em 27 de setembro de 1783.

O inventário do casal, aberto no ano seguinte, apresenta um monte-mor avaliado em 1:314\$850, dividido entre algumas propriedades urbanas na cidade do Braga (Portugal), joias e ouro, utensílios de estanho e cobre, uma besta e suas montarias, além de 12 escravos com idades de oito meses a cerca de 40 anos.²⁷

Esse inventário gera uma incógnita. A inexistência de propriedades rurais e a não indicação de direitos de exploração de datas ou faiscações não nos permitem assertivas quanto à atividade econômica em que o casal estava inserido. Além disso, o inventário reúne poucos utensílios, joias, ouro ou objetos manufaturados, o que também não caracterizaria um estoque de mercadorias para o comércio ou fruto de uma produção manufatureira, como a produção de tecidos de algodão, por exemplo, como era muito comum naquela região. Sobre o marido, José Maria da Silva, há um registro anterior que pode indicar sua ocupação. Trata-se de uma nomeação de louvado para mestre do retábulo da Capela Mor da Igreja da Ordem Terceira de

²⁷ MRSJR - **Inventário de Ana Maria de Jesus**, 20/07/1784.

São Francisco de São João del Rei, datada de 11 de julho de 1781. José Maria fora nomeado juntamente com Francisco de Lima Cerqueira e Luís Pinheiro de Souza, contudo a irmandade decidiu que apenas o último exerceria de fato o cargo para o qual fora nomeado.²⁸

Então, José Maria da Silva seria um artífice, na verdade um entalhador reconhecido em sua época. Mesmo com essa constatação, sua atuação na região ainda permanece pouco estudada, como atesta Moacyr Villela. Sabe-se, porém, que era um entalhador já experiente e que, quando do inventário dos bens pela morte de sua mulher, fez-se representar por procuração, já que estava em Lavras do Funil, onde trabalhava na Capela do Rosário.²⁹

Além das informações acima, Moacyr Villela também indica que o capitão José Leite Ribeiro foi um grande promotor da construção de igrejas em São João del Rei, e José Maria pode ter trabalhado em algumas delas como entalhador.³⁰ A relação entre José Maria e a família dos Leite Ribeiro, além do próprio casamento com Ana Maria, também se estreitou por ter ele trabalhado sob o patrocínio do sogro na construção das igrejas das quais os Leite Ribeiro foram colaboradores.

Ainda assim, o exercício das artes do entalhe de igrejas e retábulos não justificaria o emprego de tantos escravos arrolados no inventário do casal. Pela descrição geral dos bens, diante da inexistência de propriedades rurais, é de se supor que parte da renda do casal também pudesse estar ligada às atividades que o pai de Ana Maria desenvolvia naquelas paragens, quer seja a mineração do ouro ou mesmo a produção agrícola nas terras da família, considerando também que a outra parte pudesse advir das obras e construções em que José Maria atuasse. Isso se justifica pela quantidade significativa de mão de obra de que dispunha o casal.

Possuir 12 escravos, sendo nove maiores de 20 anos de idade e os outros três com 10 anos ou menos, demonstra que a atividade na qual eram empregados exigia uma grande força de trabalho, possibilitando também que esses escravos fossem divididos em mais de uma atividade. Outro indício que nos ajuda a chegar a tal conclusão é o fato de que o plantel de Ana Maria e José Maria possuía um alto índice de masculinidade e africanidade. Dos nove

²⁸ Nomeação de Louvado pela Ordem Terceira de São Francisco de São João del Rei, 11/07/1781. Arquivo da Ordem terceira de São Francisco de São João del Rei. Livro 2 de termos, fl 133. **Projeto Compartilhar**.

²⁹ VILLELA, Moacyr. **José Maria da Silva. Um mestre entalhador de Braga na Comarca do Rio das Mortes**. Disponível em: <http://www.projeto compartilhar.org/Biografias/JoseMariadaSilvaMestreEntalhador.pdf>. Acessado em 28/05/2016.

³⁰ Idem.

escravos em idade produtiva, ou seja, com idades entre 20 e 40 anos, sete eram homens e africanos, enquanto havia duas mulheres africanas com cerca de 20 anos ou mais. Além disso, dos cativos com 10 anos ou menos, todos eram meninas e crioulas, indicando que nasceram no Brasil e que seu gênero não foi opção de seu senhor.³¹ A descrição indica que Ana Maria e José Maria possuíam condições de recorrer ao mercado para a aquisição de força de trabalho através da compra de escravos com características específicas, ou seja, homens, africanos e em idade produtiva, já que essas características predominavam no plantel do casal. Tudo leva a crer que se tratavam de condições importantes para o emprego desses cativos enquanto força de trabalho numa atividade econômica específica, como a agricultura. Mas, via de regra, não seria estranho que a atividade econômica do casal seguisse a atividade de destaque daquele período, como a mineração do ouro, que demandava grande quantidade de trabalho, dadas as peculiaridades requeridas para a exploração de fiação com o uso de bateias no leito dos rios.

É necessário destacar que o inventário dos bens do casal não indica uma propriedade como lugar de moradia, considerando que as propriedades urbanas inventariadas estão localizadas no Reino, na cidade do Braga, e eram, possivelmente, parte da herança recebida por José Maria de seus pais ou de outros parentes. Todo o enredo desenrolado ao longo do inventário se desvela na vila de São João del Rei, em especial na casa do pai de Ana Maria. Isso se justifica pelo papel que o capitão José Leite Ribeiro exerceu naquele documento, enquanto um dos procuradores do genro e tutor das suas duas netas. Por sua vez, a ausência dessa informação pode denotar que a casa do capitão também fosse a morada de sua filha quando viva e de suas netas, já que o genro José Maria parecia se ausentar com frequência para atuar na construção de igrejas pela região.

Não obstante, também os escravos do casal deveriam participar do cotidiano do patriarca dos Leite Ribeiro e das atividades que desenvolvia ou patrocinava, quer seja a mineração ou a agricultura.

Essas suposições precisam de melhor avaliação. Não temos informações suficientes sobre a finalidade da mão de obra arrolada no inventário do casal para tecer, de forma conclusiva, a realidade daquelas relações; além disso, esbarramos nas poucas informações coletadas sobre esses personagens, o que contribui para que apenas possamos reforçar a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre a questão específica, ao que não nos propusemos com o presente trabalho.

³¹ MRSJR - **Inventário de Ana Maria de Jesus**, 20/07/1784.

Importa aqui apenas perceber que Ana Maria de Jesus, durante sua curta vida, tornou-se proprietária de uma força de trabalho significativa para sua época e que podia dispor dela no emprego em diversas atividades altamente rentáveis, como a mineração, a agricultura ou mesmo o emprego no auxílio às atividades do marido na construção de templos religiosos.

Diferentemente de sua mãe, Ana Maria e seu marido não parecem ter optado, no final de século, pelo emprego de seu capital na usura, dado que não relacionaram dívidas ativas em seu inventário. Talvez aquela sociedade ainda não tivesse liquidez ou capilaridade suficiente para o emprego do capital na usura, ou o casal, entre as opções que pudesse fazer, não julgava tal atividade como merecedora de seu capital, que era grande, mas já muito comprometido com o engessamento em mão de obra escrava.

O outro filho de José Leite Ribeiro e de Dona Escolástica Maria de Jesus que falecera antes de 1823, ou seja, antes da matriarca da família, foi Joaquim Leite Ribeiro. Já enfermo, Joaquim dita seu testamento em 12 de março de 1809, pouco tempo antes de seu falecimento, que ocorreria no mesmo ano. Estava então com 37 anos de idade, era casado e pai de quatro filhos legítimos menores de idade.

Antes de morrer, Joaquim dedicou-se ao comércio, intermediando a compra e o envio de fazenda seca para a freguesia de Aiuruoca e para a vila de São João del Rei (RIBEIRO, 1960, p. 73). Dessa maneira, representava os interesses da Comarca do rio das Mortes e do sul de Minas Gerais na praça comercial da Corte. Contribuiu, dessa forma, para a diversificação das atividades econômicas da família nesse início do século XIX, ao ingressar de forma mais concreta na atividade mercantil de longa distância que ligava sua região de origem a outros pontos do mundo português.

Contudo, sua origem e de seu capital estavam ligados a São João del Rei. É possível que o capital necessário para empreender no ramo do comércio e intermediação mercantil na Corte tenha sido emprestado por sua mãe. Em seu testamento, Joaquim aponta que “o dinheiro que trouxe de Minas já o empreguei todo na compra de fazenda seca”, tendo encaminhado parte para seus representantes em Aiuruoca e São João del Rei, e o restante da fazenda seca encontra-se na Corte com dois de seus companheiros. Joaquim afirma também que já não dispunha de dinheiro algum, tão somente contava com os empréstimos do coronel

Manuel Jacinto Nogueira da Gama³², conterrâneo da vila de São João del Rei e que viria a enriquecer no comércio interprovincial e a ocupar diversos cargos na administração do Império do Brasil. Além do referido empréstimo solicitado a Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Joaquim havia negociado com ele três escravos seus pelo valor de trinta “doblas” (RIBEIRO, 1960, p. 73).

Parte do capital necessário para o ingresso de Joaquim na atividade mercantil teve origem nas Minas Gerais; ainda dispôs de três escravos para sua manutenção e investimentos, possivelmente herança de seu pai. Por outro lado, no inventário de sua mãe há o registro de uma dívida ativa em nome da “casa do falecido Sargento Mor Joaquim Leite Ribeiro” no valor de 825\$841, o que pode denotar gastos com os netos no período posterior à morte do pai ou o registro de uma dívida contraída quando da ida de Joaquim para a Corte.³³ Mesmo se esta última não for a acertada, não se pode negar que os investimentos e a origem do capital de Joaquim mantiveram estreitas ligações com o sul de Minas e com São João del Rei, indicando a grande representatividade das relações que os Leite Ribeiro constituíram em sua vila de origem para o sucesso de uma nova estratégia visando à reprodução da riqueza daquele grupo familiar, inclusive acionando indivíduos e redes importantes no cenário da Corte.

Outra filha dos Leite Ribeiro, que mesmo realizando investimentos fora de São João del Rei ainda manteve estreitos laços com suas origens, foi Maria Custódia Assunção Leite Ribeiro, cujo marido, Antônio Pinto de Magalhães, faleceu em maio de 1820 na vila de São João del Rei. Maria Custódia era, então, mãe de dez filhos e tudo indica que foi pega de surpresa pela morte do marido, dado que ele não deixou testamento ou papéis que assegurassem a propriedade ou direitos de exploração sobre os bens posteriormente arrolados no inventário.

Quando morreu, Francisco de Magalhães se dizia possuidor de “partes de terras minerais sitas na paragem chamada Elvas em Cuiabá, em que há muitos sócios”, contudo a viúva se declarava impedida de realizar a avaliação, pois não tinha conhecimento sobre quais

³² Manuel Jacinto Nogueira da Gama era filho de uma proeminente família na Corte Joanina e se tornou um político de grande influência após a Independência do Brasil, o que lhe conferiu os títulos de visconde (1824) e marquês (1826) de Baependi por sua proximidade com o Imperador. Além disso, como vimos no primeiro capítulo, era primo de Hilário Gomes Nogueira, grande traficante de escravos sediado na praça do Rio de Janeiro no início do século XIX. Cf MANUEL JACINTO NOGUEIRA DA GAMA (Marquês de Baependi). *In*: ERMAKOFF, George (Org.). **Dicionário Biográfico Ilustrado de Personalidades da História do Brasil**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2012.

³³ MRSJR - **Inventário e Testamento de Escolástica Maria de Jesus**, 02/07/1823.

estavam quitadas e por não ter “em seu poder títulos ou papéis alguns” que comprovassem a propriedade.³⁴

O investimento do casal na exploração de terras minerais em regiões afastadas, na Capitania de Mato Grosso, era certamente bem mais arriscado que os habituais daquele grupo familiar e parece não ter sido o único; além dele, o inventário também registrava investimentos na Capitania de Goiás, pois a viúva reconhece uma grande dívida do finado marido de 26:313\$100 na sociedade das “Lavras de Goazes”, em que Francisco de Magalhães tinha como sócio o capitão Manoel Leite de Freitas.³⁵

Não parece ter o casal se mudado em definitivo ou parcialmente para a região de Cuiabá ou para outra capitania, visto que Francisco de Magalhães viria a falecer no termo da vila de São João del Rei, onde também se passou todo o desenrolar do processo de inventário dos bens.

Mesmo que os empreendimentos indicados no inventário fossem os mesmos, ou seja, que a dívida com as “Lavras de Goazes” fosse fruto das terras minerais adquiridas na região de “Elvas de Cuiabá”, isso não negaria o fato de ser um empreendimento arriscado em terras distantes da região de origem da família de Maria Custódia. Investimento que não logrou os resultados esperados e que levou a família a dificuldades após a morte do cabeça do casal. Todos os bens arrolados foram levados à leilão para quitar as dívidas contraídas pelo casal quando realizaram seus investimentos.

No momento de dificuldade, o núcleo familiar dos Leite Ribeiro não negou seu apoio e a matriarca da família, Dona Escolástica Maria de Jesus, arrematou os bens que foram à leilão, garantindo a manutenção dos mesmos no círculo familiar e impedindo a ampliação da vergonha de seus pares, caso os bens fossem arrematados por outrem.

Maria Custódia e seus filhos já gozavam da atenção especial da matriarca dos Leite Ribeiro. Dona Escolástica, em seu testamento, já buscava garantir que a filha e os netos pudessem gozar de boa condição após sua morte, dado que determina fosse sua terça investida em missas por sua alma e pela alma de seus familiares e escravos já falecidos, além das almas do purgatório, e que o restante da terça fosse entregue

a dita minha filha Dona Maria Custódia da Assunção, casada com o Alferes Francisco Pinto de Magalhães, e com condição, porém, do dito resto seja em dinheiro, ou em outra qualquer espécie, não ser tirada por

³⁴ MRSJR - **Inventário de Francisco Pinto de Magalhães**, 03/07/1820.

³⁵ *Idem*.

dívida alguma, porque é meu gosto e vontade que todo esse resto são e salvo a seus filhos tem ela [...].³⁶

O testamento certamente foi ditado antes de 1820, pois nele Dona Escolástica ainda faz menção ao marido de Maria Custódia como se estivesse vivo. Contudo, a disposição que torna Maria Custódia e seus filhos os únicos herdeiros vivos da terça da mãe e avó, não foi alterada até 1824 e era válida quando houve a abertura do inventário daquela matriarca. A disposição supracitada não foi revogada ou alterada mesmo depois do auxílio que Dona Escolástica prestou à sua filha arrematando os bens da família após a morte de Francisco de Magalhães, evitando a manutenção do estado de endividamento da filha.

Ofertar ajuda, inclusive financeira, no momento de necessidade, não foi privilégio da matriarca dos Leite Ribeiro. Também os Teixeira de Souza e os descendentes desses dois grupos familiares lançaram mão da mesma estratégia garantidora da manutenção da posição desses núcleos familiares em suas sociedades, além de colaborar para a manutenção da riqueza no interior das mesmas famílias, como veremos nos capítulos adiante.

Outro Leite Ribeiro que parece ter se fixado nas proximidades da vila de São João del Rei durante a idade adulta foi Antônio Leite Ribeiro, indicado pela Câmara de São João del Rei, já em 24 de março de 1801, para exercer a função de capitão de um dos novos distritos a serem criados naquela vila. Havia a necessidade de se “remediar as desordens” daquelas paragens, por isso a Câmara encaminha a proposta ao governador da província, frisando a necessidade da catequese dos índios selvagens e a facilitação da arrecadação nos sertões da vila (CINTRA, 1982a, p. 136). Antônio, residente na vila de São João del Rei, tinha então cerca de 27 anos de idade quando recebe a indicação para a função de capitão. Anos mais tarde, em novo documento ligado à administração local e provincial, Antônio novamente é citado, já com 56 anos de idade e como chefe do fogo no qual residia com sua mulher e cinco de seus filhos.³⁷

À época do censo de 1831, Antônio era possuidor de 95 escravos e declarava viver do fabrico de engenho de cana. Tratava-se de uma força de trabalho composta, preponderantemente, por escravos do sexo masculino, jovens, solteiros e de origem africana. Poucos de seus escravos possuíam uma ocupação especializada indicada naquele registro; alguns eram tropeiros, alfaiates, sapateiros, ferreiros e os demais, cujas ocupações não foram destacadas, certamente trabalhavam diretamente com o cultivo e beneficiamento da cana-de-

³⁶ MRSJR - **Inventário e Testamento de Escolástica Maria de Jesus**, 02/07/1823.

³⁷ APM - **Relação dos habitantes do Distrito de Nossa Senhora de Nazareth, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra, Termo de São João del Rei**. 1831. MP-Cx.06-Doc.20.

açúcar.³⁸ Grande senhor de escravos de sua região, Antônio Leite Ribeiro também era um grande proprietário e produtor rural, mesmo que o censo não o caracterize assim, a mão de obra de que dispunha já é suficiente para que possamos chegar a essa conclusão. Era conhecido importador de escravos para a região, tendo recebido ao menos 146 escravos novos no ano de 1828 (PINHEIRO, 2007, p. 143), o que pode denotar outra face das atividades que exercia em sua sociedade, a de comerciante de escravos.

Pelo censo, especialmente pelas ocupações dos escravos ali indicadas, percebemos que a atividade mineral, se era exercida, não contava com escravos em ofícios especializados, como calceteiros ou cavouqueiros, que poderiam ampliar a eficiência da exploração de lavras ou mesmo faiscações. Também pelas informações contidas no censo, observamos que o capitão podia dispor de parte de seus escravos para atividades ligadas ao comércio, já que dois deles foram listados como tropeiros e poderiam ser empregados tanto na venda dos produtos de seu engenho, como na aquisição de gêneros necessários para a manutenção de suas propriedades e escravos.

Mais tarde, o capitão Antônio Leite Ribeiro apresentava perfil bem próximo ao indicado no censo de 1831. Ele e sua mulher, Bernardina Constância de Barros, ambos falecidos – o primeiro em 16 de maio de 1848 e a segunda em 8 de maio de 1839 –, legaram aos seus herdeiros bens e direitos que alcançavam o valor de 203:305\$763 quando o inventário do casal foi aberto, em 1855. Muitas das propriedades arroladas no inventário possuíam um caráter rural e apenas uma delas, a fazenda do Ribeiro Fundo com suas “terras de cultura, campos de criar, matos virgens e catanduvas”, além das demais benfeitorias, foi avaliada em 39:440\$500. Além da fazenda do Ribeiro Fundo, o casal também legara a seus herdeiros outras propriedades rurais, na Província de Minas Gerais e de São Paulo, e uma morada de casas em um lugar chamado “Cafezal Velho”, possivelmente na mesma vila em que residiam. Apesar da extensa propriedade fundiária, o inventário não mais indica a existência de escravos.³⁹

O censo de 1831 já indicava que o capitão Antônio Leite Ribeiro era um grande senhor que se valia de extensa mão de obra sob a condição da escravidão para a produção rural e que, como sua mãe, Dona Escolástica Maria, especializou-se no ramo da produção e beneficiamento da cana-de-açúcar. Antônio declarava viver, em 1831, da produção do engenho de cana; o que vemos em seu inventário aberto em 1855 é o mesmo padrão, vastas

³⁸ Idem.

³⁹ MRSJR - **Inventário de Antônio Leite Ribeiro e Bernardina Constança de Barros**, 19/01/1855.

propriedades rurais com estruturas produtivas relacionadas ao beneficiamento da cana-de-açúcar.

Por outro lado, diferentemente de sua mãe, o capitão Antônio Leite Ribeiro não parece ter diversificado seus ramos de investimentos para fora do eixo imediatamente relacionado à cultura da cana e de seu beneficiamento. Nosso inventariado e sua esposa possuíam apenas uma propriedade urbana arrolada no inventário e um pequeno valor, se comparado ao montemor, investido na usura. Eram 18:827\$424 em dívidas ativas, todas listadas em nome de herdeiros ou relacionadas a uma empresa ligada aos Leite, possivelmente uma casa comercial através da qual negociava.⁴⁰

Mesmo em número restrito, os nomes dos tomadores de empréstimos do capitão Antônio Leite Ribeiro podem ajudar a lançar um pouco de luz sobre a lógica daquelas relações. Entre seus devedores, estava o então coronel Pedro Pereira do Couto, que em 1855 fazia parte do círculo familiar do capitão, pois era casado com uma filha de Antônio e Bernardina, chamada Ana Bernardina do Couto Leite. O coronel Pedro do Couto devia ao espólio de seus sogros o valor de 2:046\$608.⁴¹

Sobre o referido coronel, sabemos que no ano de 1831 era residente no Distrito de Nossa Senhora de Nazareth, termo da vila de São João del Rei, e declarava-se como “roceiro e criador de gados”. Pedro do Couto, a essa altura, já era casado com Ana Bernardina e compunha um jovem casal, ele com 28 anos e ela com 16 anos, sem filhos.⁴²

Mesmo se declarando como “roceiro”, ou seja, não proprietário de terras, Pedro do Couto possuía uma força de trabalho considerável. Para as atividades que desempenhava, contava com o apoio dos africanos Pedro, José, Jacinto, Cesário, Laura e Florinda, todos com idades entre 12 e 19 anos e sem ofícios especializados.⁴³ O plantel a serviço dele e de sua mulher era jovem e deve ter sido empregado no cultivo de cana e a criação de gado em terras arrendadas ou da família.

As informações sobre o coronel Pedro do Couto ainda indicam sua inserção no mercado de criação, talvez apenas engorda, de gado em São João del Rei para a venda a outras partes da província ou para fora dela, atividade verificada como importante para as

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² APM - **Relação dos habitantes do Distrito de Nossa Senhora de Nazareth, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra, Termo de São João del Rei. 1831.** MP-Cx.06-Doc.20.

⁴³ Idem.

exportações daquela região, dado o comércio de abastecimento com a Corte (GRAÇA FILHO, 2002, p. 58).

Parte da dívida de Pedro do Couto registrada no inventário dos sogros em 1855 podia ser resultado de um empréstimo para diversos fins possíveis, como um auxílio familiar no momento de dificuldade econômica passageira, mesmo que essa dificuldade pudesse ser sanada com a venda de um ou mais escravos, por exemplo. Contudo, recorrer ao empréstimo dos sogros, nesse caso, poderia ser uma forma de evitar a perda do patrimônio que ele e sua esposa constituíram ao longo dos anos e que, de outra forma, poderiam não recuperar, já que a exploração do trabalho escravo contribuiria, nessas circunstâncias, para a reprodução da riqueza e reprodução do *status* naquela sociedade oitocentista.

Outra possível origem do endividamento certamente estava ligada ao dote recebido por Ana Bernardina quando das núpcias do casal, dote que era habitualmente devolvido ao monte quando do falecimento de um dos pais. Como o documento de 1855 era o inventário tanto de Antônio, como de Bernardina, não seria de se estranhar que o valor da dívida, ou seja, 2:046\$608, correspondesse apenas à devolução do dote. Hipótese que também poderia ser aplicada às dívidas dos demais filhos de Antônio e Bernardina ali listados como devedores dos pais.

Como não temos a confirmação no inventário de que a dívida de Pedro do Couto, ou parte dela, estivesse relacionada ao dote que ele recebeu dos sogros ou a um empréstimo para a realização de algum investimento ou pagamento de dívida, apenas supomos as possíveis relações familiares apontadas por essa e pelas outras dívidas que o capitão Antônio Ribeiro Leite e sua mulher contrataram junto a seus familiares, muitos dos quais também foram seus herdeiros. Das nove dívidas ativas registradas, apenas duas não foram resultado de crédito concedido a filhos ou genros. Enquanto o círculo familiar mais imediato contou com 16:420\$963, os dois empréstimos realizados a pessoas que não pudemos ligar ao grupo familiar do capitão somaram 1:867\$861.

Nesses termos, julgamos procedente que o ato do capitão emprestar dinheiro não objetivava inicialmente um retorno financeiro com os juros decorrentes desse processo, porque a oferta de crédito a indivíduos externos ao seu grupo familiar não pôde ser verificada como uma constante através dos documentos de que dispomos.

Até aqui percebemos que os Leite Ribeiro partiram de um mesmo movimento migratório em busca da riqueza proporcionada pela exploração do ouro e que, mesmo obtendo sucesso na atividade inicial, após o declínio desta, souberam se adaptar aos novos fatores que se apresentavam na transição do século XVIII para o século XIX. A adaptação levou esse grupo familiar a ingressar na produção agrícola, mesmo que baseada na policultura, mas com destaque para produção e beneficiamento da cana-de-açúcar, talvez ainda consorciada com a exploração mineral. Para isso, Os Leite Ribeiro se valeram das propriedades e escravos adquiridos ao longo dos anos dedicados à mineração, ampliando-os à medida que obtinham sucesso nas novas atividades em que se inseriram. Se os Leite Ribeiro repercutiram esse padrão, passemos a analisar as escolhas que fizeram alguns dos indivíduos da família Teixeira de Souza.

CAPÍTULO 3 – PORTUGUESES E MINERADORES NA ORIGEM: OS TEIXEIRA DE SOUZA

Assim como o patriarca dos Leite Ribeiro, o capitão Francisco José Teixeira também era um português que emigrou durante a segunda metade do século XVIII, quando veio ao Brasil atraído pela riqueza do ouro das Gerais. Nos poucos anos que viveu no Brasil, formou vasta fortuna e constituiu extensa prole.

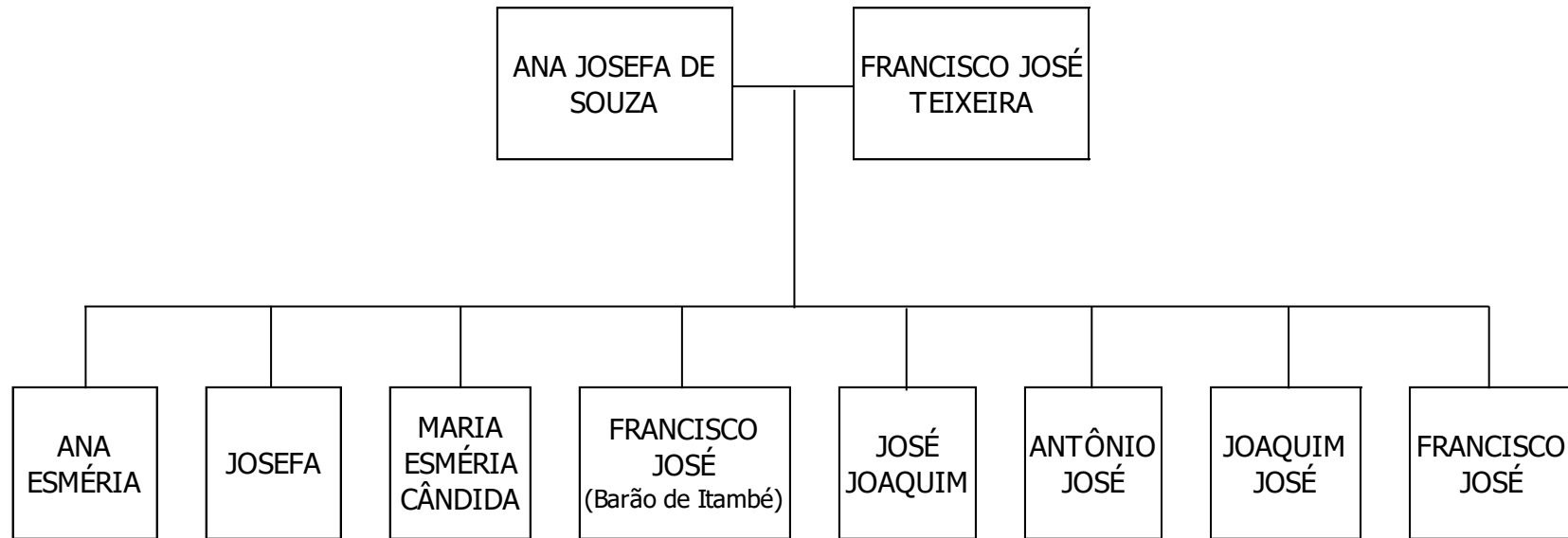
Neste capítulo, pretendemos analisar parte da trajetória do capitão Francisco José Teixeira, de sua esposa, Ana Josefa de Souza Monteiro, além dos seus principais descendentes diretos. Para isso, analisaremos os documentos cartoriais dos indivíduos da família e de alguns de seus contemporâneos com os quais mantiveram negócios para buscar entender as relações constituídas em sua sociedade e as escolhas realizadas em seus principais investimentos. Nesse sentido, a análise estará limitada pelo *corpus* documental a que tivemos acesso, já que nem todos os acordos e contratos por eles efetivados foram registrados nos documentos que analisamos nas linhas a seguir.

3.1 Francisco José e Ana Josefa: os pais dos Teixeira de Souza

O capitão português Francisco José Teixeira quando faleceu nas proximidades da Aplicação da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, termo da vila de São João del Rei, em 12 de setembro de 1788, deixa a viúva e mais oito filhos como herdeiros: Ana Esméria, Josefa, Antônio, Francisco José, Maria, Joaquim e José.

Tendo nascido em São Tiago de Ourilhe, na cidade de Braga, Portugal, no ano de 1750 e emigrado para o Brasil ainda adolescente, o capitão dedicou-se ao longo dos últimos anos de sua vida à mineração na região do rio das Mortes (TAUNAY, 1934, p. 484). Pai de uma família jovem, casado com Ana Josefa de Souza Monteiro, na ocasião de seu falecimento seus sete filhos tinham entre 2 e 13 anos de idade e eram solteiros, à exceção de Ana Esméria, casada com Manuel da Costa Rios desde pouco antes da morte de seu pai.

DIAGRAMA 2
Família Teixeira de Souza



Fonte: MRSJR - **Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira**, 29/11/1788; Árvore genealógica de Francisco José Teixeira. Disponível em <https://www.geni.com/people/Francisco-Jos%C3%A9-Teixeira/6000000021870900442> . Acessado em: 02/02/2020.

Aos seus herdeiros, o patriarca Francisco José deixa um conjunto de bens avaliado em 17:793\$860. Entre os bens do inventariado e os de sua mulher, Ana Josefa de Souza, havia 68 escravos e terras em três fazendas: das Ilhas, Cachoeira e Capivari. Em duas dessas propriedades cultivavam cana-de-açúcar, milho e algodão e ainda dispunham forno para torrar farinha, engenhos de pilões e de açúcar, além de tachos e outros itens que se destinavam ao fabrico do açúcar e de outros derivados da cana. Foram avaliadas cerca de 180 arrobas de “açúcar branco” estocadas em suas propriedades, seja ainda nas próprias formas, “em seu caixão ou em latão”.⁴⁴ O açúcar representou pouco menos de 1% dos bens, mas é um valor bem significativo quando consideramos que é resultado de apenas uma das atividades agrícolas dos Teixeira de Souza e só estamos enxergando o valor do produto estocado e não a receita de uma safra inteira.

É especialmente importante observar que, apesar das instalações indicarem que a finalidade do cultivo da cana fosse a produção do açúcar, os engenhos da região nesse mesmo período tinham como produção principal a aguardente. Sabemos que a produção de aguardente na Comarca do rio das Mortes e demais regiões mineiras atendeu ao longo do século XVIII ao crescimento da demanda na região produtora de ouro e sofreu diversas tentativas de limitação por parte das autoridades régias, mas os produtores insistiam em edificar novos e maiores engenhos dada a lucratividade do produto naquele mercado. Miguel da Costa Filho traça uma importante análise sobre essas tentativas de limitação da produção de aguardente em Minas Gerais (Cf. COSTA FILHO, 1963, p. 103-118).

O inventário em destaque indica a existência de dois alambiques, pipas, barris nas unidades produtivas. Indica também o estoque de 480 barris de aguardente avaliados em 177\$600, ou seja, o estoque da aguardente reunia maior valor que o estoque de açúcar. Somados, açúcar e aguardente, correspondiam a pouco menos de 2% de todos os bens legados aos herdeiros do português Francisco José.⁴⁵ Por esse prisma, passa a fazer sentido a hipótese de que o ramo econômico principal daquele núcleo familiar era o cultivo e o beneficiamento da cana-de-açúcar, já que os estoques encontrados nas propriedades da família perfaziam um faturamento que agregava cerca de 2% aos bens já constituídos e, pela natureza desses estoques, é provável que a adição desse valor se desse a cada safra. Vamos retomar o caráter agrícola dos investimentos dos Teixeira de Souza adiante.

⁴⁴ MRSJR - **Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira**, 29/11/1788.

⁴⁵ *Idem*.

Pelo perfil dos bens legados descrito no inventário, percebemos que escravos, fazendas e suas benfeitorias, ferramentas, animais e instrumentos utilizados na produção somavam pouco mais de 14 contos de réis, valor correspondente a cerca de 80,7% de todos os bens partilhados entre os herdeiros.⁴⁶

Por sua vez, há um item que nos chamou a atenção entre os bens e direitos listados nesse documento. O português Francisco José e sua mulher também atuavam naquela sociedade como credores de alguns parentes e de alguns produtores e comerciantes locais e, em decorrência disso, possuíam algumas dívidas ativas junto à comunidade da vila de São João del Rei. Ao todo, foram listadas 14 dívidas, em nome de 16 devedores diferentes, que perfaziam o valor total de 2:709\$970, uma pequena fortuna naquele final de século, e que representava pouco mais de 15,2% dos bens do casal. Para observarmos a importância desse valor investido em empréstimos, basta destacarmos que esse capital é pouco mais da metade do valor que o casal possuía imobilizado em seus 68 escravos.⁴⁷ Reservar valor tão alto, que correspondia a 54,3% do capital investido em mão de obra, para emprestar a parentes e a outros indivíduos nem tão próximos ao seu círculo familiar pode demonstrar que aquela atividade era viável economicamente ou que era necessária dentro do círculo social do patriarca dos Teixeira de Souza, sem que uma necessariamente anulasse a outra. Há aqui uma clara tendência em diversificar os investimentos, apesar de parte substancial do capital do casal ainda estar investida em bens relacionados à produção agrícola, como podemos observar no **QUADRO 2**.

Se o casal era credor em sua sociedade, o inventário de Francisco José também indica a existência de algumas poucas dívidas passivas. Ao todo, apenas 4 dívidas passivas foram listadas, mas o valor de uma delas era bem considerável: 1:190\$000 devidos a seu genro, o capitão Manuel da Costa Rios, que era casado com a filha mais velha de Francisco José, Ana Esméria.⁴⁸ Discutiremos melhor as condições que levaram ao casamento e a relação entre sogro e genro nas linhas adiante.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.

QUADRO 2
Bens legados por Francisco José Teixeira (1788)

Tipo de bem ou direito		Valor	Proporção em relação ao monte-mor	
Bens ligados diretamente à produção	Terras, culturas e benfeitorias	7:699\$540	43,3%	80,7%
	Escravos	4:989\$300	28%	
	Itens e equipamentos para o fabrico do açúcar e aguardente (alambiques, tachos, fornos, formas...)	845\$200	4,7%	
	Ferramentas (enxadas, foices, martelos...)	175\$500	1%	
	Bestas, cavalos e seus apetrechos	224\$600	1,3%	
	Bois de tração	336\$000	1,9%	
	Carros de boi	79\$200	0,5%	
Produção	Milho	100\$000	0,6%	2,8%
	Açúcar	149\$500	0,8%	
	Aguardente	177\$600	1%	
	Animais de criação	68\$700	0,4%	
Bens móveis	Móveis, armas de fogo, imagens sacras e outros utensílios domésticos	227\$350	1,3%	1,3%
Dívidas	Dívidas ativas	2:709\$970	15,2%	15,2%
Monte-Mor		17:793\$860	100%	100%

Fonte: MRSJR - Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira, 29/11/1788

Mesmo que o capital do casal também estivesse aplicado na usura, percebemos que Francisco José e Ana Josefa possuíam investimentos essencialmente voltados para a produção agrícola, já que o valor investido em mão de obra (escravos) e bens de raiz correspondia à

maior parte dos valores inventariados e as dívidas ativas não representavam um grande investimento àquela altura.⁴⁹

Sabemos que os Teixeira de Souza produziam cana-de-açúcar, milho e algodão em suas propriedades. Ainda que a descrição das propriedades de Francisco José aponte para o desenvolvimento de várias culturas em suas terras, atentando melhor para os detalhes, encontramos uma cultura que se destaca entre as demais. Na fazenda das Ilhas – a propriedade onde a família residia – as culturas (as áreas cultivadas já plantadas) foram avaliadas em 1:000\$000, enquanto a “casa da fazenda declarada, entrando o terreiro e todas as casas declaradas, engenhos, casa de fornos, enfermaria (...)” foram avaliados pela quantia de 4:500\$000. Por essa avaliação, percebemos que as instalações produtivas (terreiro, engenhos, alambiques, fornos) e demais edificações possuíam um valor bastante alto. Além disso, a descrição das instalações faz clara referência à existência de unidade produtiva voltada para o fabrico de açúcar e da aguardente: “engenhos de cana”, “casas de fornos de açúcar”, “alambique” e “caldeira de cobre”.⁵⁰ Não bastasse cultivar e produzir a cana-de-açúcar, esta também era beneficiada na fazenda, o que ajuda a explicar a aquisição e o emprego de uma força de trabalho tão expressiva nas unidades agrícolas de propriedade da família.

Quando da morte de Francisco José, a produção de açúcar, aguardente e talvez outros derivados, como o mel de engenho e a rapadura, era a principal atividade nas propriedades dos Teixeira de Souza. Mas, como vimos, não era a única. Além da cultura de cana, o inventário de Francisco José também relata a existência de cultivos de milho e algodão. A região da Comarca do rio das Mortes e, em especial, a cidade de São João del Rei eram especialmente reconhecidas por seu caráter mercantil. Desde o quartel final do século XVIII, já há apontamentos de que nessa região eram produzidos e por aí passavam os víveres que tinham como destino outras províncias, como São Paulo e Rio de Janeiro – cujas relações comerciais seriam ampliadas em anos posteriores –, mas, principalmente, para as próprias Minas Gerais. Isso nos ajuda a explicar a base alargada de gêneros agrícolas produzidos pelos Teixeira de Souza, certamente inseridos nesse circuito mercantil, inicialmente local.

Para completar, sabemos que, recorrentemente, o milho era utilizado para o consumo da família. Mas este também parece ter uma finalidade mercantil, dada a estrutura de beneficiamento presente na fazenda das Ilhas. Havia aí um “grande paiol”, para estocar o cereal, e um “grande engenho de pilão”, empregado para a produção do fubá de milho. Dos

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

setenta carros de milho existentes nas propriedades inventariadas, Ana Josefa mandou “avaliar 40 carros”, “ficando 30 para os gastos do casal”.⁵¹ A distinção entre o milho para consumo da unidade e o milho que entraria na divisão dos bens, indica que este último tinha por finalidade sua inserção nos circuitos comerciais e, por isso, era repartido entre os herdeiros. Assim, o milho excedente, avaliado em 100\$000, podia ser comercializado localmente ou mesmo vendido para tropeiros que o enviariam para outras regiões além daquela comarca.

Além de cana-de-açúcar e milho, nas Ilhas e nas outras propriedades, Francisco José, Ana Josefa, seus filhos e escravos também produziam algodão. Tradicionalmente, São João del Rei era reconhecido desde o início do século XIX pela produção de tecidos ordinários de algodão, fruto de uma pulverizada manufatura têxtil que beneficiava a produção local de algodão e o produto comprado de regiões próximas.

De caráter doméstico e empregando, principalmente, mulheres em teares que eram encontrados em muitos domicílios são-joanenses, como em grande parte das Minas Gerais e também no lar de Ana Josefa e Francisco José, a fiação e a tecelagem eram importantes atividades desde, pelo menos, o último quartel do século XVIII, como aponta Douglas Cole Libby. Assim, não seria de se estranhar que a produção de algodão nas propriedades de Francisco José tenha atendido à demanda familiar por panos de algodão, ainda observando uma produção manufatureira em pequena escala, utilizando, inclusive, seu próprio “tear de tecer algodão”. Por outro lado, Libby destaca que o cultivo do algodão tanto no norte, como no sul da capitania das Minas Gerais, poderia ter outro destino: a venda do algodão em caroço para outras regiões da colônia e, mais tarde, do Império, não raro alcançando a Corte (LIBBY, 1997). Já no século XIX, não só essa matéria-prima continuaria a fazer parte do circuito mercantil local e interprovincial, como também a manufatura têxtil, já mais estruturada, possibilitaria que os panos de algodão passassem a ser exportados. A proporção do comércio de panos de algodão de Minas com o Rio de Janeiro chamou a atenção de Augusto de Saint-Hilaire quando, entre 1819 e 1822, visitou, entre outras, a região de São João del Rei. Naquela ocasião, observou o viajante que

A comarca de S. João D'El Rei fornece também aos habitantes do Rio de Janeiro prodigiosa quantidade de toucinho e de queijos, **algodão em rama**, **tecidos grosseiros de algodão**, carneiros, cabras, açúcar, couros [...] (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 193). (Grifo nosso)

⁵¹ Idem.

Essa passagem não foi a única em que o comércio do algodão e de produtos têxteis manufaturados com o Rio de Janeiro foi destacado por Saint-Hilaire. Ainda reforçou o autor que

As mercadorias que a vila de S. João em particular envia à capital em troca das da Europa, são o ouro, couros, toucinho, **algodão em rama**, queijos, açúcar, **tecidos grosseiros de algodão** e alguns outros artigos [...] (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 206). (Grifo nosso)

Produzindo algodão em 1780, o português Francisco José parece estar atento às adaptações que eram demandadas pelo mercado. Mesmo que sua produção ainda se inserisse na lógica da demanda do próprio núcleo produtivo e familiar, a opção pelo cultivo do algodão se mostrava consonante com o movimento observado por Libby que possibilitaria, anos mais tarde, o desenvolvimento da manufatura têxtil mineira e a acumulação de capitais só possível através dos lucros com comércio do algodão cru ou manufaturado. Este último fator também foi observado pelo mesmo Saint-Hilaire. Este destacou que

O algodão que se colhe nessa comarca [do Rio das Mortes] é em parte comprado pelos negociantes de S. João d'El Rei, que tratam de descaroçá-lo e possuem prensas para mete-lo em sacos de couro. Em 1818 esse algodão era vendido em S. João, a 1.200 rs. em caroço; descaroçado era revendido a 8.000 rs. no Rio de Janeiro, sob o nome de algodão de Minas Gerais. Já disse que o algodão do Rio das Mortes se reduzia depois de descaroçado a 1/4 de seu peso, o que estabelecia para S. João o preço de 4\$800 sem sementes. Ora, para descaroçar uma arroba de algodão dispndia-se 3 vinténs e pagava-se 600 rs. por arroba para o transporte de S. João ao Rio de Janeiro. Ele ficava pois em cerca de 5\$512 ao negociante de S. João, e, pelo que se disse mais acima, pode-se julgar a respeito dos lucros proporcionados por esse artigo (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 207).

Se Francisco José ainda não estava inserido na nova organização mercantil de São João del Rei, que abarcava também a produção e manufatura de algodão, possibilitando lucros consideráveis com elas, é certo que fazia parte daqueles que deram início a esse movimento que, em seu caso, não foi completado dado seu precoce falecimento.⁵²

O fornecimento de panos de algodão produzidos em São João del Rei para a Corte na primeira metade do século XIX só foi viável diante da produção agrícola diversificada. Isso possibilitou o acesso à matéria-prima com valor adequado que, após seu beneficiamento, pôde concorrer com produtos de outros locais, até mesmo importados.

Diversificar a produção de suas propriedades, apostando na produção de alimentos e produtos que pudessem ser absorvidos no mercado local e interprovincial, talvez tenha sido

⁵² Sobre a inserção do algodão nas redes comerciais são-joanenses, ver: GRAÇA FILHO, 2002. p. 45-47.

uma escolha feita por Francisco José Teixeira diante da diminuição da lucratividade das atividades que o possibilitaram adquirir grande parte de sua riqueza. A produção de algodão, seja para o aproveitamento da fibra em teares da fazenda das Ilhas, seja para venda no mercado são-joanense, ocupou parte da atenção do patriarca dos Teixeira de Souza e se apresenta aqui como uma atividade viável e lucrativa naquele momento.

Por outro lado, sabemos que na fazenda das Ilhas as culturas de cana, milho e algodão, juntas, representavam algo em torno de 1:000\$000,⁵³ mas, como não temos a dimensão do cultivo desses gêneros – milho e algodão – e de sua representatividade frente ao todo da agricultura praticada por Francisco José e família, apenas podemos especular sobre sua finalidade e possíveis interesses por essas culturas na manutenção da família e nos lucros aferidos por elas. Se havia estoque de milho, o mesmo não verificamos para o algodão.

Dada a dimensão das benfeitorias relacionadas ao trato da cana (“grande engenho de cana”, “alambique”, “tachos de cobre” e fornos de açúcar) e do milho (“grande paiol” e “grande engenho de pilão”), essas culturas tinham destaque na composição da riqueza dos Teixeira de Souza e sua produção tinha por finalidade, não só a autossuficiência das fazendas da família, mas também a venda desses gêneros, beneficiados ou não, no mercado, sendo essa a finalidade da produção – o que nos parece mais verdadeiro dados os estoques constatados, principalmente de milho, açúcar e aguardente.

As fazendas dessa região, geralmente, combinavam as lavras auríferas com engenhos de cana, farinha e pecuária (SILVEIRA, 1997). Era muito comum que a produção de açúcar, aguardente e demais derivados da cana, além de outros gêneros alimentícios, fosse direcionada para o mercado local de abastecimento. Por outro lado, Miguel Costa Filho apresenta possíveis exceções a essa regra, quando admite que no final do século XVIII a região de São João del Rei já produzia açúcar com o objetivo de comercializá-lo em regiões mais distantes, como a praça do Rio de Janeiro e Portugal. Por esta perspectiva, o princípio norteador desse comércio seria a aquisição de mercadorias e produtos de origem europeia para a comercialização local nas Minas.

Isso demonstra a articulação dos produtores e comerciantes da Comarca do rio das Mortes com circuitos mercantis mais amplos e complexos, envolvendo desde a representação nas principais praças mercantis do Brasil que intermediariam as trocas com praças europeias, ao uso do crédito e capital oriundo de outras atividades (COSTA FILHO, 1963, p. 207). De qualquer forma, ao considerar esse fato, isso não implica negar que os produtores de gêneros

⁵³ MRSJR - **Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira**, 29/11/1788.

de abastecimento em São João del Rei tivessem como mercado principal o mercado local, ou afirmar que desenvolviam uma produção monocultora voltada para a agroexportação; apenas nos mostra os fatores e as escolhas possíveis articulados naquela economia de finais do século XVIII.

Ainda pensando sobre essas questões, devemos adicionar mais um elemento a ser analisado, pois pequenas criações também figuraram como importantes para a manutenção das fazendas naquela região. Nas propriedades da família, a agricultura de base múltipla coexistia com a criação de animais em pequena e média escala. A inventariante de Francisco José, sua mulher Ana Josefa, faz referência à existência de um “pequeno chiqueiro” e um “pequeno galinheiro” na propriedade principal da família. As aves não foram avaliadas separadamente, mas sabemos que havia 4 porcos de chiqueiro e 50 porcos de terreiro, avaliados em 22\$200.⁵⁴

Em outro documento, observamos que o dote de Ana Esméria, em 1788, foi pago em dinheiro e escravas, além de “vacas a quantia de doze mil réis”.⁵⁵ Esse novo fator é coadunado pela avaliação de 16 cabeças de gado *vacum* “alto malo” no inventário de Francisco José, que juntas somavam 32\$000. Muares e equinos, criações habitualmente observadas nas fazendas, e que certamente auxiliavam no dia-a-dia dos trabalhos no campo como animais de carga, não foram deixados de lado na avaliação dos bens do casal. Além disso, nos surpreendemos com o número de “bois de carro”, certamente utilizados tanto para o transporte como para a movimentação do engenho de cana. Eram 70 desses animais que foram avaliados em impressionantes 336\$000.⁵⁶

Entre os animais de criação listados, precisamos dar destaque à criação de porcos, uma atividade muito comum nas Gerais do período, e ao milho, imprescindível para essa atividade. A Comarca do rio das Mortes se destacava, desde o auge da produção aurífera, pela produção e comercialização de produtos suínos, como a banha e o toucinho. São inúmeras as referências apontando o comércio desses produtos com outras localidades dentro da província das Minas Gerais e mesmo sua exportação para outras províncias do Reino e, depois, do Império do Brasil. Isso nos leva a crer que parte considerável da produção daquele cereal tenha sido revertida para a manutenção dos suínos nas propriedades da família. Por outro lado, ainda explorando a descrição realizada no inventário, havia um “pequeno chiqueiro”

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ MRSJR - **Inventário de Ana Josefa de Souza**, 14/05/1808.

⁵⁶ MRSJR - **Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira**, 29/11/1788. E MRSJR - **Inventário de Ana Josefa de Souza**, 14/05/1808.

na propriedade com outros tantos porcos de terreiro, denotando que a produção de suínos e seus derivados teria caráter comercial, além de atender à demanda interna da unidade produtiva.

Se há omissões no que tange à finalidade da criação de animais e a sua exploração enquanto ramo econômico, em contrapartida, há ênfase na caracterização de outros espaços da fazenda de menor apelo econômico, porém que deviam ser importantes para a manutenção das demais atividades aí desenvolvidas. Esse é o caso da descrição dos espaços de cultivares, “com seu pomar, o qual se compõe de bananeiras e sua horta, com várias plantas”.⁵⁷ Culturas, hortas, pomares e criações ajudavam na manutenção da família e de seus escravos. Ademais, o excedente devia ser comercializado, se esse já não fosse o objetivo de tais atividades de menor escala.

Para os padrões da economia são-joanense de finais do século XVIII, Ana Josefa e Francisco José eram grandes proprietários de escravos e de terras, mesmo que o documento analisado não seja claro quanto às dimensões das propriedades inventariadas – padrão comum entre as descrições dos inventários dessa região no mesmo período.

Eram 68 escravos nas propriedades dos Teixeira de Souza que, embora a proeminência da produção açucareira, não pareciam enquadrar-se como unidades de *plantation*, mesmo com o uso recorrente ao trabalho escravo.

Nesse sentido, a cana, o milho e o algodão exigiam distintos padrões de trabalho em seu cultivo, e, quando consorciados, isso poderia representar a economia de braços, já que as tarefas necessárias em determinados períodos, como preparo do solo, semeadura, capinas, queimadas – no caso da cana – e colheita, tinham a possibilidade de serem executadas alternadamente. Tal fato contribuía para que, com a diversificação de atividades, houvesse a economia no uso da mão de obra cativa, pois cada cultura exigia ora mais ora menos mão de obra, o que também foi observado em outras fazendas produtoras de cana nesse período (RODRIGUES, 2008, p. 136).

Outro fator a ser considerado é o número de escravos nas propriedades do casal que não podia representar, apenas, o investimento em mão de obra para autossuficiência das necessidades da família e de suas propriedades; contudo quantificar o grau de sua inserção no mercado para a produção de gêneros de abastecimento é coisa mais difícil de se fazer, pois, como afirmou Douglas Cole Libby,

⁵⁷ MRSJR - **Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira**, 29/11/1788.

é difícil determinar em que grau as várias camadas da população participavam da mercantilização de excedentes, mas é de se supor que os agricultores sem escravos dela participassem apenas ocasionalmente. Enquanto isso, fazendeiros senhores de escravos nela se inseriam regularmente (LIBBY, 1988, p. 14).

Pelo que expomos, é certo que os Teixeira de Souza não eram pequenos proprietários, e isso já no final do século XVIII, quando da morte de seu patriarca. Nesse sentido, a produção de cana, milho e algodão já teria como finalidade certa o comércio são-joanense e, posteriormente, interprovincial, além de atender à demanda própria das unidades produtivas da família para manutenção de suas atividades e mão de obra. A caracterização possível a partir da avaliação do inventário de Francisco José nos permite observar que, no final da década de 1780, os Teixeira de Souza já eram grandes proprietários e produtores rurais, valendo-se ativamente do uso da mão de obra escrava com a finalidade de participarem de forma ativa no mercado de gêneros de abastecimento.

A evolução da riqueza e a adaptação a novas atividades econômicas permitiu que Francisco José legasse aos seus herdeiros uma soma considerável distribuída principalmente em escravos e propriedades. De um jovem sem posses, emigrado para a exploração mineral, Francisco José se tornou um senhor de terras e escravos e pai de uma família próspera que ampliaria seus feitos.

Anos após a morte de Francisco José, a viúva Ana Josefa de Souza não tardou em abandonar as atividades agrícolas, em especial o cultivo de cana e a manufatura do açúcar e de outros derivados. Quando faleceu, em 23 de janeiro 1808, quase 20 anos após seu marido, Ana Josefa deixou aos seus herdeiros uma soma considerável composta por 14 escravos e 31:874\$972 em dívidas ativas, além das dotações realizadas quando do matrimônio de seus filhos e outras doações. Não conseguimos identificar menções a terras ou a quaisquer culturas, apesar do inventário ter sido realizado na fazenda das Ilhas.⁵⁸

Um fato a ser destacado no inventário em questão é o aumento do capital no período de 20 anos. Fica patente que o capital do casal em 1788, quando morre Francisco José Teixeira, demonstra uma grande evolução. Infelizmente, dadas as condições gerais do documento original, só temos acesso ao número de escravos, ao valor das dívidas ativas e à

⁵⁸ MRSJR - **Inventário de Ana Josefa de Souza**, 14/05/1808.

referência das dotações realizadas. Por sua vez, se compararmos apenas o monte-mor do casal em 1788 com o valor das dívidas ativas do inventário de Ana Josefa de Souza, perceberemos uma evolução de 17:793\$860 para 31:874\$972 no período, ou seja, a partir das novas escolhas feitas por Ana Josefa para seus investimentos, o capital alcançou uma evolução de, ao menos, 79%. Por outro lado, ela não recebeu toda a herança de seu marido, assim a parte a que teve direito correspondia a pouco menos da metade do monte-mor do casal, cerca de 8:000\$000⁵⁹; por esse prisma a evolução patrimonial foi ainda mais relevante.

Ana Josefa não se casa novamente. Assim, foi ela, certamente auxiliada por filhos e genros, a responsável por capitanear a economia familiar e direcionar os investimentos, muitos dos quais na própria família, como veremos a seguir. Em pouco menos de vinte anos, houve uma redução drástica do número de escravos de Ana Josefa, contudo, ela ainda possuía uma escravaria considerável, 14 escravos, mesmo tendo reduzido bastante os investimentos nesse tipo de bem, quando comparados com a época em que estava casada. Dispor da mão de obra de 14 escravos nesse período a enquadrava, ainda, como uma grande proprietária de cativos, e certamente essa força de trabalho não estaria empregada somente em atividades não-produtivas. Por isso, é provável que ainda participasse da produção de cana, milho ou algodão, empregando parte da mão de obra de que dispunha em alguma sociedade com seus filhos ou cultivando tais produtos em terras arrendadas de outrem. Como o inventário não é claro com relação a essas informações, podemos apenas supor que a prática de produção agrícola em conjunto com a família pudesse ter permanecido, mesmo após a morte do português Francisco José. A agricultura realizada em terras de outro membro familiar, principalmente com colaboração de mão de obra, já foi estudada pela historiografia; lembremos dos “bandos” nos quais se organizavam as famílias nobres analisadas por João Fragoso (2003) ou das “famílias extensas” analisadas por Sheila de Castro Faria (1998) que puseram essa estratégia em prática para conservar e acumular suas fortunas durante o período colonial em áreas de produção de alimentos.

De igual forma, ainda é pertinente outra questão sobre a ordem dos investimentos de Ana Josefa: se o cultivo de cana ou outro gênero fosse de fato importante para ela, o que justificaria manter quantia significativa de seus capitais emprestada a terceiros e não investir em terras ou mais escravos, por exemplo, para a produção de cana? Eram mais de 31 contos de réis empregados na usura. Supondo que a atividade açucareira e o beneficiamento da cana fossem seu foco – e de fato mais rentáveis –, Ana Josefa tinha a escolha e as condições de

⁵⁹ MRSJR - **Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira**, 29/11/1788.

utilizar parte dos recursos emprestados a outrem para a aquisição de terras com a finalidade de investir na produção de cana e no fabrico do açúcar e derivados.

Desse modo, nos parece que ela diminuiu os investimentos na agricultura em detrimento do capital investido na atividade usurária. Possivelmente, mantivesse o capital empregado em escravos que trabalhariam na própria casa e se parte dessa força de trabalho fosse destinada ao cultivo da cana ou, ainda, à produção no engenho, a administração da rotina da produção açucareira e de derivados poderia ser deixada sob a responsabilidade de algum de seus filhos.

Outra resposta a essa questão seria o fechamento da fronteira agrícola na região nos anos de 1808 e o conseqüente escasseamento de terras produtivas para a implantação de nova unidade agrícola. Contudo, essa não nos parece uma possibilidade real para o período, pois havia outras fronteiras agrícolas abertas na Comarca do rio das Mortes e adjacências, como bem nos mostra Mônica Ribeiro de Oliveira, em seu estudo sobre as regiões das Vertentes-Mantiqueira e Mata Mineira (OLIVEIRA, 2005). Para a autora, capitais oriundos da Comarca do rio das Mortes foram empregados na abertura e exploração de extensas áreas no entorno do Caminho Novo, que ligava a província de Minas Gerais à Corte, inclusive com diversificação da produção agrícola, com a inclusão do café como um dos produtos, que anos mais tarde se tornaria o carro-chefe da produção dessas novas áreas (OLIVEIRA, 2005, p. 93-154).

Havia, portanto, possibilidades de investimentos em terras nas novas fronteiras agrícolas que se desenhavam após o declínio da produção de ouro na região e, conseqüentemente, inversões de investimentos da mineração e comércio para a agricultura e a criação de animais, mesmo que, para isso, fossem buscadas áreas em regiões mais periféricas a São João del Rei para a implantação de novas unidades produtivas.

Todavia, não era necessário ir tão longe. Havia, ainda, a possibilidade de Ana Josefa investir seus capitais comprando terras na própria circunscrição de São João del Rei. Afonso de Alencastro Graça Filho aponta que, no início do século XIX, a cidade passava pela transição da economia de exploração mineral e se estabelecia enquanto importante produtora de gêneros agropastoris, afirmando-se enquanto “celeiro” de Minas Gerais (GRAÇA FILHO, 2002).

Na primeira metade do século XIX, ocorria a transformação da economia são-joanense. Trata-se de um movimento de transição para uma economia voltada para o abastecimento regional, não só pelo crescimento alargado da produção de gêneros alimentícios, como o milho, a cana, o arroz, o feijão, o toucinho e a banha, como pelo comércio local e inter-regional desses e de outros produtos.

São João del Rei, por destacar-se como um centro comercial, recebia produtos importados de outras regiões para redistribuição na província das Minas Gerais. Graça Filho destaca que, atrelado a essa transformação, há um crescente endividamento dos produtores locais com fazendeiros e comerciantes, o que leva à apropriação de grande parte do capital produzido localmente e na província pelos que dominam as atividades mercantis naquela cidade (GRAÇA FILHO, 2002, 106-108). Outros também se beneficiavam dessa estrutura, como os grandes produtores locais de gêneros de abastecimento para o mercado e aqueles que, com seus capitais, contribuíam para que as relações de trocas comerciais pudessem continuar a se desenvolver.

Se esse fosse o caso de Ana Josefa, que como outros capitalistas da região forneciam crédito a pequenos e grandes produtores e comerciantes e que, com isso, também se apropriavam de parcela considerável do capital produzido em outras esferas econômicas traduzida em juros pagos aos credores, a lista de seus devedores deveria ser mais diversa. Para todo o capital aplicado na usura, foram listados apenas 20 devedores ou casais. Ao atentarmos para seus nomes, percebemos que a quase totalidade fazia parte do círculo familiar de Ana Josefa, diferentemente do padrão dos empréstimos listados no inventário de 1788, que possuía um perfil de devedores bem mais heterogêneo.⁶⁰

Optar por diminuir ou deixar o cultivo da cana e seu beneficiamento pode significar que a produção do açúcar e aguardente já não era mais tão vantajosa, justificando a transposição de capitais entre os tipos de investimentos. Contudo, aquela região continuou produzindo esses gêneros ao longo do século, o que reafirma tratar-se de um ramo ainda lucrativo.⁶¹ Por outro lado, essa produção exigia uma dedicação de tempo praticamente exclusiva. O senhor de engenho deveria acompanhar todos os passos da produção, o que incluía dar conta do cultivo da cana nas várias fases exigidas por essa cultura e administrar a mão de obra em todas as atividades que exercia, seja no campo, seja na moenda, ou nos fornos de açúcar. Também devia comprar e negociar a cana de seus vizinhos que seria beneficiada por ele e pôr seu produto no mercado, através dos atravessadores com os quais mantinha contato. Além disso, não podia se esquivar do cuidado com as outras culturas

⁶⁰ MRSJR - **Inventário de Ana Josefa de Souza**, 14/05/1808.

⁶¹ Afonso Graça Filho observa que a partir da década de 1830 há um incremento na exportação de aguardente para outras regiões, além do crescimento no número de engenhos instalados no município de São João del Rei, apesar da decadência de engenhos e, por consequência, da produção no município vizinho de São José del Rei (GRAÇA FILHO, 2002. p. 128).

consoviadas à cana que garantiriam o abastecimento da fazenda e de seus escravos ou ir ao mercado para comprar os víveres necessários para o abastecimento.

Ao direcionar seu capital para a atividade usurária, atividade que representou menor parcela nas atividades indicadas no inventário do falecido marido, Ana Josefa parece ter preferido investimentos não menos complexos, mas com menos variáveis para atingir bom êxito, dado que as perspectivas do período garantiriam uma ampla demanda por seus empréstimos, numa localidade ainda carente de instituições de apoio ou políticas amplas de financiamento da produção. Por sua vez, limitar os empréstimos ao grupo familiar pode ser lido por dois vieses distintos. Em primeiro lugar, os empréstimos intrafamiliares contam com menos riscos ao pagamento do crédito, dada a proximidade entre os agentes (ALMICO, 2015). Como segundo ponto de vista, podemos entender esses empréstimos dentro de uma lógica de auxílio familiar, em que Ana Josefa ajudaria o desenvolvimento dos negócios de seus parentes com a disponibilização de seu capital. De acordo com a última perspectiva, após a morte de seu marido, Ana Josefa teria exercido protagonismo entre os seus e se tornado a cabeça da família, exercendo funções que a aproximariam das mulheres analisadas por Muriel Nazzari (2001) no contexto da sucessão familiar dos bandeirantes de São Paulo.

Essa possível migração de atividade econômica, cuja existência não podemos afirmar com certeza, por outro lado, possibilitaria que, em pouco menos de vinte anos, Ana Josefa conseguisse multiplicar a herança que recebera de seu finado esposo. Além disso, conforme observa Graça Filho, o emprego de capitais na usura foi fundamental para que houvesse a reprodução do sistema de produção de gêneros para o abastecimento, ramo que necessitou de investimentos constantes e que foi ampliado em São João del Rei no início do século XIX diante da inversão de capitais originada da diminuição da produção mineral (GRAÇA FILHO, 2002). Assim, os que já haviam se estabelecido como grandes produtores rurais puderam, com os recursos adquiridos na agricultura e pecuária, investir em outras atividades tão ou mais lucrativas, como a usura e o comércio. Por seu turno, a disponibilização desse capital foi essencial para que os familiares de Ana Josefa realizassem seus próprios investimentos.

Embora Ana Josefa não tenha prosseguido na principal atividade do finado marido, isso não significa que a família, de todo, tenha abandonado a atividade açucareira ou mesmo outros ramos da produção agrícola e pastoril. Alguns dos filhos de Francisco José e Ana Josefa prosseguiram como donos de engenho após a morte dos pais. As terras, engenhos e escravos que lhes couberam nas partilhas paterna e materna, e possivelmente o crédito ofertado por Ana Josefa, possibilitaram a continuação naquele ramo econômico. Alguns, inclusive, demonstraram tino bem apurado para os negócios da cana; outros, nem tanto.

3.2 Ana Esméria de Souza

Ana Josefa e Francisco José tiveram sete filhos, todos muito jovens ainda quando do falecimento do patriarca Francisco José. Escolhemos recuperar a trajetória de um dos sete filhos do casal. Ana Esméria de Souza, a filha mais velha já casada quando seu pai faleceu. A trajetória de Ana Esméria nos permitirá observar como a primeira geração de descendentes dos Teixeira e Souza pôde prosperar e aumentar sua riqueza dentro dos limites do município de origem do grupo familiar.

Ana Esméria de Souza, a primogênita de Francisco José e Ana Josefa, casou-se com o fazendeiro Manoel da Costa Rios, poucos dias antes do falecimento de seu pai. Na época, Ana Esméria era uma jovem moça de treze anos de idade e seu marido um viúvo de origem portuguesa com pouco mais de 30 anos completos.

O cabeça do novo casal, Manoel Rios, era um emigrado da região do Porto, que mantinha sociedade com o pai de Ana Esméria. Tal proximidade, além de ter contribuído para o casamento do português com a filha de seu sócio, fez com que Francisco José indicasse Manoel Rios como segundo testamenteiro para execução de suas últimas vontades.⁶² A relação entre patrícios que passa pelo casamento, sociedade nos negócios e alcança o exercício de funções na execução das últimas vontades já foi amplamente debatido pela historiografia e reconhecido como um padrão de sociabilidade e de formação de redes de apoio mútuo na comunidade emigrada (BRUGGER, 2007).

O testamento de Francisco José foi ditado ao padre Francisco da Silva Tavares no dia 16 e já no dia 22 de agosto de 1788 Manoel Rios desposava a primogênita dos Teixeira de Souza. Considerando a proximidade das datas, é bem provável que o casamento tenha sido realizado para atender a uma das últimas vontades de Francisco José em vida, dado o estado avançado de sua doença, que o levaria a falecer no dia 12 do mês subsequente. Nada mais correto, na perspectiva de um pai do Setecentos, que a garantia do bom caminho e do futuro de ao menos uma filha antes de morrer, além do reforço de seus laços com um patrício e a comunidade emigrada, em geral.

Igualmente, na falta de filhos homens com a idade adequada, coube ao genro desempenhar o papel de segundo testamenteiro – a primeira testamenteira era a própria esposa de Francisco José, Ana Josefa. Cláudia Rodrigues (2005), em “Nas fronteiras do além”,

⁶² MRSJR - **Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira**, 29/11/1788.

recorda que o testamenteiro, como executor das últimas vontades do finado, desempenhava papel fundamental naquela sociedade católica e barroca, pois cabia a ele executar as orientações do morto em várias searas, inclusive no acerto de contas que poderia garantir uma melhor vida no *post-mortem*.

Vemos a preocupação de Francisco José com sua passagem, como de praxe, já na abertura do testamento, quando encomenda sua alma a “Deus, Todo-poderoso” e suplica a Ele que o “queira receber no seu reino da Glória”. Além disso, afirma Francisco José

que eu como verdadeiro católico creio em tudo o que crê e confessa a Santa Madre Igreja Católica Romana, em cuja fé protesto viver e morrer e salvar a minha alma.⁶³

A fórmula para a busca da salvação se completa com as orientações que faz ao seu testamenteiro para o enterro e momentos posteriores:

Meu corpo será envolto no hábito de São Francisco ou de Nossa Senhora do Monte do Carmo, se houver, e sepultado naquele mais vizinho onde eu falecer e meu testamenteiro mandará dizer missa de corpo presente a todos os sacerdotes que se acharem donde eu falecer, não excedendo o número de sacerdotes comprará toda a cera que for preciso para dar aos sacerdotes que acompanharem meu corpo e lhe pagará [...] missa de corpo presente pelo Regimento.⁶⁴

Para garantir a vida eterna, Francisco José estipula no testamento praticamente toda a liturgia a ser seguida após sua morte. Quer garantir ele a atenção dos seus santos de devoção, por isso a determinação quanto à vestimenta com a qual quer receber as exéquias. Além disso, como podia gozar de sua terça e aplicá-la para sua própria promoção ao reino dos céus, como previam as Ordenações Filipinas, determina que não se economize cera e se paguem as fábricas aos sacerdotes da região que irão acompanhá-lo à sepultura. Também quer garantir uma sepultura em local santo, mas não faz maiores exigências quanto a isso, apenas indicando que o sepultamento deve ocorrer no templo “mais vizinho” de onde falecer.

Por via das dúvidas, caso o ritual não fosse o suficiente, Francisco José determina que o testamenteiro se obrigasse a mandar rezar

cento e cinquenta missas por minha alma, estas serão ditas logo que eu falecer de esmola costumada, assim mais cinquenta missas pelas almas de meus escravos que faleceram, estas serão ditas no Convento de Santo

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem.

Antônio do Rio de Janeiro de esmola costumada de trezentos e vinte réis, e assim mais duzentas missas no dito convento por minha alma.⁶⁵

Se não bastassem as missas de corpo presente e as encomendadas para sua alma e para as almas de seus escravos falecidos, em igrejas e capelas de São João del Rei e no Convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro, outras 400 missas deveriam ser celebradas em igrejas no Reino, especificamente na terra natal de Francisco José, a cidade do Porto, para o bem de seu passamento. De tudo isso, o testamenteiro deveria prestar conta, inclusive com “certidão reconhecida”.⁶⁶

Vê-se por essas determinações que o testamenteiro exercia um importante papel em auxílio da alma do finado, aplicando o que, em vida, Francisco José esperava ser suficiente para alcançar a salvação. Nesse sentido, não podemos ignorar que a escolha de Manoel Rios como segundo testamenteiro de Francisco José explicita a grande confiança que o testador conferia ao escolhido ao lhe encarregar de executar suas últimas disposições. Não era uma escolha fortuita, mas sim fundamental para as relações que Francisco José pretendia estabelecer no *post-mortem*.⁶⁷

Mas as relações entre Francisco José e Manoel Rios também eram próximas em outras esferas da vida. Como dissemos, entre as quatro dívidas passivas arroladas no inventário de Francisco José, a única de valor elevado, 1:190\$000, é devida a Manoel Rios, seu genro. Em caráter comparativo, só essa dívida corresponderia a mais de 60% do valor das dívidas que os herdeiros de Francisco José teriam direito a receber, ou seja, dívidas ativas e dívidas passivas, praticamente se anulavam. Ora, por qual motivo um endividamento tão alto com uma única pessoa, no caso seu genro?

A dívida tão avultada certamente se relacionava ao dote de Ana Esméria, mas foi lançada em nome de Manoel Rios, que assumia o comando do novo núcleo familiar e as responsabilidades dele decorrentes. O valor do dote pago foi de 1:812\$800, parte em dinheiro (1:600\$000) e parte em escravas e animais.⁶⁸ Assim, tendo em vista que entre o casamento de Ana Esméria com Manoel Rios e a morte de Francisco José decorreram poucos dias, era de se esperar que houvesse uma dívida pendente relacionada ao dote, pois se tratava de uma

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Muitos autores se dedicaram a estudar o testamento como instrumento civil e como instrumento inserido na lógica religiosa barroca do Brasil colonial. Uma importante revisão e aprofundamento dessa bibliografia foi produzida por Cláudia Rodrigues em *Nas fronteiras do Além*, onde analisa as transformações e permanências dos costumes fúnebres na sociedade carioca dos séculos XVIII e XIX. Cf. RODRIGUES, 2005.

⁶⁸ MRSJR - **Inventário de Ana Josefa de Souza**, 14/05/1808.

economia com pouca circulação monetária, e o valor empenhado em escravas e animais não foi suficiente para atingir o valor do dote devido ao casal. Isso faz todo sentido e ajuda a explicar o vulto da dívida contraída com Manoel Rios. Contribui para essa conclusão o fato de que não observamos grande endividamento de Francisco José com outros fazendeiros ou comerciantes locais; as outras três dívidas passivas arroladas em seu inventário não ultrapassam os \$900 cada uma.⁶⁹

Estabelecidas as bases da relação entre Francisco José e Manoel Rios, vejamos um pouco mais detalhadamente a contribuição deste último para a análise das relações no seio da família Teixeira de Souza.

O inventário de Manoel Rios, aberto em 20 de maio de 1813, indica que ele e Ana Esméria eram proprietários de algumas terras com atividades ligadas à agricultura e à criação de animais, entre elas a fazenda Bom Jardim, com casa de morada, engenho e paiol cobertos de telha, terreiro, quintal, rego e senzalas, tudo avaliado em 1:000\$000. Entre os bens do casal, havia também “vinte alqueires de matas virgens”, “cento e dezoito alqueires de capoeiras e campos intrometidos”, pastos e “uma morada de casas de sobrado no Arraial da Conceição”. O casal também contava com o trabalho de 77 escravos.⁷⁰ Se não temos como confirmar o tamanho das propriedades de Francisco José para compará-las com as propriedades arroladas no inventário de Manoel Rios, ao menos sabemos que Ana Esméria e Manoel contavam com mais escravos que Francisco José para os trabalhos demandados por suas propriedades.

Certamente, alguns dos 77 escravos de Ana Esméria e Manoel eram parte da herança recebida quando do falecimento dos pais dela, em 1788 e em 1808. Cinco anos após a morte de Ana Josefa, o casal Ana Esméria e Manoel parece ter uma fortuna bem considerável para a época, demonstrando que o casal foi capaz de reproduzir a riqueza herdada da família. Além dos bens acima descritos, o monte-mor indicado no inventário de Manoel Rios, de 19:402\$758, era composto por dívidas ativas que somadas, atingiram o valor de 4:103\$443.⁷¹

Bens e direitos bastante diversificados, que contemplam desde edifícios e terrenos localizados na sede do arraial a fazendas e outras propriedades rurais, além de escravos, compunham o legado a ser partilhado entre os herdeiros. Contribuía também para essa

⁶⁹ MRSJR - **Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira**, 29/11/1788.

⁷⁰ MRSJR - **Inventário de Manoel da Costa Rios**, 20/05/1813.

⁷¹ Idem.

diversificação a atividade usurária, que correspondia a cerca de 21% de tudo aquilo que foi inventariado.

Foram arrolados 32 devedores a Manoel Rios, com um endividamento médio de 130\$000, em empréstimos que variavam de 8\$400 a 713\$850. Em vista do tamanho das dívidas, parece-nos que o perfil dos que tinham Manoel Rios como credor era de pequenos proprietários ou sitiantes que recorriam ao crédito alheio nos momentos de necessidade para evitar se desfazer de seus bens. Outros devedores, por sua vez, pareciam contar com mais recursos. Entre eles, encontra-se João Coelho dos Santos, casado com Mariana de Souza Monteiro. João e Mariana aparecem em alguns documentos como devedores de Manoel Rios e Ana Esméria, sua mulher.

Em 1813, João é devedor de 100\$000⁷² a Manoel, já em 1842, sua mulher, Mariana de Souza Monteiro, figura como devedora de 103\$840⁷³ ao espólio da já falecida Ana Esméria. É possível que a dívida de João tenha sido rolada durante esse período, pois em 1841, quando Mariana Monteiro procede com o inventário dos bens de João Coelho, que viera a falecer em 11 de novembro de 1826, a herdeira de Manoel Rios, Ana Esméria, figura como credora do casal de uma quantia não indicada.⁷⁴

Pelo inventário analisado, João e Mariana, devedores assíduos de Manoel e Ana Esméria, não pareciam ser pessoas sem posses. Apesar de muito endividados – além das dívidas reconhecidas com Ana Esméria e outros credores, deviam à Ordem Terceira do Carmo, à Capela de Santa Rita e a dois dos herdeiros por conta do pagamento de uma dívida do casal a ser executada caso não fosse quitada –, João e Mariana eram proprietários de 7 escravos e, ao menos, 42 alqueires de terras, sendo 40 alqueires de capoeiras e 2 de matas virgens. O casal de devedores também dispunha de um moinho e de casas cobertas de telha na fazenda da Serra. Apesar das dívidas apontadas, o monte-mor partilhado entre os herdeiros foi de 3:582\$160.⁷⁵

Pelo monte-mor, João e Mariana não se configuravam enquanto pequenos proprietários, pois possuíam terras e contavam com uma força de trabalho considerável. Foram senhores que passaram por dificuldades e precisaram recorrer ao crédito alheio.

⁷² Idem.

⁷³ MRSJR - **Inventário e Testamento de Ana Esméria Teixeira de Souza**, 17/10/1842.

⁷⁴ MRSJR - **Inventário de João Coelho dos Santos**, 21/11/1841.

⁷⁵ Idem.

Manoel Rios, por sua vez, também figurava como tomador de empréstimos em sua região. Em 1808 era devedor de 338\$218 à sua sogra, Ana Josefa.⁷⁶ Contudo, não são relatadas dívidas a serem quitadas após a sua morte em 1813.

Com o objetivo de continuar a observar os padrões de transferência e reprodução da riqueza entre os Teixeira de Souza, vamos retomar a análise da primogênita de Francisco José e Ana Josefa, Ana Esméria Teixeira de Souza, agora pela perspectiva do legado que deixa a seus herdeiros e das relações mantidas na família e na comunidade pouco antes de sua morte.

O inventário de Ana Esméria é aberto na década de 1840. A leitura e a análise do documento demonstram uma significativa evolução dos bens e atividades exercidas pela herdeira de seus pais, Francisco José e Ana Josefa, além Manoel Rios. A fazenda Bom Jardim, herdada de seu marido, agora é composta por

terras de cultura, campos de criar, terras e águas minerais, com casas de vivenda assobradadas, cozinha, engenho de cana e seus pertences, paiol, moinho, casa de tenda de ferreiro e outros cômodos, uma casa velha que serviu de antiga morada, tudo coberto de telha, córrego de água e quintal [...].⁷⁷

Ana Esméria manteve a atividade açucareira da época em que a fazenda ainda era de seu finado marido, dado que as “terras de cultura” e o “engenho de cana” se destacam na descrição dos bens avaliados da dita fazenda.

Observamos ainda que Ana Esméria investiu na modernização da sede da fazenda Bom Jardim, agora composta por “casas de vivenda assobradadas”, abandonando a antiga casa de morada, aqui descrita como uma “casa velha”. A contribuição dos lucros aferidos graças à atividade açucareira e demais negócios fez com que a fazenda e suas instalações passassem a valer 20:900\$000, mais de vinte vezes o valor avaliado em 1813, que era de 1:000\$000.

Também a escravaria de Ana Esméria foi ampliada nesse período. Foram arrolados 77 escravos em 1813, e agora Ana Esméria lega a seus herdeiros cerca de 90 escravos (um aumento de quase 17%) – na verdade, eram 96 escravos, pois, em testamento de 06 de maio de 1841, Ana Esméria deixa livres 6 escravos que não foram arrolados na avaliação disponível no inventário.⁷⁸

⁷⁶ MRSJR - **Inventário de Ana Josefa de Souza**, 14/05/1808.

⁷⁷ MRSJR - **Inventário e Testamento de Ana Esméria Teixeira de Souza**, 17/10/1842.

⁷⁸ Idem.

O inventariante de Ana Esméria, seu filho João Evangelista de Souza, também descreve a avaliação realizada das plantações presentes na fazenda Bom Jardim. Considerando a indicação anterior da existência de um engenho de cana na propriedade, observamos que a produção de açúcar e derivados, de fato, era a principal atividade daquela fazenda. João Evangelista registra a avaliação de um “canavial de cana ouro, muito estragado pelo gado”, avaliado em 130\$000, contudo registra também a existência de “outro canavial, de cana nova, nesta mesma Fazenda de Bom Jardim, [avaliado] em cento e cinquenta mil réis”. Além de cana, a Bom Jardim também se dedicava a outras culturas, em menor grau, dado que também era cultivada uma roça de milho (90\$000) e um cafezal (80\$000), possivelmente para consumo próprio e também para comércio local.⁷⁹

Há ainda uma referência na passagem que destacamos do inventário de Ana Esméria que precisa ser melhor averiguada. A fazenda do Bom Jardim, mesmo na década de 1840, ainda apresenta entre suas qualidades avaliadas as chamadas “águas minerais”, referência que nos faz desconfiar de que a família ali praticasse a exploração mineral, possivelmente de ouro. Sabemos que a prática do extrativismo mineral nas fazendas mineiras da região coexistia com a produção de gêneros alimentícios, agricultura e pecuária, voltada para o abastecimento da unidade ou para a inserção desses produtos no mercado.

Tal característica peculiar das fazendas mineiras levou Miguel Costa Filho a se referir a essas unidades produtivas como “fazendas mistas”, ou seja, fazendas que desenvolviam atividades associadas à extração de ouro, sendo bastante frequente a produção de derivados da cana. Nas palavras desse autor,

A maioria das fazendas estabelecidas em Minas Gerais possuía conjuntamente roças e lavras; eram essas fazendas, simultaneamente, de agricultura e mineração. Os mesmos escravos que mineravam também roçavam e plantavam no devido tempo. Podemos acrescentar, baseado (sic) em outros documentos, que fazendas havia em grande número ainda mais complexas, com plantações de feijão, milho e outros ‘mantimentos’, canaviais, engenho de cana, moinhos, de farinha, fubá, etc., gado e mineração. A essas fazendas que possuíam minas e lavouras ou criações chamamos fazendas mistas. Estabelecidas no século XVIII, desde que a extração do ouro no centro do Brasil provocou a formação de arraiais e povoados sem conta, essas fazendas caracterizaram a paisagem econômica de Minas, assinalando uma diferença nítida com a de outras regiões ou capitânicas como as de Pernambuco e Bahia, com os seus engenhos de açúcar e, mais tarde, nos sertões, as suas fazendas de criação e os seus currais (COSTA FILHO, 1963, p. 160).

⁷⁹ Idem.

A integração entre as atividades nas propriedades rurais do sul de Minas, com vistas à automanutenção, como nas “fazendas mistas” de Costa Filho, atendia também à demanda interna da capitania, e depois província, das Minas Gerais e à crescente demanda do Rio de Janeiro após a abertura do Caminho Novo dos Campos Gerais – que facilitou o escoamento da produção excedente para o Rio de Janeiro e Corte. Tal modelo também parecia ser desenvolvido pelos Teixeira de Souza desde os tempos do progenitor Francisco José, o que ajudaria a explicar o uso de seus 68 escravos em 1788 para a produção de cana, milho e algodão, consorciados com a produção de ouro nos rios locais.

O modelo de fazendas mistas também foi observado por diversos viajantes que percorreram a região aurífera e o sul de Minas no século XIX. Entre eles, durante o final da década de 1810, Augusto de Saint-Hilaire destaca que as terras das regiões próximas a São João del Rei e da Comarca do rio das Mortes, como a aldeia de Lagoa Dourada, apresentam um contraste entre as terras onde o ouro é produzido, destituídas de “verdura” [vegetação], e as plantações e hortas ao redor. Aponta o autor que, mesmo em momentos de declínio da produção de ouro, essas regiões, “cujos arredores forneceram e ainda fornecem muito ouro”, as casas “são em geral separadas umas das outras, e dotadas, segundo o costume de uma horta ou de uma plantação de bananeiras”, nesse sentido o autor observa a consórcio entre a produção aurífera e a produção de alimentos (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 188). Tais localidades são compostas por “vários sítios [que] produzem milho, feijão, açúcar e algodão”, além de possuir “vastas pastagens que se veem por todos os lados são aproveitadas para criação de gado, que é de bela raça”, desenvolvidas em paralelo à mineração, que ainda se apresentava, mas, em geral, em pequena escala (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 182).

Mesmo que haja o relato das “águas minerais” na Bom Jardim, é de se desconfiar que a atividade aurífera já não fosse a principal atividade desenvolvida em suas terras, dado o estado avançado de declínio da produção aurífera na região. Se esta ainda existia na Bom Jardim, certamente era de pequena monta. Consonante a essa possibilidade, Costa Filho observou em sua obra sobre o açúcar em Minas Gerais que

É bem de ver, porém, que à medida que decresceu a faina mineradora, já no meado do século XVIII, acentuada no último quartel dessa centúria, e mais ainda e cada vez mais na seguinte, as fazendas mistas realmente típicas da capitania, como aliás das outras que se descobriram, integraram e formaram depois, as de Goiás e Mato Grosso, foram desaparecendo ou perdendo tipicidade, passando a ser exceções, até sumirem completamente (COSTA FILHO, 1963, p. 164-165).

Se a exploração de ouro na Bom Jardim não fosse uma atividade de destaque, uma vez que não temos relatos anteriores sobre ela nos documentos por nós analisados, o simples relato da existência de “águas minerais” na localidade já é um indício de que essa era uma característica que agregou valor à avaliação da fazenda. Ainda assim, a informação é reveladora de um passado que indica a origem da exploração dessas terras muito próximo à atividade mineira e a relação do marido de Ana Esméria, o capitão Manoel Rios, antigo proprietário da Bom Jardim, com a atividade aurífera. No que diz respeito ao exposto, devemos levar em conta que

[...] raro foi o minerador que não manteve suas roças junto às terras de lavras e a extração aluvial do ouro só veio a diversificar ainda mais a estrutura produtiva da cidade [São João del Rei], que viria a ser cognominada de “Princesa do Oeste” (GRAÇA FILHO, 2002, p. 36).

Dadas as sucessivas crises de abastecimento na história da mineração em Minas, desde sempre os mineradores buscaram ampliar a sua subsistência com a produção de víveres e a criação de gado buscando a autossuficiência das unidades mineradoras (BERGARD, 2004, p. 51). Mesmo ocorrendo a produção de gêneros de subsistência dentro ou nas proximidades das unidades de extração mineral, em muitos casos o tamanho da empresa de exploração do ouro não permitia conciliação com a produção de subsistência, pois a concorrência entre mineração e produção de alimentos por mão de obra poderia diminuir as rendas obtidas com a exploração do mineral. Havia a necessidade de recorrer ao mercado para completar a demanda da indústria aurífera. Nesse sentido,

Por serem incapazes de se auto abastecerem de gêneros alimentícios, as unidades de produção escravistas do setor minerador (como de sorte a quase totalidade da população vilareja), independentemente de abrigarem ou não em seu interior roças de mantimentos, demandavam das unidades de produção escravistas do setor agrário aqueles produtos que lhes faltavam. Em razão disso, parte do setor escravista agrário consolidou uma produção agrícola e pastoril voltada para o abastecimento dos gêneros demandados pela maioria da população dos núcleos mineradores (CARRARA, 2000, p. 52).

Russel-Wood (1999) já apontou a diversificação econômica das regiões produtoras de ouro desde o início do século XVIII e indicou que a economia mineira, ampliando sua base e assentando-a sobre a atividade mercantil, passava por uma transformação que já durava meio século. Conclusão similar foi defendida por Mafalda Zemella, ao observar a crescente arrecadação da coroa com os impostos sobre as “entradas” de produtos e alimentos para o abastecimento de Minas. A autora revela que os impostos sobre a atividade mercantil

renderam 203:967\$333 para o período de 1755 e 1756, valor bem superior ao recolhido com o quinto sobre a produção aurífera (ZEMELLA, 1990, p. 232-233).

Desde suas origens, São João del Rei esteve ligado às fazendas de cultura e criação e, mesmo com a descoberta do ouro às margens do rio das Mortes, não abandonou essas atividades. Assim, a produção de alimentos retomaria lentamente seu dinamismo com a (re)inversão econômica, após o mineral tornar-se escasso por volta da metade do século XVIII (GRAÇA FILHO, 2002, p. 36). A produção agropecuária do sul de Minas articulava-se com a demanda da região mineradora das Minas Gerais e com outras regiões da colônia, sobretudo com as capitanias da Bahia, São Paulo e, mais tarde, Rio de Janeiro. Para Ângelo Alves Carrara, por terem uma relação diferenciada com a economia do ouro,

Os centros consumidores situados em Minas formaram-se na segunda metade do XVIII, em virtude das tardias descobertas de minas de ouro nessa região. Controlavam o fluxo mercantil das cargas provenientes do norte da capitania de São Paulo e do Sul de Minas (CARRARA, 2007, p. 142).

O fato de manterem uma relação com a produção de gêneros e a intermediação da mercantilização destes com regiões consumidoras, possibilitou à Comarca do rio das Mortes manter sua produção agropecuária paralela à produção aurífera.

Em tese, esse parece ter sido o caminho trilhado pela Bom Jardim, que em algum momento de sua história desenvolverá a extração do ouro como atividade secundária – ou até mesmo a principal por algum tempo – mantendo-a em menor grau até a década de 1840, mas sem deixar a produção de gêneros alimentícios de lado. Quando a exploração do ouro estivesse em alta ou houvesse uma preferência por ela, exigindo maiores investimentos e mão de obra, a unidade mantinha-se em equilíbrio, mesmo se recorresse ao mercado, pois as benfeitorias para produção de alimentos possibilitavam uma menor dependência da compra de gêneros de subsistência, o que colaboraria para a acumulação.

Era possível ainda que o engenho da Bom Jardim também beneficiasse a cana cultivada em outras propriedades da família e de sitiantes e pequenos produtores vizinhos. O inventário destaca que Ana Esméria era proprietária de dois canaviais existentes na fazenda Cachoeira, que pertencera a seu irmão José Joaquim Teixeira, casado com a filha dela, Mariana Osória de Souza.⁸⁰ A parcela da fazenda da Cachoeira foi adquirida em 1834 por Ana Esméria em compra realizada a três herdeiros do finado seu irmão.⁸¹

⁸⁰ MRSJR - **Inventário e Testamento de Ana Esméria Teixeira de Souza**, 17/10/1842.

⁸¹ MRSJR - **Inventário de José Joaquim Teixeira**, 1830.

Vemos que a produção de gêneros para o mercado era uma atividade de família, envolvendo muitos parentes em diversas situações na cadeia produtiva. O casamento de José Joaquim com a sobrinha possibilitaria a ampliação das terras cultivadas e, também, a concentração de terras produtivas pelo núcleo familiar dos Teixeira de Souza e suas ramificações. O mesmo se aplica à compra das terras da fazenda da Cachoeira após a morte do irmão de Ana Esméria, evitando o fracionamento da propriedade e a pulverização das terras entre diferentes herdeiros.

Casamentos intrafamiliares e compras de propriedades colaboravam para a manutenção do grupo familiar e de seus interesses naquela sociedade das Minas oitocentista. O casamento intrafamiliar era uma forma conveniente de garantir a transmissão da herança através de um mesmo ramo familiar, enquanto a compra de propriedades por parentes em momentos críticos da vida social tinha a mesma finalidade. Ambos auxiliavam na manutenção da riqueza e na reprodução do *status* desse grupo familiar naquela sociedade.

O estreitamento dos laços familiares também é percebido no fato de Ana Esméria ser a responsável legal de suas netas e sobrinhas após a morte de seu irmão. Trata-se de um caso merecedor de maiores estudos, mas o inventário de José Joaquim, aberto em 1830, indica que Mariana Osória, junto com seu segundo marido, José Pedro Alves, “ficaram criminosos na devassa tirada pela morte de José Joaquim Teixeira” e encontravam-se foragidos por temerem a prisão.⁸² Diante do ocorrido, Ana Esméria assume a tutela de três de suas netas que serão dotadas enquanto herdeiras após sua morte.⁸³

Apesar de esse fato servir para ilustrar as relações tecidas no seio familiar, o interessante, por ora, é perceber que no ano de sua morte Ana Esméria era uma das proprietárias da fazenda da Cachoeira – sua parte foi avaliada em 9:446\$615 – e de dois canaviais ali cultivados, um de “cana madura”, avaliado em 120\$000, e outro “novo”, avaliado em 250\$000, e isso ampliaria sua capacidade enquanto produtora para o mercado local de açúcar e derivados.⁸⁴

Os negócios de Ana Esméria parecem ter seguido a linha dos de seu pai. A produção de cana para a produção de açúcar e derivados era a base de sustentação da empresa rural.

⁸² Idem.

⁸³ MRSJR - **Inventário de José Joaquim Teixeira**, 1830. MRSJR - **Inventário e Testamento de Ana Esméria Teixeira de Souza**, 17/10/1842.

⁸⁴ MRSJR - **Inventário e Testamento de Ana Esméria Teixeira de Souza**, 17/10/1842.

Mas, diferentemente das regiões de produção de açúcar e derivados no Nordeste brasileiro, não podemos esquecer que

A monocultura da cana de açúcar provavelmente nunca se estabeleceu em Minas. Ao contrário, os engenhos de cana conviviam com variadas atividades econômicas: outras culturas (comerciais ou de autoconsumo), a pecuária em geral (principalmente a criação de gado vacum), outras agroindústrias ou beneficiamentos (da mandioca, do milho, da mamona, do tabaco, os laticínios), as atividades extrativas minerais (especialmente a mineração de ouro), o extrativismo vegetal, as pequenas forjas, o artesanato têxtil e o variado universo de ofícios manuais e mecânicos. O processo de diversificação da *fazenda mineira*, iniciado no século XVIII, aprofunda-se no *dezenove*. A presença do engenho de cana generaliza-se nestas quase que completamente autárquicas unidades agrícolas, tornando-se elemento típico da paisagem rural *oitocentista* (GODOY, 2000, p. 221). (Grifo nosso)

Muitas das atividades indicadas acima também devem ter feito parte do cotidiano das propriedades de Ana Esméria, mesmo quando seu marido era vivo, e do seu pai Francisco José Teixeira, como já vimos. Uma exceção a esse quadro seria a criação de animais, já que não observamos evidências de que tenha sido uma atividade importante para a economia das propriedades de Ana Esméria.

Se, por um lado, Ana Esméria, quando comparada com seu falecido marido, ampliou os investimentos na cultura da cana e no fabrico do açúcar e da aguardente, por outro, dispensou, proporcionalmente, menos capital na atividade usurária. Seu inventário lista cerca de 12:112\$970 dispersos em dívidas a serem cobradas pelos herdeiros, pouco menos de 13,4% do monte-mor inventariado que foi 90:448\$429. Por sua vez, devemos destacar que Ana Esméria ampliou – e muito – a lista de devedores atrelados ao capital de sua família: enquanto o casal indicava, em 1813, 32 devedores, em 1842 esse número subiu para 140. Desses devedores de Ana Esméria, pelo menos dois também eram tomadores de empréstimos a seu marido.⁸⁵

Um dos tomadores do casal era Inácio José Dias, que aparece em ambos os inventários como devedor da mesma quantia de 14\$300, possivelmente uma dívida que não foi paga e sobre a qual não incidiram juros, mesmo tendo decorridos 29 anos entre a abertura do inventário de Manoel e o de Ana Esméria.⁸⁶

⁸⁵ MRSJR - *Inventário de Manoel da Costa Rios*, 20/05/1813. MRSJR - *Inventário e Testamento de Ana Esméria Teixeira de Souza*, 17/10/1842.

⁸⁶ Idem.

O outro devedor de Manoel e de Ana Esméria foi Francisco de Jesus Pereira, que em 1813 tinha uma dívida com o casal de 10\$800. Passados 29 anos, Francisco Pereira aparece como devedor a Ana Esméria, agora de 75\$000. Esse caso parece tratar-se de um novo empréstimo, dado que, se fosse o mesmo, 64\$200 seriam correspondentes a juros corridos nesses 29 anos, cerca de 7% aa em juros compostos – o que também não era uma taxa incomum para esse tipo de empréstimo.⁸⁷

Em 22 de abril de 1856, o já septuagenário Francisco de Jesus Pereira, achando-se “gravemente enfermo”, mas ainda lúcido e capaz, redige seu testamento. O testador, apesar de não descrever em minúcias seus bens, pois os “são os que estão presentes e todos sabem”, apresenta-se como homem humilde e possivelmente um pequeno proprietário, posseiro ou sitiante.⁸⁸

De sua terça, deixa à sua esposa, Ana Rita de Jesus, um “carro ferrado que trabalha na lavoura da roça e seis bois”; ao seu filho Manoel deixa 300\$000 para ser “justo” e sanar sua “consciência”, já que para suas filhas Ana, Maria e Joaquina “roupas e cavalos arreados” foram dados quando se casaram.⁸⁹

Homem humilde, mas possuidor de ao menos um escravo, de nome João, que por vontade testamentária assumiria o carro ferrado e os seis bois depois da morte da consorte de seu antigo senhor.⁹⁰

Francisco Pereira fez seu passamento pouco depois de ditar o testamento. Faleceu no dia 08 de junho de 1856 nas imediações da fazenda do Caffuá, Aplicação de Santo Antônio da Ponte Nova, Freguesia de Nazaré, termo da cidade de São João del Rei. O inventário de seus bens só foi encerrado com a partilha amigável registrada anos mais tarde, em 07 de maio de 1859. Pela partilha, não observamos o registro de nenhum escravo. Francisco devia ter como escravo apenas João que, como vimos no parágrafo acima, é deixado à sua terceira esposa, Ana Rita.

Aos seus cinco herdeiros, Ana, Maria, Joaquina, Manoel – filhos de seu primeiro casamento – e Ana Rita – sua terceira esposa –, Francisco deixa uma pequena herança de 1:335\$000, composta por “casas de vivenda com terreiro e quintal”, “vinte alqueires de

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ MRSJR - **Inventário e Testamento de Francisco de Jesus Pereira**, 1856-1859.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem.

terras de culturas”, “quatro alqueires de catandubas” e mais terras de culturas e campos de criar.

Francisco era pequeno produtor rural, talvez possessor, dada a pequena dimensão das terras inventariadas (pouco mais de 24 alqueires) e para cultivá-las contava com o auxílio da força de trabalho de um escravo. O fato de ser devedor à Ana Esméria e, antes, ao marido dela, Manoel Rios, por tantos anos, pode estar relacionado ao padrão observado em seu inventário, possibilitando-nos depreender parte dos fatores que orbitavam a concessão de crédito naquela sociedade.

A acumulação gerada no âmbito dos negócios de Ana Esméria possibilitou que ela pudesse atender 140 indivíduos que demandaram seus empréstimos. Como Francisco, um pequeno produtor, muitos dos devedores de Ana Esméria se valiam dos empréstimos tomados para manter sua produção ou para pequenas emergências cotidianas, fomentando um vasto mercado de crédito que mobilizava diversos atores daquela sociedade, como temos observado. Esse mercado contraria, a princípio, a tese de que nas economias rurais e escravistas havia baixa circulação monetária. Mesmo restrito, o dinheiro circulava, sob formas diversas. As relações entre tomador e credor dos empréstimos perpassava a perspectiva do lucro – dado que aquele que dispunha de algum capital, embora pequeno, podia alcançar com o investimento certo lucro, o que podia se traduzir em um bom negócio – e atingia níveis mais pessoais, através da constituição e afirmação das relações de amizade e parentesco.

A demanda observada apenas nesse inventário demonstra que o alcance do crédito extrapolava as relações do núcleo familiar imediato ao atender a demanda de quem não tinha acesso a instituições creditícias oficiais, como no caso de Francisco e de outros que recorriam ao auxílio de Ana Esméria.

Os devedores de Ana Esméria deviam-lhe em média 87\$000 em dívidas que variavam de poucos réis, como os \$320 de Jerônimo Carneiro, a quantias consideráveis, como a dívida do capitão Antônio José Teixeira Rios de 3:500\$637.⁹¹ Apesar da dívida avultada, o capitão Antônio José Teixeira Rios, um dos filhos de Ana Esméria e Manoel Rios⁹², não parece ter

⁹¹ MRSJR - **Inventário e Testamento de Ana Esméria Teixeira de Souza**, 17/10/1842.

⁹² Segundo Regina Moraes Junqueira, o capitão Antônio José Teixeira Rios é o próprio filho de Ana Esméria e Manoel Rios, que inicialmente era conhecido por “Antonio Teixeira da Costa Rios”. Sobre isso, ver Projeto Compartilhar, “Os Teixeira de Souza”, Capítulo 1º: Ana Esméria Teixeira de Souza. Disponível em: <http://www.projetocompartilhar.org/Familia/cap01AnaEsmeriaTeixeiradeSouza.htm>. Destaque-se que no testamento de Ana Esméria, Antônio José Teixeira Rios – com essa grafia – já aparece como um dos três testamentários indicados pela testadora.

sido um grande proprietário. Em 1839, quando inventariante de sua primeira esposa, Dona Maria Francelina de Andrade, o capitão Antônio José registra que o casal é proprietário da metade de duas fazendas, além de terras de cultura em outra fazenda. Não há menção a escravos ou outros bens.⁹³

Em momento posterior, no ano de 1862, no inventário de sua segunda mulher, Ana Custódia de Almeida, o capitão Antônio José já é apresentado com estado de saúde delicado. Dona Joaquina Maria de Jesus, terceira mulher do capitão, através de seu procurador, Doutor Crisóstomo Pinto da Fonseca, apresenta declaração de incapacidade de seu marido. Segundo o relato,

Quanto a pessoa de seu marido, que ele acha-se no estado de demência, tendo ocasião de alterar-se até o ponto de enfurecer-se e querer fazer despropósitos o que acontece ordinariamente em ocasião da lua nova, [...] sendo que durante a doença esteve em tratamento constante assistido pelo Doutor Cipriano com receituários.⁹⁴

Nesse segundo inventário, não houve indicação de bens.

O capitão Antônio José Teixeira Rios faleceu na fazenda Bom Jardim em 04 de junho de 1865, sem testamento. Nesse ano, sua saúde ainda estava comprometida. Sua terceira mulher assumira a “curadoria do demente”, dado que o capitão perdera o “uso da razão”. No documento a que tivemos acesso, diferentemente do inventário da segunda esposa, o inventariante arrola a “metade da fazenda do Bom Jardim” e “parte da casa no Arraial da Conceição” como bens do finado, bens que um dia fizeram parte da herança deixada por seus pais.⁹⁵

Pelo exposto, é bem provável que a dívida do capitão para com o espólio de sua mãe, Ana Esméria, nunca tenha sido acertada. A função do empréstimo intrafamiliar não correspondia ao objetivo geral de um empréstimo qualquer, qual seja, o lucro com os juros, mas sim apresentava um caráter de auxílio a um parente ou mesmo a manutenção dos bens e *status* da família naquela sociedade, objetivos que estavam expressos na ajuda financeira através dos empréstimos, mas que também podiam ser observados em outras ações. Veja o caso das filhas do capitão José Joaquim Teixeira e Mariana Osória de Souza, respectivamente irmão e filha de Ana Esméria. Ao assumir a tutela das netas, que também eram sobrinhas,

⁹³ MRSJR - **Inventário de Maria Francelina de Andrade**, 20/02/1839.

⁹⁴ MRSJR - **Inventário de Ana Custódia de Almeida**, 09/04/1860.

⁹⁵ MRSJR - **Inventário do Capitão Antônio José Teixeira Rios**, 16/08/1865.

Ana Esméria toma para si o papel de cabeça daquela família, possivelmente como tentativa de amenizar o erro cometido por sua filha, em benefício de suas netas.

E não só a tutoria bastava. Ana Esméria também proveu o dote para o casamento de suas netas e comprou delas, jovens meninas, sua parte na fazenda da Cachoeira, tendo em vista sua incapacidade em administrar a propriedade rural com tão pouca idade. Cabia a Ana Esméria, na função de matriarca daquele grupo familiar, arcar com o necessário para a manutenção da família cuidando do futuro de sua gente.

A análise dos investimentos de Ana Esméria, seu marido e seus pais, nos permite especular que o final da primeira metade do século XIX pode ter representado uma nova mudança nos padrões de investimentos na região de São João del Rei, tendo em vista que não era mais uma região de fronteira agrícola aberta, onde o capital usurário seria extremamente importante para auxiliar na fixação daqueles que procuravam deixar a mineração e se dedicar à agricultura, à pecuária ou mesmo ao comércio desenvolvido no início do século.

Se a economia local já havia se estabelecido em torno das atividades mercantis e da produção agropecuária voltada para o mercado, essa mudança de padrão levou à reavaliação dos riscos dos investimentos na atividade usurária e a consequente concentração de capitais em atividades sujeitas a menores variações de lucros, como a agricultura e beneficiamento da cana-de-açúcar.

Se o patriarca dos Teixeira de Souza trilhou o percurso da concentração de seu capital nas unidades produtivas voltadas para a agricultura, outros membros de sua família, como sua mulher e de alguns de seus rebentos, como Ana Esméria de Souza, preferiram diversificar os investimentos no empréstimo de dinheiro com cobrança de juros, mas esse não parece ter sido um padrão recorrente a todos aqueles que já analisamos. Outros, por sua vez, não obtiveram tanto sucesso em suas escolhas e precisaram recorrer ao auxílio de seus familiares para socorrê-los em momentos de dificuldade.

Diante do envolvimento de Mariana Osória de Souza no assassinato de seu marido, o também tio materno, José Joaquim Teixeira, o auxílio familiar também se mostrou presente: Ana Esméria assume a tutela de suas netas/sobrinhas; com recursos em defesa dos interesses e do *status* desses dois grupos familiares naquela região.

Os interesses dos Teixeira de Souza e Leite Ribeiro também superaram os limites da Comarca do rio das Mortes e da Província das Minas Gerais. Muitos de seus representantes

preferiram ampliar os riscos e investimentos em atividades excedentes aos espaços da economia que seus pais colaboraram para fundar na região de São João del Rei. O comércio com a Corte, a abertura de novos caminhos e estradas, a formação de fazendas em áreas de fronteira mais afastadas também foram opções para os integrantes desses núcleos familiares e seus descendentes, que formaram novas alianças entre si e com novos personagens, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 4 – A VASSOURAS DOS TEIXEIRA LEITE: DA FORMAÇÃO DA VILA AO APOGEU DO CAFÉ

[...] Nascidos na lavoura, praticaram o comércio das tropas e acabaram lavradores de café.

(TAUNAY, 1939, p. 484)

A família Teixeira Leite nasce da união dos dois troncos familiares analisados nos capítulos 3 e 4. O casamento dos futuros barão e baronesa do Itambé, Francisca Bernardina Leite Ribeiro e Francisco José Teixeira, dado em 13 de setembro de 1802, na vila de São João del Rei, possibilitou a formação de uma grande família. O casal foi agraciado com onze filhos, dos quais um dos mais destacados foi Francisco José Teixeira Leite, receberia o título de barão de Vassouras na segunda metade do século XIX (ver **DIAGRAMA 3**).

Os primeiros Teixeira Leite chegaram ao Vale junto com seu tio materno, capitão-mor Custódio Ferreira Leite⁹⁶, construtor, entre outras obras, da ponte que atravessava o rio Paraíba do Sul. Se já conheciam os caminhos que cortavam o Vale por causa do comércio de tropas que praticavam, possivelmente se fixaram no entorno dessas estradas já com o objetivo de cultivar o café (BRAGA, 1996, p. 27).

Custódio foi um grande proprietário em ambas as margens do rio Paraíba do Sul. Após arrematar o contrato de construção da referida ponte, adquiriu terras em diversos povoados no vale do rio Paraíba do Sul, colaborando para seu desenvolvimento. Barra Mansa, Piraí, Vassouras e Valença foram localidades onde requereu sesmarias e estabeleceu fazendas antes de se fixar definitivamente na região mineira de Mar de Espanha, na década de 1830. Nessas propriedades, era destacado produtor de café, com largo uso da mão de obra escrava. Há registros da aquisição de ao menos 267 escravos em seu nome (SOUZA, 2016, p. 37-38), mas certamente esse número foi bem maior, dada a quantidade de suas fazendas.

Particularmente, Vassouras apresenta uma ligação muito estreita com Custódio. Antes mesmo de sua elevação à categoria de vila, Custódio investia nessa localidade, realizando diversas obras para uso público com recursos próprios. Foi ele o responsável pelo início da construção da igreja que se tornaria matriz da freguesia e que receberia a consagração à Nossa

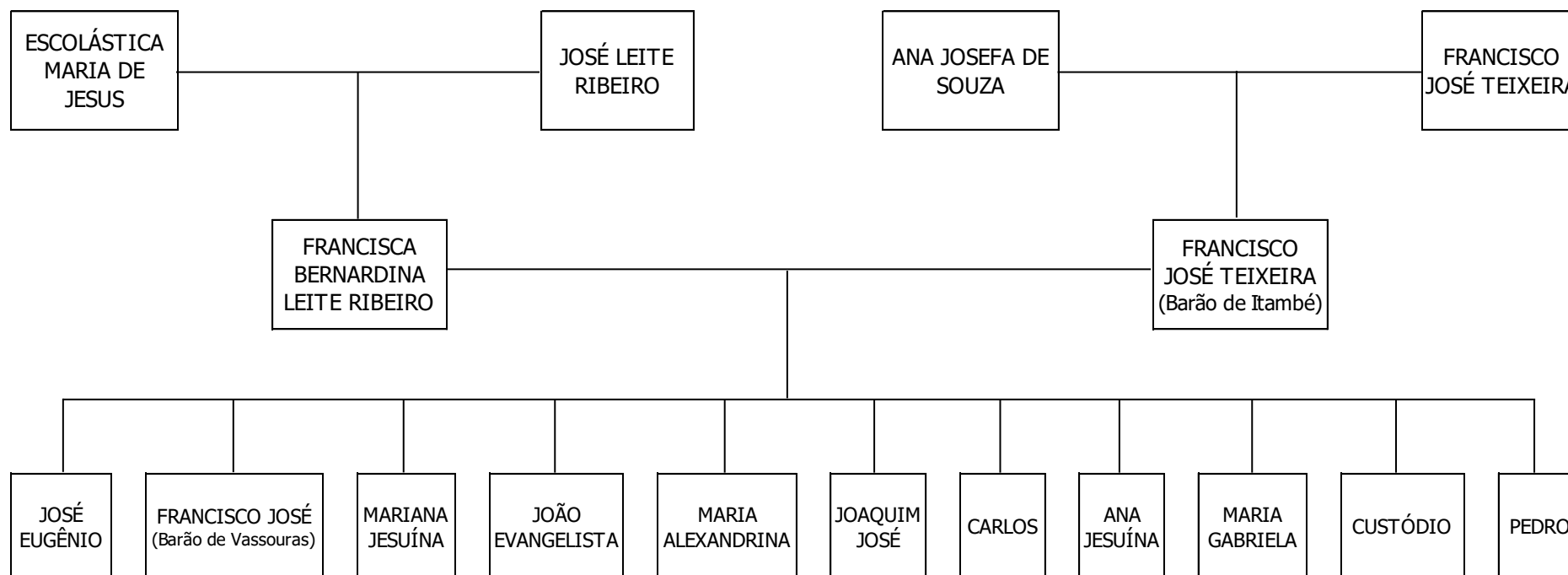
⁹⁶ Alguns autores grafam o nome desse personagem com algumas variações: Custódio Teixeira Leite (BRAGA, 1996, p. 26-29), Custódio Leite Ribeiro (RIBEIRO, 1960, p. 252) e Custódio Ferreira Leite (TAUNAY, 1934). A última grafia foi a adotada neste trabalho.

Senhora da Conceição. Iniciadas em janeiro de 1828, as obras de edificação do templo contaram com a doação de diversos proprietários locais, mas o altar-mor foi construído às expensas do capitão Ferreira Leite, estimado em 7:000\$000. Conhecido como “o construtor de igrejas”, Custódio Ferreira Leite também colaborou para a construção de templos em Barra Mansa, Areal, Conservatória, Valença, Sapucaia e Mar de Espanha, além de Vassouras. Como reconhecimento por seus feitos, o destacado cafeicultor, ainda jovem, recebeu o título de Coronel de Milícias e, por decreto imperial de 14 de maio de 1855, de Barão de Aiuruoca (BRAGA, 1996, p. 27-28).

Nessas atividades, era acompanhado por seus sobrinhos, que, como vimos anteriormente, de início atuavam no comércio entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, mas fixaram residência em Vassouras no final da década de 1810.

O que os teria atraído a essa vizinhança e possibilitado que formassem tão vasta família?

DIAGRAMA 3
Família Teixeira Leite



Fonte: MUNIZ, 2005, p. 135; Árvore genealógica de Francisco José Teixeira, disponível em <https://www.geni.com/people/Francisco-Jos%C3%A9-Teixeira-1%C2%BA-bar%C3%A3o-de-Itamb%C3%A9/367289831060002994> . Acessado em: 02/02/2020.

4.1 Abertura e ocupação das terras da vila de Vassouras, a “princesinha do café”

Muitos dos autores com os quais dialogamos até aqui observaram a ocupação do vale do rio Paraíba do Sul em suas análises e apontaram condições e características gerais na profusão de espaços geográficos ali encontrados. Alguns perceberam, mesmo que de formas díspares, a diversidade das origens dos pioneiros desse processo. A ocupação das terras onde, futuramente, seria erigida a vila de Vassouras, passa a ser pautada no início do Oitocentos pela chegada e desenvolvimento da cultura do café. Não se pode analisar o processo de ocupação do território vassourense sem perceber sua relação intrínseca com a evolução da lavoura cafeeira-escravista.

Foram os sitiantes e tropeiros os responsáveis por desbravar as novas fronteiras geográficas e econômicas que se delineavam no início daquele século XIX. Muitas famílias, originariamente dedicadas à economia mineira, seja na extração, no fornecimento de serviços ou no cultivo e comércio de gêneros de subsistência e abastecimento, deslocaram sua atenção para o novo eixo econômico da colônia, investindo no serviço de tropas entre as regiões agropastoris do Centro-Sul de Minas e a cidade do Rio de Janeiro.

A cada ano a demanda pelos serviços dos tropeiros aumentava e havia também a necessidade de suplementar o fornecimento de gêneros de primeira necessidade, sobretudo após o estabelecimento da Corte no Brasil. Assim, novos estabelecimentos para a criação e cultivo foram criados ao longo dos caminhos que ligavam o Rio às Gerais. Nas terras às margens dos novos caminhos, abertos em meio à floresta da Mata Atlântica, inicialmente se instalaram pequenos produtores rurais, sitiantes e taverneiros, para explorar o crescente tráfego incrementado na região. As levas de tropeiros buscavam locais para abastecimento, alimentação e descanso e essa nova realidade motivou uma incipiente ocupação inicial desses recônditos da serra fluminense.

Os primeiros ocupantes, além de atenderem a essa demanda, também iniciavam pequenas plantações, sobretudo de milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar, para consumo próprio, comercialização dos excedentes ou para a produção de aguardente e açúcar, gêneros um pouco mais valorizados. Criações de aves, bovinos, caprinos, equinos e suínos também ajudavam na manutenção dos primeiros fogos e no incremento da renda. Com o crescimento das ligações comerciais entre a Corte e a região mineira, as instalações tornaram-se mais lucrativas, motivando a chegada de novos interessados. A grande disponibilidade de terras e a relativa facilidade em conseguir um título de sesmaria, devido aos incentivos da Coroa Portuguesa, também contribuíram para o aumento da colonização na região.

No entanto, os primeiros anos de povoamento da região foram marcados quase que por uma “condição próxima à indigência”, onde “os habitantes viviam miseravelmente, sem escravos, alimentando-se de mandioca, feijão e bananas”, inseridos em poucas atividades econômicas, como “a venda de toucinho de fumeiro para a cidade do Rio de Janeiro”. À medida que o trânsito de homens, animais e mercadorias se ampliava, ampliava-se também o povoamento com o estabelecimento de pequenas aglomerações que davam suporte ao fluxo dos passantes. Eram pousos para o abastecimento das tropas, onde se podia pernoitar e adquirir milho, feijão e cachaça (STEIN, 1990, p. 27, 33).

Nesse ponto, havia, ainda, muitas terras incultas e não reclamadas na região de Vassouras. A economia de subsistência ou voltada para o abastecimento local e a não existência de uma cultura de alto rendimento são apontados como indícios para a manutenção desse perfil ainda nas últimas décadas do Setecentos. Fato que seria mudado com a inserção da cultura do café, que pouco a pouco passa a ser relatada nos inventários de proprietários locais falecidos, inicialmente presente em pequenas hortas ou pomares, para anos mais tarde ser caracterizada como um “cafezal” com centenas ou milhares de cafeeiros (STEIN, 1990, p. 37).

A organização da estrutura fundiária com base no sistema de sesmarias teria, então, como um de seus principais objetivos o fomento à produção de gêneros alimentícios, seja para o consumo no mercado interno ou para a exportação. Vale lembrar que uma das regras básicas para a aquisição do direito à terra seria, como aponta Virgínia Rau, a exploração da terra através de seu cultivo. Assentada em padrões medievais, essa característica era vista como coercitiva dentro de tal modelo jurídico (RAU, 1982, p. 42). Nesse ponto, devemos lembrar a colocação de Márcia Motta, que ao analisar as políticas metropolitanas de acesso à terra desde o final do século XVIII, apontando o seguinte:

[...] conceder terras pelo sistema de sesmarias era, antes de tudo, uma concessão política, e não territorial. A concessão, ao expressar o poder daquele que concede, no caso a Coroa, impunha a submissão dos que a recebiam, na crença de um Estado que se fundamentava na hierarquia de toda uma sociedade (MOTTA, 2009, p. 122).

A aquisição de uma sesmaria, mesmo que facilitada àqueles que detinham capital, tratava-se, pois, de uma ação inserida em uma lógica maior que visava, no caso em tela, incentivar a produção rural na colônia e a reprodução de uma hierarquia social embasando, ao menos em partes, o poder real.

Aquele que da Coroa recebia o título de sesmeiro, além de colaborar com a política real, também assumia algumas responsabilidades que o Estado àquela altura ainda não era capaz de assumir e, portanto, delegava aos sesmeiros. Esse caráter condicional/coercitivo, observado na concessão de títulos sobre a terra no Brasil, implicava para os sesmeiros a necessidade de cumprir certas condições, para que estas permanecessem em posse deles.⁹⁷ É o que podemos depreender das disposições do Alvará de 1795, que além de regulamentar o tamanho das sesmarias concedidas nas margens dos caminhos no Vale, em especial o Caminho Novo, reafirma as obrigações dos sesmeiros de realizarem a manutenção das estradas acessíveis às suas terras e ainda outras disposições, mesmo que essas regras já estivessem claramente apontadas em alvarás, leis ou regulamentos anteriores:

[...] o maior número de Sesmeiros, que façam mais vantajosos os efeitos, e fins da mesma cultura; e finalmente o maior, e não menos útil benefício público do reparo, e concerto das suas Estradas, ao qual são já, e ficarão sendo ao futuro obrigados os sobreditos Sesmeiros, cada um nas suas respectivas Testadas [...]⁹⁸

Não é nossa intenção tratar especificamente das questões relativas ao acesso à terra no período aqui estudado, para isso nos valem das importantes contribuições de Marcos Sanches (1997) e Márcia Motta (2009), às quais recorreremos ao longo do presente texto. Trata-se de trabalhos que dão conta das características administrativas, jurídicas, econômicas e sociais que permearam parte significativa das complexas relações com as quais poderíamos nos defrontar analisando a realidade de intensificação do desbravamento e colonização do Vale. Mais recentemente, João Victor Pollig (2017) também tratou da apropriação de terras nas margens do Caminho Novo e sua relação com a economia local e regional, além de observar as implicações jurídicas inerentes a esse processo de ocupação. Contudo, é digno de nota que a percepção sobre os problemas que envolveram o acesso à terra e a gestação do padrão geral de colonização do Vale foram percebidos pelos contemporâneos deste processo. As implicações da política de concessão de direitos sobre a terra deram base ao surgimento de grandes propriedades, sob o domínio de poucos senhores, padrão ampliado nas décadas seguintes.

A partir de 1780, a recorrência à propriedade de escravos antes da solicitação/efetivação da propriedade da terra em Vassouras foi apontada por Marcos Sanches

⁹⁷ Além do trabalho de Márcia Motta citado anteriormente, outros autores também apontam a mesma relação condicional no ato de concessão de títulos sobre a terra pela Coroa, entre eles: PORTO, 1965 e VARELA, 2005.

⁹⁸ ALVARÁ DE 5 DE OUTUBRO DE 1795: SESMARIAS DO BRASIL. RIHGB. v. 298. jan/mar 1973. Rio de Janeiro: IHGB. p. 218-230.

como novo perfil observado no período de intensificação da ocupação das terras naquela região. Se os primeiros moradores e proprietários eram, em geral, “absenteístas”, ou seja, não contavam com auxílio de outra força de trabalho que não fosse a sua ou de sua família, os novos sesmeiros são qualificados como possuidores de escravos, clara condição para a exploração daquelas terras. Seria esse o caso dos pioneiros na ocupação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Vassouras, Luís Homem de Azevedo e Francisco Rodrigues Alves, que em carta de 1782 recebem a sesmaria de “Vassouras e Rio Bonito” e se apresentam como “detentores de possibilidades e possuidores de escravos” (SANCHES, 1997, p. 254).

Sesmeiros originais e posseiros da época em que a região era considerada “área proibida”⁹⁹ pela Coroa, já que havia o temor da facilitação do descaminho das riquezas minerais, passaram, então, a ser substituídos por novos colonos interessados na aquisição de terras acessíveis e com grande potencial para a implantação de culturas promissoras, como se julgava à época. Devemos salientar que além do investimento na terra, nas plantações e nas primeiras benfeitorias (casa de morada, engenhos de serrar, moenda de cana-de-açúcar, paióis, estábulos, senzalas...), os colonos também investiam na mão de obra, em geral escrava e de origem africana. Contudo, índios aldeados, como verificado no trabalho de Marina Monteiro Machado (2010) sobre o aldeamento de Valença, e trabalhadores livres que recebiam jornais também participaram como importante parcela da força de trabalho utilizada nas primeiras décadas de povoamento da região, além, é claro, do próprio sesmeiro e de seu grupo familiar. Somam-se ainda a facilidade de acesso à região a partir da instituição da Corte no Brasil e o incremento das vias de ligação da sede do governo às regiões produtoras de mantimentos, concretizada na inauguração das estradas do Comércio e da Polícia – estradas que estão no cerne da fundação de duas importantes vilas em suas margens: Valença (1823) e Vassouras (1833).

Caminhos, como a Estrada do Comércio e a Estrada da Polícia, derivando ou complementando o Caminho Novo, ampliaram o acesso da Corte aos gêneros de primeira necessidade produzidos no sul de Minas Gerais, processo analisado no primeiro capítulo do presente trabalho. Estradas e caminhos que ampliaram a rede de comunicações de Vassouras com outras regiões do Vale e de outras províncias, como pode ser observado no **MAPA 1**, também presente naquele capítulo (STEIN, 1990, p. 33-34).

⁹⁹ Sobre a proibição e seus resultados, Cf RODRIGUES, 2003 e POLLIG, 2017.

Se o Caminho Novo oportunizou o estabelecimento dos primeiros pousos para os tropeiros e das primeiras roças para atender àquilo que demandavam, os caminhos e estradas subsequentes possibilitaram a ampliação da ocupação local. Além disso, o aldeamento dos índios coroados, muito temidos pelos habitantes locais, na Aldeia de Nossa Senhora da Glória – atual Valença – levantou um duplo empecilho ao povoamento da região: os ataques violentos dos nativos e a falta de mão de obra para a implantação de lavouras mais extensas. Devemos adicionar também o crescente interesse pela cafeicultura, já experimentada naquela localidade. Fatores que garantiram maior estabilidade para a realização de novos investimentos e para a transferência de capitais provenientes de Minas Gerais e de outros lugares para a região.

Muitos dos indivíduos que se aventuraram nas atividades econômicas ligadas ao abastecimento enriqueciam e ultrapassavam a condição de tropeiros e sitiantes, tornando-se grandes comerciantes de grosso trato e fazendeiros. Alguns migraram da demanda inicial por gêneros de subsistência e se aproveitaram das possibilidades geradas pela proximidade das novas áreas de cultivo com a praça do Rio de Janeiro. Essas condições eram propícias para que a região dos caminhos pudesse se inserir, sem abandonar definitivamente seu ramo inicial, no ramo da agroexportação.

Uma das vias fundamentais de inserção no mercado externo observadas no decorrer do primeiro quartel do século XIX foi o cultivo e exportação do café. Contudo, até a década de 1830, essa cultura apenas se mostrava promissora na região, e os sitiantes pioneiros mantinham os cafezais consorciados às demais culturas, sem uma grande rentabilidade, dada a necessidade de cerca de 4 anos para que o cafeeiro pudesse produzir as primeiras boas safras. Até produzir de forma satisfatória, o cafezal era um investimento, com lucro quase garantido, mas sujeito às intempéries climáticas da região e necessitando dos cuidados constantes por parte do plantador. Por isso, tentando adiantar parte do retorno sobre o investimento realizado, ou mesmo como maneira de subsistência, os primeiros sesmeiros e suas famílias buscavam a segurança das culturas e criações tradicionais. Diante dessa realidade e ainda em virtude das extensas áreas de matas virgens, até pelo menos a década de 1850, era comum que o cafeicultor também se dedicasse a outras culturas.

Se os sitiantes enriqueciam com o cultivo do café, a ponto de tornarem-se grandes fazendeiros, proprietários de terras e escravos, os tropeiros assumiam o transporte. Levavam o café para os portos do Rio de Janeiro e no caminho inverso forneciam gêneros de abastecimento e outros itens de comércio às fazendas. Alguns desses tropeiros ou seus descendentes formaram casas de comércio nas vilas desenvolvidas nas margens fluminenses

do vale do rio Paraíba do Sul e outros conseguiram estabelecer importantes firmas mercantis na praça do Rio de Janeiro, agindo tanto no comércio, como no fornecimento de crédito e outras atividades acessórias ao investimento nos novos estabelecimentos que se especializavam na produção de café no Vale.

Nesse sentido, a posse prévia ou as condições necessárias para adquirir mão de obra escrava lançavam também outras bases para se pensar a implantação dos novos sistemas de produção. Esses investimentos são caracterizados como pertencentes a uma nova dinâmica de uso da terra, distinta da produção de gêneros agropastoris para o mercado de abastecimento das minas ou da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, diferenciam-se da habitual economia de passagem, pois se voltam para outros mercados, muito mais distantes da realidade valeparaibana e fluminense mais imediata.

No início do século XIX, Vassouras era, então, apenas um povoado. Inicialmente, podemos resumir a história administrativa da região à criação da vila de Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes por alvará régio expedido em 04 de setembro de 1820. Esse alvará submetia todos os povoados da região, localizados entre as vilas de São João Príncipe e de São Pedro de Cantagalo, ao termo que se instituíra na freguesia do Paty do Alferes, excetuando-se a vila de Nossa Senhora da Glória de Valença, já que possuía termo próprio (SIQUEIRA, 1852, p. 107-108).

Os anos de 1820 foram marcados pelo crescimento da cultura do café nas margens fluminenses do rio Paraíba do Sul e pelo crescente interesse por aquelas terras. Com o desenvolvimento da região, sustentado pela lavoura cafeeiro-escravista, a vila de Paty do Alferes já não conseguia retribuir as expectativas dos fazendeiros locais. Assim, a classe senhorial-escravista local, formada por grandes senhores de terras e escravos, possuidores de capitais, organiza a transferência da sede da vila para Vassouras (BORGES e REIS, 2014).

Doze anos depois da fundação da vila de Paty do Alferes, oficializada em 1821, Vassouras é elevada à condição de vila através do decreto regencial de 15 de janeiro de 1833, que também extingue a vila de Paty do Alferes. Esta, apesar da condição de vila por mais de uma década, não prosperou e possuía parco meio urbano, quando Vassouras se tornou a sede da vila e da comarca (SIQUEIRA, 1852, p. 108). A insatisfação com a estagnação da sede da vila parece ter causado inúmeras dificuldades aos grupos locais, já que

Decorridos mais de quatro anos após o Decreto de Criação da Vila, esta não tinha construído – conforme as exigências do Império – a Casa do Conselho e a Cadeia Pública, e nem mesmo demarcado o terreno para a localização e posterior edificação do Rocio do povoado. Notava-se entre os dirigentes da Vila e no seio dos moradores, uma grande falta de iniciativa, e as constantes divergências surgidas entre os poderosos proprietários da terra causavam enormes dificuldades à vida de todos na Vila (DEISTER, 2003, p. 244).

A mudança administrativa, entre outros motivos, também está relacionada com a influência exercida pela Sociedade Promotora da Civilização e Indústria, criada em Vassouras no ano de 1832 e presidida por Francisco das Chagas Werneck (BORGES, 2005, p. 44-45). Os membros dessa associação realizaram esforço contínuo na Corte para que a sede da vila fosse alterada para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, onde o crescimento urbano e o acesso foram facilitados pela abertura da Estrada da Polícia em 1820, na margem da qual se desenvolveu. O esforço foi fortuito e logrou êxito com a transferência efetivada em 1833.

Marcos Sanches aponta a relação desse episódio com a constituição do Estado Imperial, assim destacando

[...] a reordenação do espaço político acompanhava os interesses locais, respeitando os grupos de cafeicultores, que se projetavam a uma posição política hegemônica (SANCHES, 1997, p. 221).

Ressalta ainda o autor que

A transferência da Vila foi precedida de uma Portaria-consulta do Ministro do Império, e a mudança, aprovada pela Câmara [Municipal] patiensse, cujos vereadores tinham, em sua maioria, interesses maiores na região de Vassouras (SANCHES, 1997, p. 221).

Anos antes da troca da sede da vila, os cafeicultores locais já se articulavam para o desenvolvimento do então povoado de Vassouras. Em 1823, a freguesia de Sacra Família recebe uma doação de terras do casal João Teixeira Gomes e Ana Maria do Espírito Santo. Eram trezentas e sessenta braças de terra que faziam parte da fazenda Vassouras de propriedade do casal doadas para que ali se construísse a igreja matriz da freguesia.

De certo, as terras não foram utilizadas naquele momento. Em um dos primeiros relatos históricos sobre Vassouras, o então vereador Joaquim José Teixeira Leite, filho do barão e da baronesa do Itambé, em um relatório de prestações de contas apresentado à Câmara Municipal no ano de 1849, nos informa que

[...] No ano de 1823 o Guarda-Mor João Teixeira Gomes doou umas terras a Nossa Senhora da Conceição para nelas se fazer uma Igreja sob a evocação da mesma Senhora, cujas terras foram trocadas com Francisco José Teixeira Leite pelo terreno que atualmente constitui o patrimônio da Igreja, troca motivada por se essa sorte de terras de Teixeira Leite atravessada pela Estrada da Polícia (TEIXEIRA LEITE, 1849, p. 119).

A escolha do sítio que abrigaria a futura vila de Vassouras não era aleatória e observou os interesses de um grande proprietário local, mas também de outros tantos proprietários, já que a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, fundada em 1829 para, entre outros assuntos, administrar as terras do novo sítio, era composta pelos principais senhores da região, ricos e ilustres representantes da cafeicultura local, emprestando seu apoio e recursos à construção do templo na nova localidade. Francisco José Teixeira Leite, além de ter trocado suas terras, em local ao que parece privilegiado, também foi o responsável por organizar uma subscrição entre seus pares para o financiamento da obra da matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, iniciada em 1828 por seu tio Custódio Ferreira Leite (BRAGA, 1996, p. 27).

Após essas articulações, a elevação de Vassouras à condição de vila através do decreto de 1833, representa um importante passo político para o grupo de cafeicultores locais. Contudo, a essa altura, a nova vila e sede da comarca possuía apenas uma igreja “mal principiada” e “quatro ou cinco casas”, mas que conheceu, a partir de então, um crescimento urbano peculiar para o interior fluminense. Ao longo do desenvolvimento urbano da nova vila, sobretudo a partir de 1843, a localidade já reuniria

perto de cem casas, entre as quais alguns bons prédios: a Matriz, quase concluída; um Cemitério, em grande adiantamento; 3 chafarizes; 22 lampiões para iluminação; 18 casas de negócio; 8 oficinas; uma botica; 3 médicos e 3 advogados, além de alguns procuradores de causas (TEIXEIRA LEITE, 1849, p.119).

Edificações e obras públicas que contaram com a generosidade de diversos proprietários locais, além de loterias específicas, rendas próprias da Câmara Municipal e de doação do Imperador D. Pedro II. Essas intervenções faziam parte, como afirma Ricardo Salles, de um “projeto” levado a cabo ao longo de duas décadas após a elevação de Vassouras à vila. Não só as intervenções arquitetônicas fizeram parte desse processo, além delas havia o incentivo ao desenvolvimento das artes, de uma maneira geral, o que fez a cidade florescer, apesar de sua inclinação ao ambiente rural. Assim, observamos que o

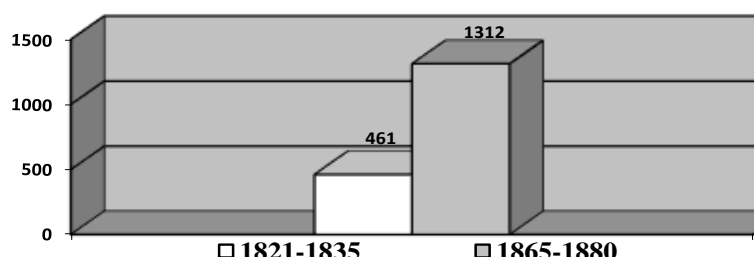
[...] evidente empenho que os potentados locais tiveram em promover um processo de urbanização que acentuava o componente estético-urbanístico

da cidade, numa perspectiva civilizacional, podem indicar um “projeto” de classe específico, que transcendia os interesses particulares de seus membros, bem como aqueles interesses meramente corporativos comuns a todos (SALLES, 2008, p. 147).

No que tange ao aspecto da representação política, a nova vila se diferenciava da anterior. Enquanto a Câmara Municipal de Paty do Alferes era formada preponderantemente por representantes das famílias dos primeiros sesmeiros da região, a Câmara de Vassouras reunia, em 1833, cinco vereadores ligados ao café e a outros negócios, incluídos três fazendeiros de vastas posses: Laureano Correia e Castro, Francisco José Teixeira Leite e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, futuros barões de Campo Belo, Vassouras e Paty do Alferes, respectivamente.

Outro ponto importante a se destacar é a relação dessas mudanças com a forma de exploração da terra na região. O crescente interesse pela região de Vassouras se intensificou nas primeiras décadas do século XIX. Ricardo Salles defende que a chegada do café na região de Vassouras marca o início de uma profunda transformação na economia de subsistência em desenvolvimento. Trata-se, para o autor, da formação de uma área de *plantation*, onde haverá intensificação da ocupação do solo de forma cada vez mais concentrada e a instituição de um sistema produtivo baseado no uso ampliado da mão de obra escrava de origem africana. Processo que possibilita o surgimento de uma camada social dominante diferenciada dos demais proprietários de terras e escravos, grupo que recebe do autor a alcunha de “megaproprietários de escravos”, quando no período da implantação da cultura do café em Vassouras já possuíam 100 ou mais cativos em suas propriedades. Outro importante fato observado pelo autor se refere à disponibilidade de mão de obra durante a fase de implantação da cultura cafeeira na região, período iniciado em 1821 e findado em 1835. Analisando o número de escravos arrolados nos inventários *post-mortem* dos proprietários com terras na região, Salles percebeu haver menos pés de café por trabalhador que em períodos posteriores, quando a cultura do café na região já estava consolidada. Assim, havia maior disponibilidade de mão de obra nas lavouras, considerando a proporção entre cafeeiros e cada escravo arrolado nos inventários *post-mortem*, proporção superior ao dos períodos subsequentes de desenvolvimento dessa cultura em Vassouras. Vejamos o gráfico:

Gráfico 1
Número de pés de café por escravo



Fonte: SALLES, 2008, p. 151.

A dinâmica de ampliação da cultura do café com o uso cada vez mais intensivo da mão de obra escrava observa, entre 1821 e 1835, a média de 461 pés de café por escravo, valor que se altera significativamente para uma média de 1312 pés de café para cada escravo entre 1865 e 1880. Assim, durante a implantação da cultura cafeeira (1821-1835), havia naquela região uma maior disponibilidade média de escravos por pés de café e, por consequência, de oferta de trabalho – mesmo que esse dado também possa refletir a menor produtividade do trabalho escravo durante a implantação dos cafezais. Seja como for, a proporção apresentada pelo autor indica o investimento na aquisição de plantéis e a necessidade de ampla mão de obra nesses anos iniciais da implantação da cultura cafeeira na região de Vassouras, além do fato da própria disponibilidade de capitais para imobilização na aquisição desse tipo de trabalhador. Assim, a transferência da sede da comarca para Vassouras também se relaciona com os interesses dos proprietários locais apontados nas transformações percebidas no uso do solo e na exploração da força de trabalho, não necessariamente presentes em outras localidades do Vale cafeeiro-escravista.

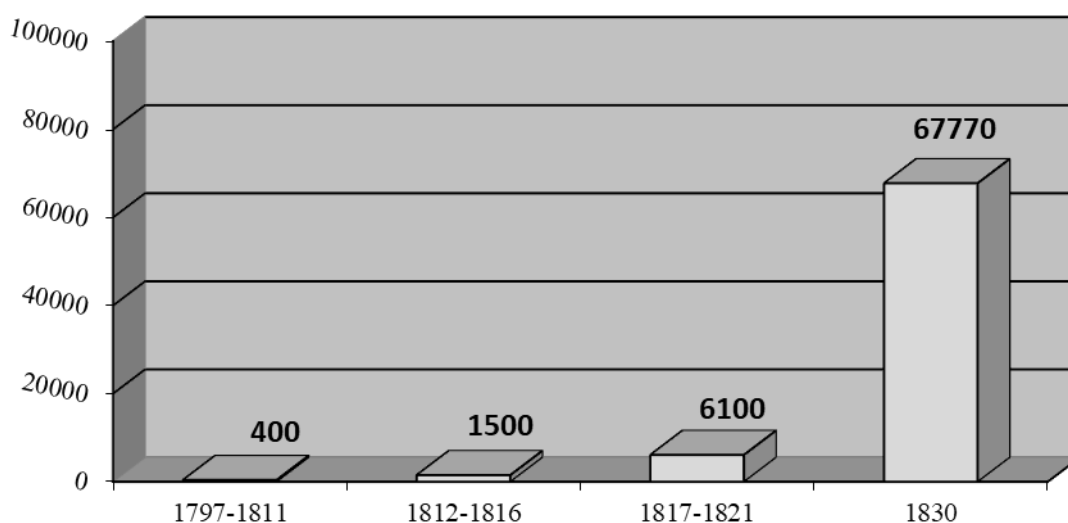
O fato apresentado anteriormente ganha notoriedade quando percebemos que outras regiões do Vale, ocupadas em períodos similares, observaram padrões distintos de disponibilidade de mão de obra na implantação de seus cafezais. Marquese e Tomich (2015), por sua vez, analisando a implantação dos cafezais na região mais ampla do vale do rio Paraíba do Sul, estimam que cada cativo era responsável por cerca de 2000 mil pés de café, número bem superior aos 461 pés de café por escravo que Ricardo Salles observou para Vassouras. A proporção de 2000 mil pés de café por trabalhador era também estimada em outras regiões de grande produção cafeeira, como em Cuba. Contudo, na ilha de Saint-Domingue a proporção era um pouco menor, cerca de 1000 a 1500 cafeeiros por escravo,

mesmo assim um número bem superior ao encontrado em Vassouras (MARQUESE e TOMICH, 2015, p. 53).

A escolha do café não era ato aleatório e logo se tornou expressiva na economia nacional. Não se tratava de uma cultura popular na região, pelo menos até 1810, quando passa a ser cultivado em maior escala e a produzir crescentes safras. Entre os anos de 1797 e 1811, o Brasil exportou cerca de 400 toneladas de café por ano. De 1812 a 1816, a média anual subiu para 1500 toneladas. No período seguinte, entre 1817 e 1821, as exportações alcançaram um crescimento espetacular: 6100 toneladas anuais, mais que quadruplicando a média anterior. O ritmo de exportações era acompanhado de perto pelo investimento na expansão da lavoura. Mesmo com a oscilação do preço do grão no mercado internacional – que era negociado em Nova Iorque e caiu de 21 centavos para 8 centavos a libra entre 1823 e 1830 – as exportações seguiram aumentando e alcançaram 67770 toneladas em 1830, ano em que o Brasil já era, de longe, o maior produtor e exportador de café.

Gráfico 2

Média anual das exportações brasileiras de café em toneladas



Fonte: MARQUESE e TOMICH, 2015, p. 37-38.

Em anos de alta nos preços, internos e/ou externos, havia mais investimentos na ampliação da lavoura, cujos frutos só seriam colhidos entre três e cinco anos após serem plantados os cafeeiros; o contrário também era verificado; em anos de baixa nos preços, o período seguinte era de estagnação nas exportações, refletindo a diminuição da expansão da lavoura e de novas áreas plantadas.

A clara interligação da cultura cafeeira com o mercado internacional denota outra característica a ser considerada no mapeamento dos investidores na montagem de novas fazendas ou na adoção de uma nova cultura com vistas à produção de café na região de Vassouras e no médio vale do rio Paraíba do Sul, já que a estruturação das fazendas nessa região, com o investimento em uma cultura de alto rendimento, como apontado por Marquese e Tomich, atrelava a ampliação da área cultivada à variação do valor do grão no mercado internacional. Por sua vez, esses indivíduos também foram responsáveis por estreitar novos contatos com vistas à aquisição de mão de obra através do acesso às redes do comércio transatlântico de escravos vindos da África. A periferia da economia mundial se entrelaçava em torno da produção do café.

Isso fica claro com o crescente aumento tanto de cafeeiros como de trabalhadores escravizados na região de Vassouras. A partir dos dados arrolados nos inventários *post-mortem* dos proprietários locais é possível chegar à seguinte relação:

QUADRO 3
Pés de café e escravos arrolados entre 1821 e 1850

Período	Nº. Pés de café	%	% em relação ao período imediato anterior	Nº. de escravos	%	% em relação ao período imediato anterior
1821-1825	149.996	2,45	-	479	5,94	-
1826-1830	201.160	3,3	34,11	425	5,27	-11,27
1831-1835	335.504	5,5	66,78	575	7,14	35,29
1836-1840	1.079.232	17,67	221,67	1457	18,1	153,39
1841-1845	2.168.551	35,52	100,93	2490	30,912	70,89
1846-1850	2.171.241	35,56	0,12	2629	32,638	5,58
total	6.105.684	100		8.055	100	

Fonte: *Apud* BORGES e REIS, 2014, p. 16.

O quadro acima, apresenta o número de escravos e pés de café arrolados nos inventários *post-mortem* dos proprietários vassourenses, permitindo-nos a observação de que no período compreendido entre os anos de 1821 e 1850 houve intenso investimento na ampliação da cultura cafeeira e da aquisição de mão de obra escrava. Esse fato, possibilitado pelo lucro aferido com as constantes e crescentes exportações de café, colaborou para que os proprietários vassourenses ampliassem os investimentos no seu projeto de classe. Assim,

Em meados do século XIX, a acumulação sem precedentes de terras e escravos, as novas instalações produtivas nas fazendas, a construção de

“palácios” e igrejas, a compra de títulos, a importação de objetos de luxo, etc., assinalavam o sucesso da incorporação da estrutura escravista ao mercado internacional capitalista enquanto produtor da sobremesa café (SILVA, 1984, p. 138-139).

A chegada de novos grupos familiares a essa região no limiar do século XVIII e início do seguinte já demonstrava potencialidades para o desenvolvimento de uma agricultura mais rentável, como a disponibilidade de terras e de força de trabalho para o cultivo extensivo, a facilidade de acesso aos mercados consumidores – seja através do transporte por mulas pelos caminhos e estradas que cortavam o Vale, seja pela proximidade de portos que ampliavam a capacidade de exportação –, além dos capitais suficientes para a realização de novos investimentos. A reunião dessas categorias não pode ser entendida como uma casualidade. Havia aí, claramente, no interesse por essa região de fronteira, uma avaliação racional de todos os fatores envolvidos no processo e do resultado a ser alcançado pelos indivíduos que ali investissem.

Como bem lembra Ignácio Raposo, a exploração econômica de Vassouras, lastreada na agricultura monocultora, foi conduzida por “homens de fora” que dispunham de capitais suficientes para desenvolver, inicialmente rústicos, mas grandes estabelecimentos para a produção de café (RAPOSO, 1978, p. 35-36). Assim, os Teixeira Leite e os Leite Ribeiro, entre outros grupos familiares que se deslocaram para essa região, buscavam se inserir em atividade de alto rendimento e eram representantes de “um novo patamar de acumulação de capital com reflexos imediatos na estrutura fundiária” (SANCHES, 1997, p. 255), o que também lhes conferia um lugar diferenciado naquela sociedade oitocentista, dispondo de capital e mão de obra para cultivar extensas áreas. Passemos a observar parte dessas escolhas e seus resultados ao longo do século XIX.

4.2 A trajetória de Francisco José Teixeira Leite, tropeiro, cafeicultor, capitalista e barão

Francisco José Teixeira Leite, ainda jovem, atuava no comércio de longa distância, transportando gêneros de abastecimento e outros itens entre São João del Rei, sua vila de origem, e a Corte. A atuação no comércio de tropas não era algo incomum para muitos indivíduos que se instalaram no Vale para produzir alimentos e, mais tarde, café. Ao recuperar o estranhamento do viajante inglês John Luccock com um tropeiro que também era proprietário de terras, passagem que ilustramos no primeiro capítulo desse trabalho, Alcir Lenharo inicia uma pequena análise sobre a família Teixeira Leite. Ao apontar a eficiência e

complementariedade da dupla atuação de tropeiros/proprietários no mercado regional, Lenharo observa que

Neste caso apontado, devem ser ressaltados, como pano de fundo, a época, a região e a organização familiar que interagiram de modo especial sob o impacto da irradiação da economia cafeeira. **Ainda que este caso seja mais demonstrativo do abandono de práticas agrícolas tradicionais em detrimento da produção cafeeira, ele não deixa de sublinhar o aspecto de complementariedade existente entre a produção (lavoura de subsistência) e as tropas.** E ainda que o texto [de Taunay] não faça referência a uma possível permanência do serviço de tropas na passagem para a economia cafeeira (sem referência expressa no texto), registre-se que, nesta etapa, **os Teixeira Leite já tinham evoluído para um estágio diferente de práticas econômicas, onde seus serviços bancários na região eram mais relevantes.** De qualquer modo, as relações de complementariedade não foram descartadas. A produção cafeeira e os serviços bancários aparecem acumulados neste novo contexto (LENHARO, 1979, p. 109-110). (Grifos nossos)

Se, por um lado, havia a tese da complementariedade¹⁰⁰, que ajuda a explicar as diversas inserções dos Teixeira Leite na economia do Vale, por outro lado, devemos considerar, igualmente, que as ocupações dos indivíduos dessa família destoaram um pouco dessa tese, não a anulando, mas ampliando-a como podemos depreender do seguinte trecho:

Sublinhe-se ainda que a nova organização das práticas econômicas mantinha um ponto em comum com o estágio anterior de complementariedade, uma vez que a divisão social de trabalho se fazia também através de vínculos de parentesco. Por sinal, era comum entre irmãos repartirem-se diferentes práticas econômicas, necessárias umas às outras, de modo que o conjunto dos negócios obtivesse melhor equilíbrio. Do que já se discutiu ao longo deste livro a respeito da complementariedade, o aspecto marcante é o seu confinamento ao universo da família proprietária, onde a especialização de funções é menor e a organização do trabalho é rotativa e mais descentralizada entre os membros da família (LENHARO, 1979, p. 110).

A família, atuava, então, em diversos ramos da economia em desenvolvimento em Vassouras e vilas próximas. Atividades que, apesar de complementares, eram exercidas por todos os membros da família. Contudo, alguns desses indivíduos percorreram muitos desses ramos econômicos e, ao longo do processo, passaram a exercer atividades de forma

¹⁰⁰ Aqui vale a ressalva de que na implantação do complexo cafeeiro há um período de alguns anos até que o mesmo se torne eficiente e o cafezal produtivo, o que levava muitos proprietários a desenvolverem culturas de ciclo mais curto, como a do milho e do feijão, que se direcionavam ao mercado para arcar com alguns dos custos de manutenção e investimentos realizados na propriedade; e, depois do cafezal passar a produzir havia, ainda, a reserva de parte das terras para a produção dos mesmos gêneros que atenderiam especificamente as demandas da fazenda. Isso ajuda a entender parte das múltiplas inserções econômicas daqueles que investiram em empreendimentos no Vale voltados para a produção do café.

especializada, embora mantendo a ligação com a cultura cafeeiro-escravista. Com a finalidade de caracterizar a transição entre funções e atividades ao longo do processo de especialização, tomemos então de forma mais detida a trajetória do futuro barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite.

Entre os Teixeira Leite dedicados, inicialmente, à tropa e depois à agricultura, estava Francisco José Teixeira Leite. Nascido em Minas e estabelecido no Vale, adquiriu terras e formou o que mais tarde seria uma fazenda dedicada ao plantio do café. Vimos que, nesse ínterim, o fazendeiro também atuou na reorganização do espaço público e político de sua vila, quando cedeu parte de suas terras para a edificação da igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição e que viria a ser o centro da nova vila, a vila de Vassouras.

Suas primeiras terras formaram a fazenda da Cachoeira, parte do dote¹⁰¹ recebido após o casamento, em 1830, com Maria Esméria Leite Ribeiro, filha de seu tio materno, o capitão Anastácio Leite Ribeiro, fazendeiro na região de Valença. O capitão Anastácio Leite Ribeiro, tio e sogro de Francisco José Teixeira Leite, já havia se fixado na região de Conservatória (Valença), onde fundou a fazenda São José do Rio Bonito e se dedicava, entre outras atividades, ao cultivo do café. Assim, Francisco certamente aproveitou a experiência do sogro, que optou por dar parte do dote em terras e não somente em dinheiro ou outros bens, ação importante para a manutenção do casal nos primeiros anos de seu casamento.

A escolha do capitão Leite Ribeiro pela dotação com terras possivelmente não foi feita de forma aleatória. É patente que naquela sociedade, recém-emancipada de Portugal e dos laços coloniais, mas ainda impregnada das características de uma sociedade de Antigo Regime, o capital terra era sinônimo de segurança e estabilidade e o investimento nesse bem lograva também uma inserção diferenciada do casal no meio social. Outro bem comumente recebido como parte do dote era o escravo, mas não temos indícios desse tipo de dotação dada ao novo casal. Por sua vez, como vimos, Francisco já desenvolvia atividade econômica ligada ao comércio e, possivelmente, já havia adquirido escravos e terras naquela região, já que estava ali há pelo menos uma década. Terra e escravo formavam, então, a base segura que garantiria a prosperidade para o futuro do casal.

¹⁰¹ CDH - **Inventário de Maria Esméria Teixeira Leite** (1851).

Apesar de sua atuação na organização na vila de Vassouras que, como vimos, atendia ao interesse dos cafeicultores locais e suas expectativas em otimizar seus investimentos, o ofício de fazendeiro não parece ter monopolizado as atenções do já comendador, Francisco José Teixeira Leite, que em 1851 já reconhecia no inventário da finada esposa sua inclinação para outra atividade em detrimento da cafeicultura:

Enfim o suplicante [Comendador Francisco José Teixeira Leite] **foi sempre mais comerciante e capitalista do que fazendeiro**, tendo o estabelecimento agrícola mais por passatempo do que por interesse [...]. (grifo nosso)¹⁰²

Na fala transcrita anteriormente, o então comendador, através de seu advogado, encaminha carta ao substituto do Juiz Municipal de Órfãos. Esse documento faz parte dos trâmites do processo de partilha do espólio de sua finada esposa. Com ele, Francisco busca organizar a partilha os bens da falecida esposa entre ele e os sete filhos (ver **DIAGRAMA 4**) da forma mais adequada, segundo sua visão. O que nos chamou atenção foi a caracterização enquanto “comerciante e capitalista” quando Francisco trata de sua ocupação. Em *A velha arte de governar*, Maria Fernanda Martins (2005) afirma que os capitalistas

são entendidos (...) como aqueles que viviam em função do capital usurário e empréstimos a terceiros, **figuras típicas de sociedades pré-capitalistas ou de um capitalismo não plenamente constituído**, substituíam geralmente um incipiente ou inexistente setor bancário, controlando, via de regra, a liquidez do mercado. Nesse sentido, tendem a perder sua importância a partir dos anos 80, e da consolidação do sistema bancário, responsável pela criação e manutenção de linhas de crédito. (Grifo nosso)

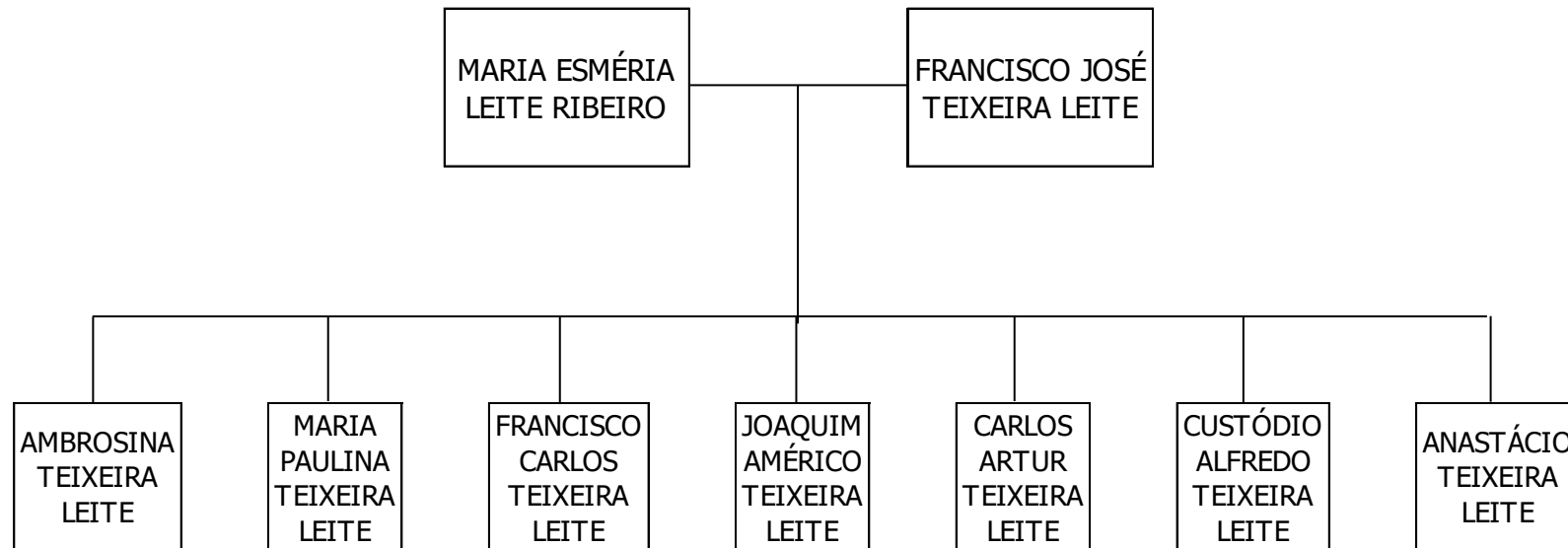
Em uma fronteira agrária de recente abertura como o vale fluminense do rio Paraíba do Sul no início do século XIX e em meio à transição da economia agromercantil para a agroexportadora, era comum que diversas formas para financiamento da empresa agrícola coexistissem. Se por um lado o café já despontava como uma cultura de considerável rendimento na década de 1830, por outro, durante sua implantação – e mesmo ao longo de seu desenvolvimento –, o cafezal gerava a necessidade de amplos investimentos que, em muitas vezes, superava o capital já amealhado pelos pioneiros na colonização do Vale em outras atividades ou regiões. Para Stanley J. Stein,

O cultivo do café não estabeleceu apenas o modelo de amplas propriedades de terra; exigiu também novas fontes de capital e crédito. Numa época de autossuficiência, a maioria dos primeiros plantadores de café que estavam

¹⁰² Idem.

adquirindo terras, abastecendo as fazendas com escravos que tinham de ser alimentados, vestidos e equipados com ferramentas, ou obtendo alguns produtos como o sal de fora de sua região próxima, encontrou recursos disponíveis dentro dos limites do próprio município (STEIN, 1990, p. 42).

Inserido desde o início de suas atividades no Vale, no ramo do café, Francisco José adquiriu terras e escravos para cultivar a rubiácea. Entretanto, não abandonou sua prática mercantil, talvez apenas tenha abandonado a tropa, mas construído novas formas de praticar o comércio, investindo em casas comerciais e no comissariado. Além disso, estabeleceu-se, como se autodeclara, em um novo ramo: emprestar capital. Sabemos que o início do século XIX é um momento caracterizado pela escassa disponibilidade de acesso ao crédito por meio de agências creditícias institucionalizadas ou oficiais, na região ou mesmo na Corte, que concentrava as primeiras instituições bancárias oficiais e estava relativamente próxima à área em destaque. Mesmo esses obstáculos não impediram os investimentos e a circulação de capitais no Vale.

DIAGRAMA 4**Primeiro casamento de Francisco José Teixeira Leite**

Fonte: CDH - Inventário de Maria Esméria Teixeira Leite (1851); MUNIZ, 2005a, p. 135.

Uma das principais formas de acesso ao capital eram dotes ou heranças, como no caso das terras recebidas como parte do dote a que Francisco José e Maria Esméria tinham direito quando de suas núpcias e que deu origem à fazenda da Cachoeira.

Vimos acima que a escolha por entregar o dote em terras e escravos podia representar uma tentativa de assentar o futuro do novo casal em bases sólidas, inserindo-os em um contexto hierárquico superior, ou seja, seriam senhores de terras e de escravos como o eram seus pais. Por outro lado, a transferência desses bens representava a oportunidade de acesso ao capital para que os mais jovens pudessem também realizar seus investimentos, o que, muitas vezes, e também no caso em tela, se traduziram em investimentos voltados para a lavoura de café.

Heranças e legados deixados em testamento, principalmente, também se constituíam importante fonte de capital para a empresa cafeeira no Vale. Além disso, o padrão dos casamentos na região contribuiu para a manutenção da riqueza no seio das famílias já abastadas. Uma das estratégias para conservação das fortunas, largamente estudada pela historiografia, foi o casamento intrafamiliar e, mais uma vez, o comendador Teixeira Leite se enquadra como exemplo. Maria Esméria Leite Ribeiro, sua esposa, era também sua prima de primeiro grau, filha do capitão Anastácio Leite Ribeiro que, por sua vez, era irmão de Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, mãe de Francisco. Percebe-se então que a chegada inicial de Custódio Ferreira Leite, outro de seus tios, possibilitou não só a vinda de Francisco José, como também de outros membros da família, como seu irmão Anastácio. Esses primeiros cafeicultores da região reafirmavam seus laços sanguíneos por meio dos casamentos entre parentes do mesmo grupo familiar.

A estratégia de realizar casamentos dentro do mesmo grupo familiar foi fundamental para a manutenção das terras e, em especial, das grandes unidades produtivas nas mãos de poucos familiares proprietários, mesmo quando deixadas em herança ou como legado. No entanto, somente dotes e casamentos não explicam o sucesso da manutenção da riqueza nas mãos de poucos, apesar de passadas algumas gerações.

Em sua tese de doutorado, Célia Maria Loureiro Muniz (2005a), ao estudar as famílias mais ricas da região fluminense do vale do rio Paraíba do Sul, afirma ser comum que houvesse um parente beneficiado pelo testamento ou partilha dos bens legados com o direito a um ou mais propriedades que não seriam repartidas com outro herdeiro. Mesmo em um sistema de igualdade jurídica entre os herdeiros, era comum esse tipo de estratégia. Isso se deve à necessidade de continuidade do legado deixado pelo finado, impossível, ao menos em hipótese, caso as propriedades fossem divididas igualmente entre os herdeiros, formando

unidades fundiárias menores e, possivelmente, com menos potencial produtivo. Assim, as ricas famílias do Vale, preferiam manter as terras sob a propriedade de poucos herdeiros e distribuir o restante dos bens (escravos, prédios urbanos, dívidas ativas, ações) entre os demais. Para a autora citada, essa ação contrariava a ideia de igualdade presente nas *Ordenações Filipinas*, texto legal que regulava o processo de transmissão das heranças e legados, ainda em voga nesse período, apesar da independência brasileira já ter sido declarada e já contarmos com uma constituição própria. Ao burlar a regra estabelecida e evitar sua divisão, esse sistema de partilha contribuía com a concentração da propriedade rural e, por consequência, com a manutenção do *status quo* e dos privilégios dos beneficiados, colaborando também com a eleição de um novo ente que viria a se tornar o esteio do grupo familiar num futuro próximo.¹⁰³

Para além disso, mesmo que a herança ou legado não se constituísse em terras, ou o herdeiro não fosse o principal beneficiado do testamento ou partilha, receber qualquer outro bem de um parente finado representava uma importante forma de acesso ao capital necessário para o investimento na lavoura do café, dado que os demais bens poderiam ser transformados em capital corrente a ser empregado na aquisição de novas terras e escravos – em um momento em que ainda havia disponibilidade abundante desses recursos com valores mais baixos –, abertura de novas áreas de floresta para a lavoura, ampliação da sede e das benfeitorias existentes, compra de maquinário ou ferramentas.

Nesse amplo contexto, o capital tomado em empréstimo a outros membros do grupo familiar ou a outros indivíduos que dispusessem de capital corrente se constituía outra importante fonte para novos investimentos ou saneamento de dívidas e das despesas correntes. Aliás, os mais proeminentes proprietários da região em algum momento recorreram a esse tipo de financiamento.

Para Stanley Stein, como as uniões se davam no seio de um mesmo grupo familiar, ou entre dois grupos diferentes – dada a limitada origem dos troncos familiares e o parco número de famílias tradicionais existentes no Vale –, as relações creditícias estabelecidas nessa conjuntura “tendiam a embaçar a distinção entre empréstimo e ajuda familiar” (STEIN, 1990, 42). Recorrer a um parente no momento de necessidade econômica ou para ampliação dos investimentos na lavoura de café era uma via aceitável para aquela sociedade e, inclusive, podia agir como importante meio para reafirmação dos laços e hierarquias presentes no interior do grupo familiar.

¹⁰³ Cf “Cap. II: Os ricos tornam-se cafeicultores”. In: MUNIZ, 2005. p. 94-156.

A saída de Francisco José Teixeira Leite de São João del-Rei, acompanhando seu tio, Custódio Ferreira Leite, só foi possível graças a um empréstimo tomado de seu pai, Francisco José Teixeira, futuro barão de Itambé. Tal ocorrência possibilitou a Francisco José, o filho, então com dezesseis anos, realizar os investimentos necessários para montar uma tropa e intermediar o comércio de Minas com a Corte, utilizando os caminhos recém-abertos no vale do rio Paraíba do Sul (TAUNAY, 1934).

Mais tarde, já estabelecido em Vassouras, senhor de terras e escravos, enriquecido com as rendas do comércio e do capital usurário, o comendador não parece se esquivar de ainda recorrer ao pai. No inventário de Maria Esméria, há um reconhecimento de dívida do casal com Francisco José Teixeira, já agraciado com o título de barão de Itambé, no valor de 106:215\$210, demonstrando que mesmo em situação privilegiada, um membro abastado da família poderia recorrer ao empréstimo de um parente no momento em que fosse necessário.¹⁰⁴

Recorrer à ajuda de um familiar não tinha apenas sentido econômico, mas representava o complemento da própria dinâmica familiar, do sentimento de pertencimento a um grupo. Dessa maneira, torna-se oportuno retomar a análise de Stanley Stein sobre esse grupo familiar:

[...] A solidariedade e a ajuda mútua por parte da família eram essenciais para ampliar a influência financeira da família, e Francisco José [Teixeira Leite]– “Primo Chico” para os membros da ramificada família que ocasionalmente visitavam Vassouras, vindos da província de Minas – insistiu que seus descendentes dessem continuidade a essa tradição em seu testamento: “Que cada um de vocês seja amigo do outro, sempre unidos e se ajudando mutuamente, seguindo exemplo admirável de seus avós e tios; sejam (...) diligentes, disciplinados e econômicos, de modo a não caírem em desgraça” (STEIN, 1990, 42-43).

Valendo-se de uma passagem do testamento do barão de Vassouras, Stanley Stein assinala a ideia de “solidariedade”, característica das gerações que antecederam o Barão e que ele, para o bem da família, gostaria que fosse preservada pelas gerações vindouras. Era também sinal dessa “solidariedade” o ato de conceder crédito a um familiar, o que ultrapassava os limites do econômico e atingia um grau simbólico bem mais significativo para os entes do grupo familiar.

Mas não só membros do grupo familiar recorriam aos grandes fazendeiros e proprietários em busca de crédito. Era muito comum que toda a sociedade, ou ao menos

¹⁰⁴ CDH - Inventário de Maria Esméria Teixeira Leite (1851).

aqueles que gozavam de boa reputação, também recorressem aos mais abastados de sua comunidade em busca de crédito, havendo, inclusive, nomes sabidamente eram emprestadores de crédito aos quais se podia apelar no momento em que fosse necessário.

Como no caso do comendador Teixeira Leite, alguns emprestadores tomavam essa função como uma importante ocupação, da qual provinha parte substancial de seus rendimentos; eram os capitalistas, financistas e usurários, ao lucrarem com os juros do capital que emprestavam. Mas somente a boa reputação não era suficiente garantia para a realização de um empréstimo, muitos foram garantidos também com bens do tomador: escravos, terras, prédios urbanos e mesmo o direito sobre a colheita do café em determinado ano.

Stanley Stein afirma que “havia fazendeiros vizinhos prontos a emprestar dinheiro mediante garantias”, o que contribuiu para que muitos fazendeiros adquirissem fortunas, em terras ou dinheiro, através de empréstimos tomados aos seus compadres, parentes e vizinhos. Entre os principais credores, Stein indica que havia uma família que se destacava entre os capitalistas da região e que “representou, durante 40 anos, um importante papel no apoio às necessidades financeiras do município de Vassouras: os Teixeira Leite” (STEIN, 1990, 42-43).

A edição do *Almanack Laemmert* publicada em 1863 lista como capitalistas na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, a região central do município, sete proprietários locais que ocupavam importantes cargos tanto na administração pública, como nas diretorias de associações e irmandades religiosas do município. Um desses capitalistas era Francisco José Teixeira Leite, mas os demais mantinham relação direta de parentesco com Francisco José, como vemos no quadro a seguir:

QUADRO 4
Capitalistas vassourenses e sua relação de parentesco com Francisco José Teixeira Leite (1863)

Capitalista	Relação com Francisco José Teixeira Leite
Anna Jesuína Leite Ribeiro	Irmã
Francisco José Teixeira, barão de Itambé	Pai
Francisca Bernardina Ferreira Leite, 1 ^a baronesa do Amparo	Prima em 1 ^o grau
Carlos Teixeira Leite	Irmão
Francisco José Teixeira e Souza	Primo em 1 ^o grau
Joaquim José Teixeira Leite	Irmão

Fonte: LAEMMERT, 1863, p. 334-339

Certamente a lista do *Almanack* apenas reflete uma situação particular para o ano de 1863. Outros capitalistas eram reconhecidos em Vassouras e no Vale, como, por exemplo, o barão de Capivari, Joaquim Ribeiro de Avelar, cujas relações comerciais e creditícias fizeram parte do estudo realizado por Maria Muaze (2006, 2008). Se a lista não engloba todos os capitalistas da região, mas apenas aqueles que sediavam seus negócios na freguesia central de Vassouras no ano de 1863, por ela podemos afirmar que emprestar dinheiro era, então, um negócio para a família Teixeira Leite. E esse não era um negócio novo, já que Célia Maria Loureiro Muniz, já relacionava Francisco José e outros de seus irmãos como capitalistas em 1853 (MUNIZ, 2005a, p. 143). Mas a década de 1860 é reconhecida como parte do período áureo da produção de café em Vassouras, onde a riqueza passa a ser exteriorizada e refletir na melhoria do casario urbano e rural (SALLES, 2008, p. 151-152). Nesse sentido, o fato de os Teixeira Leite se especializarem na usura denotava seu lugar ocupado entre os grandes proprietários da região e as relações que constituíam com outras famílias através, também, de relações creditícias.

Parte dessas relações recuperamos analisando o já citado inventário da primeira esposa do comendador Francisco José Teixeira Leite, Maria Esméria, cujo inventariante foi seu próprio marido. O monte-mor indicado era de 1.232:475\$457. Um dos principais bens avaliados foi a fazenda da Cachoeira, com 225 alqueires, 250.000 pés de café. Além dessa propriedade, havia outra menor, a fazenda Rio Bonito. Em ambas as propriedades havia 147

escravos adultos e 15 crianças. Terras, benfeitorias e escravos representavam uma pequena parcela de todos os bens: 165:100\$000 ou 13,4%.

O que nos chama a atenção na análise desse documento foi o tamanho do capital empregado na usura. Em 1851, o espólio de Maria Esméria e do comendador Teixeira Leite registra 1.047:996\$217 emprestados na praça, entre dívidas boas, dívidas com perdas de 50% e dívidas perdidas. Os empréstimos concedidos a terceiros, então, perfaziam pouco mais de 85% de toda a fortuna inventariada.

QUADRO 5

Avaliação dos bens e direitos do casal Maria Esméria e Francisco José Teixeira Leite (1851)

Tipo de bem	Valor	Proporção em relação ao monte-mor
Bens de raiz (terras, culturas e benfeitorias)	93:900\$000	7,62%
Escravos	71:200\$000	5,78%
Bestas, cavalos, gado e outros animais	1:455\$000	0,12%
Café em coco	13:000\$000	1,05%
Ferramentas	111\$000	0,01%
Móveis em prata, cobre e outros	4:813\$240	0,39%
Dívidas ativas	1.047:996\$217	85,03%
Monte-Mor	1.232:475\$457	100%
Dívidas passivas (subtrair do monte-mor)	126:215\$210	
Monte partível	1.106:260\$247	

Fonte: CDH - Inventário de Maria Esméria Teixeira Leite (1851).

Entre os tomadores de crédito do casal estavam o barão de Paty do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, com uma dívida de 3:190\$000, e o barão de Capivari, Joaquim Ribeiro de Avelar, que emprestou do casal 4:060\$000. Além desses importantes dignitários da região, havia muitos outros fazendeiros e pessoas comuns que recorreram ao auxílio do casal Teixeira Leite.

A maior dívida ativa lançada naquele inventário foi em nome de José Pinheiro de Souza, que tomou emprestado 32:838\$110. O menor valor ali registrado, com uma perda de 50%, emprestado a um tal de João Francisco de Assis, foi de 34\$000. Entre as dívidas lançadas como “perdidas”, os valores oscilaram entre 9:088\$688 e 42\$000, tomados por Joaquim Carlos Alves e Manoel Jacinto Pantaleão, respectivamente.

Célia Loureiro Muniz (2005b) indica que em vários inventários, tanto de grandes, como de pequenos proprietários, há registros de dívidas com a família Teixeira Leite. Segundo ela,

Em 1845, José Gomes de Aguiar tem com o Dr. Joaquim Teixeira Leite uma dívida de 20:000\$000. Em 1858, Francisca Maria d’Ávila esposa de Francisco José d’Ávila, faleceu e em seu inventário vemos que a família tem uma grande dívida: 100:519\$523. Dessa dívida 33:248\$508 era com Francisco José Teixeira Leite, 28:759\$281 era com Furquim & Irmãos, 7:051\$545 com João Evangelista Teixeira Leite, além de outros credores. Para pagar as dívidas o casal teve de vender vários bens (MUNIZ, 2005b, p. 8).

Em seu trabalho, a autora também observa que outras importantes famílias também contraíram dívidas com os Teixeira Leite, corroborando o que já constatamos na análise do inventário de Maria Esméria, onde figuram como devedores os barões de Capivari e de Paty do Alferes. Pelo que parece, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Paty do Alferes, era um devedor assíduo do amigo, o comendador Francisco José Teixeira Leite. Célia Loureiro Muniz, analisando as dívidas relatadas no inventário do barão de Paty do Alferes, aberto em 1862, afirma haver dívidas passivas com os irmãos Teixeira Leite como credores, nesse caso, aos valores declarados somavam mais de 250:000\$000.

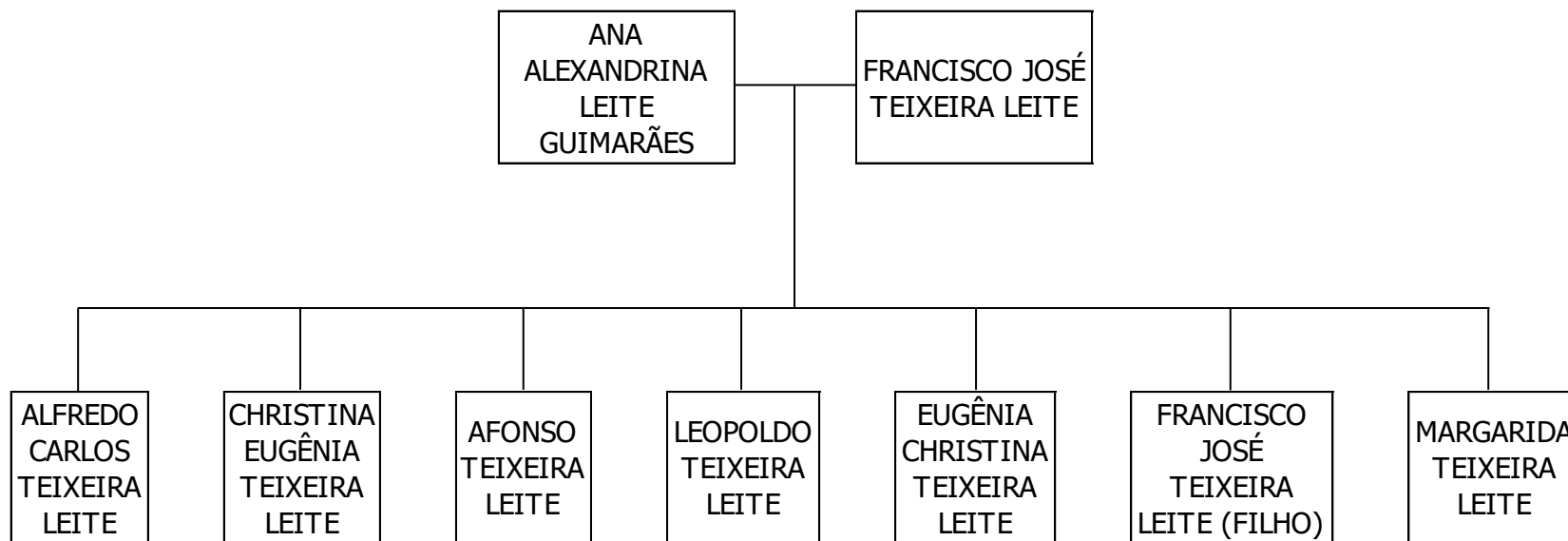
A rotatividade dos capitais emprestados era grande e os lucros com a atividade também o eram. Se em 1851, o Comendador possuía 1.047:996\$217 em dinheiros emprestados na praça, essa cifra só fez crescer nos anos seguintes. Em 1870, Taunay estima que os negócios de banqueiro de Francisco José já chegavam a 3:600:000\$000 (1939c, p. 208). Apesar dos lucros crescentes, emprestar dinheiro não era um negócio sem riscos ou perdas. Vimos que as dívidas ativas registradas em 1851 eram divididas em dívidas boas, dívidas com perdas de 50% e dívidas perdidas, ou seja, o Comendador constatava, através da avaliação dos recursos por ele emprestados, perdas na recuperação daquilo que foi emprestado. Os valores das perdas eram baixos, comparados às dívidas boas, mas o risco existia.

O não pagamento dos compromissos financeiros assumidos com outrem não parece ser o caso do Barão de Paty do Alferes, que arcou com seus pagamentos no momento do

processo de partilha em seu inventário. Contudo, em caso de não pagamento por parte do tomador do crédito, a saída, geralmente, tomava a forma judicial: a garantia era executada, os bens iam a leilão em praça e o credor era indenizado por seu prejuízo. Stanley Stein aponta que quando o pagamento era garantido por meio de hipotecas, muitas vezes, a família executava a dívida e recebia propriedades como pagamento (STEIN, 1990, p. 43). As hipotecas e os empréstimos com garantias, registrados em cartório, foram mais comuns na segunda metade do século XIX, quando o Código Comercial do Império já estava em vigor e as instituições bancárias mais desenvolvidas e funcionando de forma mais profissional.

O setor bancário passava por uma regulação e se desenvolvia, ampliando suas relações com importantes indivíduos e famílias do Império (GUIMARÃES, 2013). É nesse período que Francisco José Teixeira Leite passa a se interessar cada vez mais por novos investimentos, sobretudo ligados a esse setor bancário em desenvolvimento. O *Almanack Laemmert* de 1863 lista Francisco José Teixeira Leite como presidente da Caixa Filial do Banco Comercial e Agrícola da Corte em Vassouras (LAEMMERT, 1863, p. 334-339). Lembra Célia Muniz que não só Francisco José, mas outros irmãos, foram sócios desse banco e, já em 1858, exercia o cargo de presidente da caixa filial de Vassouras, sendo vice-presidente Caetano Furquim, seu genro (MUNIZ, 2005a, p. 140).

Quase um ano após a morte de sua primeira esposa, Francisco José desposou outra prima sua. Estava então no meio do inventário dos bens de sua finada esposa quando contraiu novas núpcias com Ana Alexandrina Leite Guimarães, sua prima em 2º grau por parte materna. Desse casamento, sobreviveram sete filhos (ver **DIAGRAMA 5**). Após a conclusão do inventário de Maria Esméria, Francisco José se desfaz das propriedades rurais e se muda para uma casa urbana em Vassouras, onde formaria a nova família e dirigiria seus negócios, cada vez mais voltados para usura.

DIAGRAMA 5**Segundo casamento de Francisco José Teixeira Leite**

Fonte: CDH - Inventário Francisco José Teixeira Leite (1884); MUNIZ, 2005a, p. 135.

Outro documento¹⁰⁵ que julgamos importante trazer para nossa averiguação é o inventário do próprio Francisco José Teixeira Leite. Francisco José, já agraciado com o título de barão de Vassouras desde 1871 e que foi acrescido de grandeza no ano de 1874, dita suas últimas vontades em 1878, mas só viria a falecer seis anos mais tarde, em 12 de maio de 1884. O testamento expressa uma série de preocupações do barão, por isso traz uma lista de recomendações a seus herdeiros sobre diversos assuntos: funeral, herança, cobrança e pagamento de dívidas, caridade, manumissão de escravos. Ao final do texto, o testamento indica:

Sempre um bom procedimento religioso e moral quer na vida privada quer na publica, sejam bons cidadãos e amigos de sua pátria, caridosos humanos despedidos de orgulho e vaidade fujão quanto puderem das más companhias, dos adentadores dos faleos amigos do jogo, das orgias e outros vícios feios e perigosos, procurem bons amigos e não percão os verdadeiros amigos de seo Pae, nenhum acto importante pratiquem sem preventiva. Consulta á seus Tios, e pessoas entendidas e prudentes, enfim tratem a todos muito bem e evitem quanto puderem toda a disputa, rixa, contenda ou demanda. Muito desejo e espero que cumprão estes meos conselhos salutaes que lhes dou para o seo próprio bem e felicidade tanto neste mundo como no da eternidade, e assim honrarão o nome e cinzas de seo Pae.¹⁰⁶

Vassouras, nessa época, já não era tão próspera. A cidade enfrentava a crise da cafeicultura estendendo-se por praticamente toda a Província do Rio de Janeiro. Diante de diversos fatores, como a falta de mão de obra e de terras para a renovação dos cafezais, as fortunas locais se esvaíram no final do século XIX (STEIN, 1990).

Sem dúvidas, a crise também afetou a família do barão. Em seu testamento, Francisco José perdoa diversas dívidas contraídas por seus herdeiros, especialmente de seus filhos Anastácio, Custódio e Carlos, este último “tendo-se arruinado em seus negócios, no Rio de Janeiro (...) ficando a dever sommas enormes”. Nesse mesmo sentido, o testador usa o testamento para exortar os demais herdeiros a não questionarem sua vontade. A consciência de pai se manifesta no trecho abaixo, quando o barão afirma que sua ação não se trata de injustiça, mas que busca reestabelecer a igualdade entre seus rebentos:

¹⁰⁵ Ana Alexandrina veio a falecer em 1880. Infelizmente não conseguimos localizar seu inventário ou testamento, o que poderia nos ajudar a estabelecer uma visão melhor sobre a evolução dos bens e investimentos do barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite. Com o documento que não foi localizado teríamos a oportunidade de analisar os bens na década de 1860 – através do inventário de Maria Esméria, a primeira esposa –, no início da década de 1880 – a partir do inventário da segunda esposa – e ao final da vida do barão, através de seu próprio inventário.

¹⁰⁶ CDH – **Inventário de Francisco José Teixeira Leite** (1884).

Declaro com a mão na consciência que dando maiores sommas e dispendendo mais dinheiro por alguns dos meus filhos não o fiz por ter mais amizade a elles do que aos outros nem porque tendo elles motivo de preferênciã. Foi sim unicamente, porque tendo elles cahido em desgraça ao passo que os outros se achão em boas condições de fortuna, como bom pae, devia vir em seo auxilio, para salvar-os de completa ruína e talvez da deshonra. Entendo que a igualdade que um pae deve observar para com seus filhos, não é a igualdade puramente arithmetica, que muitas vezes na pratica se converte em verdadeira desigualdade, mas sim aquella que, socorrendo e auxiliando os mais necessitados ou infelizes, procura restabelecer entre todos os irmãos a igualdade de posição. Celebrei em várias ephocas, como pequenas doações, diversos contractos com as associações-Proctetora das Famílias e Nacional em favor de meus filhos, netos e bisnetos. Já liquidei alguns desses contractos e irei liquidando outros á proporção que se forem completando os quinquênios, porque entendo que foi um não emprego que dei a grandes sommas, estando perdida todas as esperanças de prosperidades d'essas associações. [...] Se houver qualquer difficuldade ou duvidas sobre estes donativos e ainda outros que fiz a netos e bisnetos, quero que sejam elles considerados como somma tiradas de minha Terça. Fazendo estes donativos, tive sempre em vista igualar os benefícios de maneira a fazer desaparecer qualquer sombra de injustiça ou de preferênciã por qualquer.¹⁰⁷

Para outros herdeiros, o barão recomenda aos executores de suas últimas vontades – os testamenteiros: doutor Caetano Furquim de Almeida, seu genro; sua segunda esposa, Dona Anna Alexandrina Teixeira Leite, que não exerceu a função por ter falecido antes do marido; e seus filhos Francisco Carlos Teixeira Leite e Eugênio Teixeira Leite –, o investimento em títulos da dívida pública: “determino que essas duas partes destinadas para os filhos sejam logo empregadas em apólices da divida publica, inscriptas na Caixa da Amortização”.¹⁰⁸ Talvez, aos seus olhos esses títulos, que também encontraremos entre os bens legados que discriminaremos mais à frente, fossem fonte de segurança, sobretudo no caso da herança transmitida aos herdeiros que não tivessem atingido a maioridade.

Apesar da conjuntura de crise da cafeicultura, percebemos que, na avaliação de seus bens, o barão ainda possuía uma considerável fortuna. Vejamos como estavam distribuídos esses bens:

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

QUADRO 6
Avaliação dos bens e direitos de Francisco José Teixeira Leite (1884)

Tipo de bem ou direito	Valor	Proporção em relação ao monte-mor
Dinheiro em espécie	1:269\$715	0,07%
Saldo na conta corrente do Banco do Brasil	36:314\$000	1,98%
Prédio Urbano em Vassouras	8:000\$000	0,44%
Prédio urbano na Corte	40:000\$000	2,18%
Móveis	6:138\$000	0,33%
Apólices da dívida pública	31:468\$500	1,71%
Apólices de Estradas de Ferro (Quissamã, Santo Antônio de Pádua e Leopoldina)	75:136\$000	4,09%
Ações do Banco do Comércio	45:000\$000	2,45%
Dotes e heranças antecipadas	678:549\$992	36,97%
Disposições testamentárias	3:700\$000	0,2%
Dívidas ativas	909:977\$444	49,58%
Monte-Mor	1.835:553\$651	100%
Dívidas passivas e doações realizadas (subtrair do monte-mor)	236:850,002	
Monte partível	1.598:703\$649	

Fonte: CDH – Inventário de Francisco José Teixeira Leite (1884).

Ainda que o investimento em títulos da dívida pública apareça entre os direitos legados e que não estavam presentes em outros inventários que analisamos anteriormente, esse item não tem grande peso diante do volume inventariado. No mais, aquilo que podemos considerar como “novos investimentos” realizados pelo barão, principalmente os que não estavam relacionados no inventário de sua primeira mulher (títulos da dívida pública, ações do Banco do Comércio e apólices de estradas de ferro), também não representam grande soma, já que perfazem menos de 1/10 do avaliado. Certamente, eram investimentos que faziam parte do novo cotidiano da segunda metade do século XIX, dentro de uma nova

dinâmica de investimentos propiciada pela regulamentação e expansão do sistema bancário oficial no Brasil e que se afastava do incipiente mercado oficial de crédito da primeira metade daquele século (Cf GUIMARÃES, 2012; GUIMARÃES, 2013).

Nada mais significativo que a descrição que o barão fez de si na abertura de seu testamento: “Eu abaixo assignado, Barão de Vassouras Capitalista, morador nesta cidade de Vassouras [...]”.¹⁰⁹ Emprestar dinheiro era a principal atividade do barão, a única digna de ser listada na própria caracterização na abertura de seu testamento. Por isso, as dívidas ativas correspondem à grande parte dos bens e direitos legados pelo barão a seus herdeiros. Esse tipo de investimento correspondeu a quase metade dos bens e direitos listados no inventário. Acrescente-se a esse dado o fato de que algumas dívidas foram perdoadas no testamento e outras ainda foram consideradas “dívidas de 2ª classe”, cujo valor inicial foi abatido em, ao menos, 50% do valor devido. Assim, já que as dívidas ativas são um item importante para a composição do monte-mor, os valores iniciais em dívidas ativas eram bem maiores e correspondiam a uma fatia bem maior no monte-mor, excedendo certamente os 49,58% encontrados na avaliação final.

O barão era proprietário de dois imóveis urbanos, um localizado em Vassouras e outro adquirido em sociedade com um de seus filhos, localizado na Corte, cujo valor era mais alto que o primeiro. Não havia terras entre os bens do barão. No entanto, como pagamento de parte das dívidas que seus filhos Carlos e Anastácio contraíram com o barão em vida, haveria a possibilidade de hipotecarem suas respectivas propriedades, fazenda da Crimeia e fazenda Venturosa, para quitarem parte das dívidas. Além das propriedades dos filhos, também seriam vendidos os escravos dessas fazendas com a mesma finalidade.

No testamento redigido em 1878, Francisco José Teixeira Leite solicita a libertação de poucos escravos; alguns receberiam, inclusive, doações de sua terça. Nessa época, o investimento em escravos já não era tão vantajoso, a escravidão se tratava de uma instituição em declínio e seu emprego na agricultura vassourense era cada vez menor (STEIN, 1990). O desejo do barão foi respeitado por seus herdeiros, uma vez que, em petição ao juiz responsável, declararam o seguinte:

[...] todos os herdeiros d’este derão liberdade aos poucos escravos, que possuía por ocasião de sua morte querendo deste modo satisfazer a vontade que ao supplicante por veses manifetará de ficarem livres todos os seus escravos, logo que deixasse de existir Desejarão bastante os

¹⁰⁹ Idem.

herdeiros maiores que então os bens inventariados não se fizesse menção dos escravos pertencentes ao Barão de Vassouras.¹¹⁰

Dois dos filhos herdeiros eram menores, mas se fizeram representados através de seu procurador e seus tutores e expressaram estar de acordo com a vontade do pai. Esses escravos não chegaram a ser avaliados, mas um deles receberia uma doação de 100\$000 retirada da terça a que o barão tinha direito.¹¹¹

Por fim, é interessante destacar a parte final do testamento

[...] Não devo, porém concluir este acto solenne, em que me emponho, já na presença do Onnipotente a prestar-lhes minhas contas d'estes mundo sem dirigir-me como faço, com todo o extremo da amizade e autoridade paterna, a meos filhos de ambos os matrimônios e a toda minha família recomendo-lhes muito e lhes pedindo com toda a instância: Que sejam muito religiosos, tementes a Deus, sujeitos a Santa Igreja e seos preceitos, respeitem e tratem com toda a amizade a sua madrasta e mãe bem como á seos Tutores, tios, mestres e Superiores; sejam amigos um dos outros, muito unidos entre si e socorrão-se mutuamente, imitando o belo exemplo de seus avós e seus tios, sejam muito probos e verdadeiros em todos os seus tratos e negócios, sejam trabalhadores bem arranjados e econômicos, para não cahirem na desgraça, fação todo o esforço sobre si mesmos para terem sempre um bom procedimento religioso e moral quer na vida privada quer na publica, sejam bons cidadãos e amigos de sua pátria, caridosos humanos despedidos de orgulho e vaidade fujão quanto puderem das más companhias, dos atentadores dos falsos amigos, do jogo, das orgias e outros vícios feios e perigosos, procurem bons amigos e não percão os verdadeiros amigos de seo Pae, nenhum acto importante pratiquem sem preventiva. Consulta á seus Tios, e pessoas entendidas e prudentes, enfim tratem a todos muito bem e evitem quanto puderem toda a disputa, rixa, contenda ou demanda. Muito desejo e espero que cumprão estes meos conselhos salutaes que lhes dou para o seo próprio bem e felicidade tanto neste mundo como no da eternidade, e assim honrarão o nome e cinzas de seo Pae.

Esse trecho demonstra que havia um claro interesse por parte do barão em manter a família unida. Por isso, ele apresenta os elementos que julgava importantes a serem observados por seus filhos: religião, moral, caridade, boas companhias. Cultivar as boas amizades e manter os amigos que o barão já possuía era uma forma de prosseguir. Lembremos que a amizade era fator importante nas relações pessoais, inclusive reafirmando vínculos de auxílio mútuo entre as principais famílias vassourenses. Não custa lembrar da carta de Francisco José enviada ao barão de Capivari, Joaquim Ribeiro de Avelar, em 1863. Nessa carta, Francisco José reconhece os laços de amizade entre os dois e se coloca à disposição para ajudar:

¹¹⁰ Idem.

Vassouras, 2 de fevereiro de 1863

Meu amigo e Exc,

[...] Pelo Sr. Laureano José Coelho recebi a [carta] de V.Exc. de 17 falando-me para emprestar a ele hipotecando-me ele todos os bens. Eu não gosto de emprestar por hipoteca mas estou persuadido que este Sr. É capaz, basta ser seu recomendado. [...] Minha fortuna está nas mãos dos cafeicultores e com a falta de café nada recebo, porém se V.Exc. quiser servir a ele eu posso dar o dinheiro e V.Exc. me paga em crédito pelo tempo que lhe convier.

Francisco José Teixeira Leite¹¹²

No texto da correspondência fica clara a relação de confiança entre Francisco José e o barão de Capivari, confiança forjada nos laços entre suas famílias e na amizade construída ao longo dos anos e que embasava, inclusive, as relações econômicas entre eles.

A fala do testamento reafirma, ainda, a hierarquia familiar dando autoridade aos tios de seus filhos, que devem ser consultados sempre que necessário. Trata-se aqui de um outro lado, completado pelo sucesso nos negócios. Na sociedade que Francisco José Teixeira Leite deixava, a honra ainda ecoava como aspecto importante e, por isso, deveria ser buscada por seus familiares. Assim, seriam bem vistos pelos seus pares e obteriam sucesso em suas vidas e negócios.

¹¹¹ Idem.

¹¹² ANRJ. **Cartas de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary**. 2 de fevereiro de 1863. Fundo Fazenda Pau Grande, notação 38. *Apud* MUAZE, 2006, p. 193.

CONCLUSÃO

A constituição do ramo familiar dos Teixeira Leite se confunde com a própria história vassourense. Foi às margens do rio Paraíba do Sul, em claras relações com a cultura cafeeiro-escravista que se alastrava por aquele vale, que os indivíduos dessa linhagem experimentaram a ampliação de sua riqueza, mas também de seu poder e influência naquela sociedade e no Império do Brasil. Emigrados da Comarca do rio das Mortes, radicaram-se no vale fluminense do rio Paraíba do Sul e ampliaram as redes comerciais e pessoais que seus antepassados haviam instituído nas Minas Gerais e nas cercanias dos caminhos que levavam à Corte.

No início, seus patriarcas emigraram de Portugal para as Minas e lá constituíram família explorando a riqueza mineral ainda abundante. Os portugueses José Leite Ribeiro e Francisco José Teixeira eram homens de sua época e souberam diversificar seus investimentos. Investiram na mineração, adquiriram terras, escravos e outros bens. Atuaram na produção agropastoril em clara consonância com a transição econômica pela qual passava a região onde se instalaram. As minas localizadas na vila de São João del Rei e na Comarca do rio das Mortes já não produziam tanto ouro, assim muitos mineradores ampliaram o investimento na produção de alimentos que, pouco a pouco, passou a ser uma das mais importantes atividades econômicas da localidade ao lado da mercantilização desses produtos.

Tais transformações econômicas oportunizaram a ampliação das relações comerciais com outras áreas, como a província do Rio de Janeiro, sobretudo após a fuga e instalação da Corte Portuguesa. Parte dos alimentos produzidos na Comarca do rio das Mortes e nas novas áreas agrícolas de Minas Gerais passaram a ser demandados pela capital. Já havia caminhos ligando as duas regiões, como o Caminho Velho e o Caminho Novo, abertos durante os primeiros séculos do Período Colonial para facilitar o trânsito até o interior e, depois, para exportação do ouro explorado nas Gerais. Esses caminhos foram então ampliados diante da nova demanda do início do século XIX e esse processo possibilitou o crescimento dos grupos dedicados à mercantilização, como os tropeiros.

Como vimos, muitos desses tropeiros podiam ser também proprietários de escravos e terras ao longo dos caminhos habitualmente percorridos, levando as mercadorias que comercializavam. Se o início da ocupação das margens valeparaibanas foi caracterizado pela rusticidade e até pela miséria das primeiras instalações e dos primeiros sitiantes, o crescimento do tráfego nessas estradas e caminhos colaborou para a fixação dos indivíduos na

região. Esses sitiantes e os tropeiros foram os verdadeiros responsáveis pela ocupação da região e desbravamento dos sertões entre as cidades mineiras e a Corte.

O processo de ocupação do território e de abertura de novos estabelecimentos no Vale, a tal altura estimulados pela implantação da Corte no Rio de Janeiro, teriam novo impulso a partir da chegada do café. Fazendas maiores e cada vez mais especializadas eram abertas e o número de pés de café e de escravos aumentava. A produção de café só se destacaria ao longo da década de 1830, quando a lavoura cafeeiro-escravista já estava estabelecida em longas áreas da região.

Eis o contexto que foi encontrado pelos primeiros Teixeira Leite que se deslocaram para o Vale. Francisco José Teixeira Leite foi um dos que se instalaram na região. Inicialmente, atuou no comércio de tropas e depois se estabeleceu como proprietário de terras e escravos com a finalidade de produzir café. Optar pelo café era racional, já que essa cultura se destacava no mercado local e mundial. Mas os cafeicultores locais ampliaram os circuitos comerciais tradicionais, seja ao acessarem os mercados fornecedores de mão de obra escravizada vinda do continente africano, seja na demanda por gêneros diversos que, inclusive, colaboraram para a reestruturação de áreas produtivas como a Comarca do rio das Mortes e a Zona da Mata Mineira. O volume da produção do café na região e da demanda por insumos e mão de obra sobrepujou o padrão de culturas tradicionais, como a do açúcar, equiparando-se ao padrão de outras áreas de *plantation* contemporâneas.

Francisco José Teixeira Leite se insere nesse contexto na condição de um grande proprietário, filho de uma família abastada que lhe proveu o capital necessário ao seu investimento particular. Além disso, contava com o apoio da família para manter sua prosperidade e de seus negócios. Pais, tios, irmãos e outros parentes sempre estavam presentes e formavam uma rede de proteção e apoio mútuo.

A partir disso, podia-se pensar em projetos mais ousados. Um desses projetos, que contou com atuação detida de Francisco José Teixeira Leite, foi a transferência da sede da vila de Paty do Alferes para Vassouras, efetivada em 1833. A atuação política desse Teixeira Leite foi importante, mas além dela o comendador Francisco José também realizou diversos investimentos e doações no espaço público. Igreja, hospital, obras públicas foram tocados por ele ou contaram com sua colaboração financeira e empenho na arrecadação de fundos para que pudessem ser concluídas. Não apenas Francisco José Teixeira Leite, como também os grandes cafeicultores da vila de Vassouras se empenharam no projeto que resultou no embelezamento da cidade e no reconhecimento, por grupos de outras regiões do Império, da importância e do lugar ocupado pelo café vassourense naquela sociedade.

Nesse ínterim, Francisco José Teixeira Leite constitui sua própria família, iniciada com seu primeiro casamento contraído com a prima materna, Maria Esméria Leite Ribeiro, em 1830. Do casamento, foram sete filhos. Muitos deles se destacariam como proprietários locais e grandes negociantes. Infelizmente, o presente trabalho não foi capaz de ampliar a análise para esses indivíduos, o que deve ser realizado posteriormente.

Graças ao que angariaram com o cultivo do café e sua empresa, mineradores, tropeiros, negociantes, criadores, agricultores e empreiteiros se tornaram, ao longo do século XIX, **grandes** capitalistas, banqueiros, comissários, senhores de terras e de escravos, barões. Vassouras repercutiu o sucesso de muitos dos indivíduos dessa família, que investiram sua riqueza na cidade e contribuíram para a formação da “princesinha do café”, título pelo qual a cidade ficou conhecida na fase áurea daquela empresa agrícola.

Se o café vassourense alcançou o auge da sua produção na década de 1860, Francisco José Teixeira Leite já se desencantava com essa cultura na década anterior. Como vimos, ele se desfaz de suas propriedades rurais e escravos na década de 1850, durante o inventário dos bens de sua finada esposa. Além disso, em 1863, na carta ao barão de Capivari, recusava, inclusive, a hipoteca das terras de um tomador de empréstimos.

Nesse período, já atuava como capitalista, emprestando capital a juros àqueles que dele precisavam. Também buscou investir em novas formas de disponibilizar crédito naquela sociedade, até então, em processo de institucionalização no período, como os bancos. Assim, o *Almanack Laemmert*, de 1863, já indicava Francisco José Teixeira Leite como presidente da Caixa Filial do Banco Comercial e Agrícola da Corte em Vassouras, banco do qual era investidor e acionista.

Seus investimentos eram rentáveis, tanto que pode dispender grande soma para a aquisição do título de barão de Vassouras, com o qual seria agraciado em 1871 e acrescido de grandeza dois anos depois. Em seu testamento, escrito seis anos antes de sua morte, se reafirma como capitalista, função desempenhada até o final de sua vida.

Os Teixeira de Souza, o Leite Ribeiro e os Teixeira Leite, além de sua descendência, foram importantes famílias que se radicaram, principalmente, na região mineira da Comarca do rio das Mortes e na região fluminense do vale do rio Paraíba do Sul, desde a segunda metade do século XVIII e, no caso desta última região, durante o século XIX. Entre sucessos e fracassos, seus membros foram responsáveis pelo desenvolvimento econômico de suas regiões e patrocinaram a fundação de povoados e vilas.

Sua atuação na economia local se deu nas principais atividades desenvolvidas na Comarca do rio das Mortes e em Vassouras. Assim, souberam superar a diminuição da

produção aurífera, investindo na produção e mercantilização de gêneros de abastecimento. No início do século XIX, destacaram-se pelo investimento na cultura do café em uma região de fronteira nos sertões do vale do Paraíba do Sul. O investimento foi fortuito e ampliou a riqueza desses indivíduos.

Da mesma maneira em que investiram seus capitais no café, souberam retirá-lo e investir em novas atividades econômicas, entre as quais se destacou a usura.

Por fim, é preciso reconhecer ainda a necessidade de ampliar a pesquisa aqui apresentada. Muitos personagens importantes dessas famílias foram deixados de lado pela falta de documentos que pudessem nos auxiliar a entender melhor suas trajetórias. Por isso, esperamos que novas pesquisas possam dar conta das lacunas que não conseguimos completar com o presente trabalho.

Por sua vez, essa constatação não deve ocultar as contribuições que até aqui pontuamos. Nosso esforço de levantamento e análise de dados de, ao menos, três gerações da extensa família dos Teixeira Leite e seus antepassados, contribui para entendermos melhor as relações sociais e econômicas que se apresentavam durante a transição do século XVIII para o século XIX e da economia mineira para a economia lastreada na agroexportação do café. Fronteiras foram devassadas, matas foram derrubadas e os Teixeira Leite tomaram parte de importantes processos ligados às Minas Gerais e ao Rio de Janeiro, além de outras localidades.

Delimitar aqui suas estratégias de produção e reprodução de riqueza e *status* é importante para percebê-los como protagonistas de diversos processos, com suas mudanças e também suas permanências, que afetaram a colônia brasileira e o Império do Brasil, já que estiveram intrinsecamente conectados à conjuntura que os cercava, em especial conectados com o novo lugar que a colônia ocupou no final do século XVIII e com a gestação e desenvolvimento das bases econômicas que sustentaram o Império do Brasil.

FONTES

Manuscritas

ANRJ - **Cartas de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary**. 2 de fevereiro de 1863. Fundo Fazenda Pau Grande, notação 38. *Apud* MUAZE, Mariana. **O Império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)**. Tese de doutorado do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006. p. 193.

ANRJ - **Francisco José de Oliveira** (1815). Sesmarias. Notação: BR RJANRIO BI.0.R15.1707

APM - **Carta de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça ao governador referente a recomendação do nome de João Leite de Oliveira Bressane**. 20/05/1797. SG-Cx.32-Doc.26.

APM - **Relação dos habitantes do Distrito de Nossa Senhora de Nazareth, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra, Termo de São João del Rei**. 1831. MP-Cx.06-Doc.20.

BNRJ - **Ofícios aos capitães Inácio de Sousa Verneck e Manuel Valente de Almeida determinando que prestassem os auxílios necessários a José Rodrigues da Cruz, encarregado do aldeamento dos índios coroados nas margens superiores do rio Paraíba**. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 20 nov. 1801. CDD 352.387. Localização Original: II-34,24,005 – Manuscritos.

BNRJ - **Promissória de João Leite de Oliveira Bresane a João Rodrigues de Macedo para pagar uma dívida**. Documento Manuscrito. 10 de julho de 1800. Coleção Casa dos Contos.

CDH - **Inventário de Francisco José Teixeira Leite** (1884)

CDH - **Inventário de Maria Esméria Teixeira Leite** (1851).

MRSJR - **Inventário de Ana Custódia de Almeida**, 09/04/1860.

MRSJR - **Inventário de Ana Maria de Jesus**, 20/07/1784.

MRSJR - **Inventário de Antônio Leite Ribeiro e Bernardina Constança de Barros**, 19/01/1855.

MRSJR - **Inventário de Francisco Pinto de Magalhães**, 03/07/1820.

MRSJR - **Inventário de José Joaquim Teixeira**, 1830.

MRSJR - **Inventário de João Coelho dos Santos**, 21/11/1841.

MRSJR - **Inventário de Manoel da Costa Rios**, 20/05/1813.

MRSJR - **Inventário de Maria Francelina de Andrade**, 20/02/1839.

MRSJR - **Inventário do Capitão Antônio José Teixeira Rios**, 16/08/1865.

MRSJR - **Inventário e Testamento de Ana Esméria Teixeira de Souza**, 17/10/1842.

MRSJR - **Inventário e Testamento de Escolástica Maria de Jesus**, 02/07/1823.

MRSJR - **Inventário e Testamento de Felícia Maria da Fonseca**, 06/06/1812.

MRSJR - **Inventário e Testamento de Francisco de Jesus Pereira**, 1856-1859.

MRSJR - **Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira**, 29/11/1788.

MRSJR - **Registro de casamento transcrito para o Inventário e Testamento de Francisco José Teixeira**, 29/11/1788.

MRSJR - **Testamento de Manuel Leite de Freitas**, 28/12/1818.

Impressas

ALVARÁ DE 5 DE OUTUBRO DE 1795: SESMARIAS DO BRASIL. **RIHGB**. v. 298. jan/mar 1973. Rio de Janeiro: IHGB. p. 218-230.

LAEMMERT, E. V. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, para o ano de 1863**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1863.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte-Itatiaia: USP, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo – 1822**. Belo Horizonte, São Paulo: Edit. Itatiaia, EDUSP, 1974.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Brasiliana. Vol. 210. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Provincias de Rio de Janeiro e Minas Geraes**. Tomo 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

REFERÊNCIAS

- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Em nome da palavra e da lei: relações de crédito em Minas Gerais no Oitocentos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. Campanha da Princesa: formação e expansão de uma vila no Império. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, v. 6 n. 2, jul-dez, 2004.
- BERGARD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: Edusc, 2004.
- BICALHO, M. F. B.. **A Cidade e o Império: Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BORGES, Magno Fonseca; REIS, Thiago de Souza dos. Implantação e Ampliação da Cultura Cafeeira e a formação do Estado Nacional. **Revista Mosaico**, Vassouras, nº 5, pp. 11-19, Jan./Jun, 2014.
- BORGES, Magno Fonseca. **Protagonismo e sociabilidade escrava na implantação e ampliação da cultura cafeeira: Vassouras (1821-1850)**. Dissertação (Mestrado em História). Vassouras: USS, 2005.
- BRAGA, Greenhalgh H. Faria. **Falando de Vassouras: quatro palestras e quatro crônicas**. Rio de Janeiro: edição do autor, 1996.
- BRAGA, Greenhalgh H. Faria. **Vassouras de ontem**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. Lisboa: Cosmos, 1970.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas**. vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.
- CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2007.
- CARRARA, Ângelo Alves. A Capitania de Minas Gerais, (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. In: **História Econômica & História de Empresas**. ano III, nº 2, 2000.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. **Efemérides de São João del Rei**. Vol I. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982a.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. **Efemérides de São João del Rei**. Vol II. 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982b.
- COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA FILHO, Miguel. **A cana-de-açúcar em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema de grande lavoura, 1820-1920**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

DEISTER, S. **Serra do Tinguá – 300 anos de conquistas: do século XVII ao século XX**. Volume II. Dedalus: Rio de Janeiro, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

ERMAKOFF, George (Org.). **Dicionário Biográfico Ilustrado de Personalidades da História do Brasil**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2012.

FARIA, Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. 26, p. 1-42, 2018.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João L. R. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: FAPERJ/7Letras, 2013.

FRAGOSO, João L. R. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 [1992].

FRAGOSO, João L. R. **Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-exportadora no Rio de Janeiro: 1790-1888**. Tese (Doutorado em História Social). ICHF/UFF, Niterói, 1990.

FRAGOSO, João. A noção de colonial tardio no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In Fragoso, J., Gouvêa, M. de F. S., Bicalho, M. F. B. (Orgs.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1996].

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 2003.

GODOY, Marcelo Magalhães. Os engenheiros entre a norma e a clandestinidade: as relações entre o Estado e a agroindústria canavieira de Minas Gerais no século XIX. **Anais do IX Seminário sobre a economia mineira**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARÃES, C. G. O Banco Commercial e Agrícola no Império do Brasil: o estudo de caso de um banco comercial e emissor (1858-1862). **Saeculum – Revista de História**, n. 29, 31 dez. 2013.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.

GUIMARÃES, C. G. O "comércio de carne humana no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços. In: BITTENCOURT, M.; RIBEIRO, A.; GEBARA, A. (Org.). **África passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF (ebook), 2010.

IÓRIO, Leoni. **Valença de ontem e de hoje**. Valença: s. ed., 1953.

LAEMMERT, E. V. **Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, para o ano de 1863**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1863.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. **Estudos Econômicos**, v. 37, n. 1, p. 97- 125, jan./abr. 1997.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte-Itatiaia: USP, 1975.

MACHADO, Marina Monteiro. **Entre fronteiras: terras indígenas nos sertões fluminenses (1790-1824)**. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.

MAGALHÃES, Basílio de. Os antigos caminhos pelos quais foi o café transportado do interior para o Rio de Janeiro e para outros pontos do litoral fluminense. In: **O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil**. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1934.

MAIA FORTE, José Mattoso. Introdução à Corografia de Vassouras. In: **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Tomo XLVIII, p. 24-33, 1941.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira – Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena, São Paulo: Stiliano, 1998.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. **ESBOÇOS** (UFSC), 2019, v. 26, p. 14-41.

MARQUESE, RAFAEL; SALLES, Ricardo (Org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c.1760-1840. **História** (São Paulo. Online), 2015, v. 34, p. 108-127.

MATOS, Odilon N. Evolução das vias de comunicação no Estado do Rio de Janeiro. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 3, outubro de 1949. p. 51-75.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, APERJ, 1998.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824)**. São Paulo: Alameda, 2009.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa. Família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MUAZE, Mariana. **O Império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)**. Tese de doutorado do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. **A Riqueza Fugaz: Trajetórias e Estratégias de Famílias de Proprietários de Terras de Vassouras, 1820-1890**. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. **Os Teixeira Leite: trajetórias e estratégias familiares em Vassouras no século XIX**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/celia-maria-loureiro-muniz-in-memorian.pdf> Acessado em: 01/05/2015.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia de Letras, 2001.

NOVAES, Adriano. Caminhos antigos do território fluminense. **Instituto Cidade Viva**, 2008. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/oscaminhosantigos.pdf> Acesso em 01 de dezembro 2019.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)**. Bauru: EDUSC, Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

PESAVENTO, Fábio. Até que a confiança nos separe: as redes transimperiais e o mercado de crédito do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XVIII. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; SARAIVA, Luiz Fernando Saraiva (Orgs.). **Crédito e descrédito: relações sociais de empréstimos na América - Séculos XVIII ao XX**. Rio de Janeiro: Eduff/Faperj, 2018.

PINHEIRO, Fábio Wilson Amaral. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c. 1809 – c. 1830)**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

PINTO, Paula Chaves Teixeira. **De Minas para a Corte. Da Corte para Minas: movimentações familiares e trocas mercantis (c. 1790 – c. 1880)**. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2014.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. **Fazendas: as grandes casas rurais do Brasil**. Rio de Janeiro: Abbevill Press, 1995.

POLLIG, João Victor Diniz Coutinho. **O Caminho Novo e a Boa Razão: conflitos e a lei de 1769**. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2017.

PORTO, Costa. **Estudo sobre o sistema sesmarial**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAMOS, Belisário Vieira. **O Livro da Família Werneck – 1742-1879**. Rio de Janeiro: Cia. Carioca das artes gráficas, 1941.

RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. Rio de Janeiro: SEEC, 1978.

RAU, Virgínia. **Sesmarias medievais portuguesas**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1982.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Armando Vidal Leite. **Família Vidal Leite Ribeiro**. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1960.

RODRIGUES, André Figueiredo. Estrutura agrária e produção de açúcar nas fazendas dos inconfidentes mineiros Alvarenga Peixoto e José Aires Gomes. **SAECULUM. Revista de História**. [18]; João Pessoa, jan/ jun. 2008.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. O Brasil Colonial: O ciclo do ouro, c. 1690-1750. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. vol II. São Paulo/Brasília: EdUSP/FUNAG, 1999, p. 471-525.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo – 1822**. Belo Horizonte, São Paulo: Edit. Itatiaia, EDUSP, 1974.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Brasiliana. Vol. 210. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes**. Tomo 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SALLES, Ricardo; BORGES, Magno Fonseca. A morte do barão de Guaribu. Ou o fio da meada. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack** [online]. 2012, n.4, p. 5-45.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SANCHES, Marcos Guimarães. **Proveito e negócio. Regimes de propriedade e estruturas fundiárias: o caso do Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), 1997.

SILVA, André Mansuy-Diniz. Portugal e Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. IN: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina colonial**. v. I. São Paulo: Edusp, 1997. p. 477-518.

SILVA, Eduardo. **Barões e Escravidão – três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista**. RJ: Nova Fronteira, 1984.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O Universo do Indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735–1808)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SIQUEIRA, Alexandre Joaquim de. “Memória História do Município de Vassouras”. 1852. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria. **Vassouras de ontem**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda B. **Virando Séculos: 1680-1720. O Império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Thiago Firmino de. **Uma sociedade em formação: terra, população e escravidão na Mata mineira – Mar de Espanha, primeira metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2016.

STEIN, Stanley J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

STEIN, Stanley J. **Vassouras, a Brazilian Coffee County 1850-1900**. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. 39, 2011.

TAUNAY, Affonso de E.. **História do Café no Brasil**. Vol. V. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TAUNAY, Affonso de E. Uma irmandade de grandes cafesistas e civilizadores. Os Teixeira Leite: nascimento, vida e morte de Vassouras. In: **O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil**. 2 vol. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934.

TELLES, A.S. Vassouras – Estudo da Construção Residencial e Urbana. **Revista do Instituto Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: MEC, 1968.

TEIXEIRA LEITE, Joaquim José. Relatório da Administração Municipal. 1849. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria. **Vassouras de ontem**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

VALLE, José Ribeiro. **E eles também cresceram e se multiplicaram: os Ribeiro do Valle, da região de São João D'El Rei às nascentes dos rios Pardo e Sapucaí**. São Paulo: edição do autor, 1982.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna: Um estudo de História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

VILLELA, Moacyr. José Maria da Silva. **Um mestre entalhador de Braga na Comarca do Rio das Mortes**. Disponível em: <http://www.projetocompartilhar.org/Biografias/JoseMariadaSilvaMestreEntalhador.pdf>. Acessado em 28/05/2016.

ZEMELLA, Mafalda P.. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.